III JORNADAS DOUTORAIS EM SOCIOLOGIA



VOCAÇÃO, CARREIRAS E TRABALHO NA SOCIOLOGIA

Direção do Programa Doutoral em Sociologia & NEDSUM

III Jornadas Doutorais em Sociologia

Vocação, Carreiras e Trabalho na Sociologia

Universidade do Minho, 10 e 11 de fevereiro de 2022

Direção do Programa Doutoral em Sociologia & NEDSUM

Título

Vocação, Carreiras e Trabalho na Sociologia
III Jornadas Doutorais, Sociologia

Editores

Direção do Programa Doutoral em Sociologia &
NEDSUM

Preparação do Manuscrito

Emília Araújo, Helena Machado e Joaquim Costa
(Direção do Programa Doutoral)
Maria João Vaz & Laura Neiva
com apoio da equipa de orientadores/as

ISBN digital

Formato e-book, 129 páginas

Data de Publicação 2022, novembro

Editora Departamento de Sociologia
Universidade do Minho
Braga • Portugal

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

NEDSUM Núcleo Estudantes Doutoramento Sociologia UMinho

Índice

Apresentação 5

Empresas familiares de 2ª geração do norte de Portugal: Contributos para o seu mapeamento 6

Nuno Caetano Nora 6

Ana Paula Marques 6

Biopolítica, intersubjetividade e cotidiano durante a pandemia da Covid-19 21

Patrick Bastos 21

Teresa Mora 21

Pesquisa, sociologia pública e a ação política no campo alimentar: o caso do Brasil 32

Zênia Tavares da Silva 32

Fernando Bessa Ribeiro 32

Maria Paula Mascarenhas 32

O tempo do turismo nos tempos da experiência do espaço: um olhar etnográfico 44

Márcia Silva 44

Rita Ribeiro 44

Emília Araújo 44

(Des)construindo o futuro promissor de Big Data no combate ao crime: abordagem sociológica ao mito da objetividade 59

Laura Neiva 59

Big Data no turismo: Antecipação, ética e responsabilidade 74

Maria João Vaz 74

Helena Machado 74

Contributos da Sociologia do Trabalho para uma Gestão de Recursos Humanos integrada e atual 86

Alexandra Rocha & Domingas Tavares 86

Patriarcado em Arte – A ilustração do feminino na contemporânea indústria cultural 94

Gracieli de Jesus e Silva 94

O tempo de espera 104

Joana Brandão 104

Emília Araújo 104

The influence of family culture on society 113

Yaqun Li 113

Notas biográficas (estudantes) 123

Apresentação

Este e-book resulta das comunicações apresentadas por estudantes do programa doutoral em Sociologia da Universidade do Minho, nas jornadas doutorais realizadas em fevereiro de 2022, sob o tema das carreiras em Sociologia. Durante dois dias foram debatidas várias questões relacionadas com o acesso e a permanência na investigação e analisadas algumas estratégias institucionais ajustadas à promoção do emprego científico.

As questões relacionadas com a integração em equipas e redes internacionais de investigação, bem como a coautoria em publicações científicas, foram centrais no debate que permitiu salientar algumas conclusões relevantes sobre a dificuldade em que se encontram as instituições em Portugal, relativamente à promoção de emprego científico que conduza a fixação de pessoas na área da investigação, com perspetivas de carreira e estabilidade. Estas conclusões são válidas para todas as áreas científicas, mas têm especial centralidade nas ciências sociais e na sociologia, atendendo ao papel que estas áreas científicas têm em todos os processos de recolha e de análise de informação na sociedade e economia contemporâneas.

A publicação reúne, apenas, os textos que decorrem das apresentações de estudantes e orientadores/as de teses doutorais e que se debruçam sobre um amplo leque de temáticas. Organizadas pela ordem de apresentação, surgem os textos de NUNO NORA e sua orientadora, Ana Paula Marques, sobre "Empresas familiares de 2ª geração do norte de Portugal: Contributos para o seu mapeamento", seguido do texto assinado por PATRICK SANTOS e Teresa Mora, "Biopolítica, intersubjetividade e cotidiano durante a pandemia da Covid-19". O terceiro texto é da autoria de ZÊNIA TAVARES e orientadores, Fernando Bessa Ribeiro e Paula Mascarenhas, com o título, "Pesquisa, sociologia pública e a ação política no campo alimentar: o caso do Brasil".

LAURA NEIVA apresenta o quarto texto " (Des)construindo o futuro promissor de Big Data no combate ao crime: abordagem sociológica ao mito da objetividade". O quinto capítulo é composto pela contribuição de MARIA JOÃO VAZ e Helena Machado e versa sobre "Big Data no turismo: Antecipação, ética e responsabilidade", a que se segue a publicação "contributos da sociologia do trabalho para uma gestão de recursos humanos integrada e atual", da autoria de ALEXANDRA ROCHA e DOMINGAS TAVARES.

GRACIELI JESSIL assina o sétimo texto que compõe esta publicação, com o título "Patriarcado em Arte – A ilustração do feminino na contemporânea indústria cultural". E Joana Brandão e Emília Araújo são responsáveis pela contribuição "O tempo de espera". YAQUIN LI é autora da publicação que fecha o e-book: "The influence of family culture on society".

Emília Araújo, Helena Machado e Joaquim Costa

Empresas familiares de 2ª geração do norte de Portugal: Contributos para o seu mapeamento

Nuno Caetano Nora
Departamento de Sociologia, Doutoramento em Sociologia, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Ana Paula Marques
Departamento de Sociologia, Doutoramento em Sociologia, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Resumo

As empresas familiares são descritas como a tipologia empresarial dominante a nível mundial. Contudo, são produzidas poucas estatísticas sobre estas organizações e as que existem são estimativas. Neste documento são recolhidos extensos processos metodológicos. Em primeiro lugar, a informação disponível na base de dados Roadmapef para 2015 e atualizada em 2019 é utilizada para identificar os sectores e regiões económicas no Norte de Portugal onde as empresas familiares com 25 ou mais anos de idade são mais predominantes. Em segundo lugar, é efetuado um primeiro "diagnóstico" dos reveses enfrentados por estas organizações com a pandemia da Covid-19, com base num inquérito realizado durante o ano 2021. Os resultados indicam a Área Metropolitana do Porto como a localização do maior número destas organizações empresariais e o sector industrial como a atividade empresarial dominante. Embora um número significativo das empresas inquiridas tenha admitido quedas superiores a 25% no volume de negócios, a adaptação e resistência à situação pandémica por parte das empresas familiares no Norte de Portugal é também evidente.

Palavras-chave: Norte de Portugal; empresas familiares; 2ª geração; estatística; resiliência; Covid-19

Introdução

Pretendemos com este texto apresentar os resultados parcelares do projeto de doutoramento intitulado "Sucessão nas empresas familiares: Reprodução ou "turning point" rumo à profissionalização[1]", no qual propomos estudar o processo de sucessão das empresas familiares (Nora, 2021). Parte-se da base de

[1] Este projeto de Doutoramento é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com a referência (SFRH/BD/143315/2019)

dados "Roadmapef" (Marques, 2018), composta por um registo de 44090 empresas familiares (EF) e com informação financeira e organizacional. Com o início deste projeto, foi-nos possível atualizar a informação relativa a empresas com 25 ou mais anos de existência, tomando como referência os anos 2015 e 2019. Tal permitiu conhecer a transformação experimentada por estas empresas numa época particularmente relevante, na medida em que procede a crise económica e financeira de 2008, incluindo o período de crise provocado pelo Memorando da Troika (2011-2015), e antecede a recessão da economia global provocada pela pandemia da Covid-19.

A base de dados Roadmapef representa, à data de 2018, "cerca de 10,4% das empresas classificadas pelo Instituto Nacional de Estatística, como sediadas no Norte de Portugal" (Marques, 2018, p. 43). Esta percentagem é, ainda, pouco representativa da realidade, considerando as projeções adiantadas pela Associação das Empresas Familiares, que estima que estas organizações representem "mais de 70% das empresas existentes em Portugal" (AEF, 2021). No entanto, este estudo é um dos poucos existentes a nível nacional e único referente à zona norte do país. Apesar de ser amplamente aceite que esta tipologia empresarial representa a maioria das empresas a nível global (Carlock & Ward, 2010; Chua *et al.*, 1999, 2003; Gersick *et al.*, 1997; Ward, 2004, 2011), os estudos que pretendem quantificar estas empresas e o seu desempenho económico assumem os valores adiantados como estimativas, existindo, assim, um défice no esforço de quantificação destas empresas e sua contribuição para a economia nacional e global.

Perante essa insuficiência, são dois os objetivos deste texto. Em primeiro lugar, contribuir para a quantificação de empresas familiares com 25 ou mais anos de existência, visto que são potencialmente empresas de segunda geração (Schlepphorst & Moog, 2014). Pretendemos, assim, verificar a evolução na faturação, no valor das exportações e no número de funcionário(a)s relativos ao ano de 2015 e 2019, tendo como referência a sua distribuição pelas NUTS III[2] do Norte de Portugal, tal como os setores de atividade económica onde estas organizações desenvolvem preferencialmente os seus negócios. O segundo objetivo, surge quase como uma imposição da crise económica resultante das medidas impostas pelas autoridades nacionais na tentativa de conter a pandemia da Covid-19, o que provocou uma contração nas economias europeias e, particularmente, na portuguesa, tendo o seu PIB contraído 7,6% em volume (INE, 2021). Estando nós a realizar um inquérito às empresas familiares com 25 ou mais anos de existência, no ano de 2021, era fundamental perceber as condicionantes vivenciadas por estas organizações empresariais numa altura tão preponderante para o seu futuro. Ainda que não seja este um dos objetivos do nosso projeto de doutoramento, tornou-se incontornável "sentir o pulso" às empresas familiares, depois de um ano a conviver com a pandemia.

[2] A sigla NUTS é o acrónimo de "Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos", que constitui um sistema hierárquico de divisão do território em regiões. Neste caso, NUTS IIII representa o nível 3 de divisão de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos. A NUT III da região Norte Portugal inclui oito subdivisões regionais, nomeadamente: Alto Minho, Alto Tâmega, Área Metropolitana do Porto, Ave, Cávado, Douro, Tâmega e Sousa e Terras de Trás-os-Montes.

Esta comunicação estrutura-se em quatro secções principais, para além da introdução e conclusão. Inicia-se com a apresentação das principais razões para a divergência entre as poucas estatísticas existentes acerca das empresas familiares e como a falta de um consenso em torno do seu conceito pode ser o fator explicativo para essa insuficiência. De seguida, ainda que de forma resumida, percorremos os contributos da literatura que descrevem estas organizações empresariais como particularmente forjadas para se adaptarem a momentos de crise económica. A secção seguinte, é referente à estratégia de pesquisa e os respetivos procedimentos metodológicos utilizados para efeitos deste estudo. Na secção quatro, tem lugar a apresentação das análises realizadas orientadas pelos objetivos de investigação por nós traçados, possibilitando aferir a evolução destas empresas familiares num ciclo de relativo crescimento económico (ano de 2015 e 2019), assim como incluir as principais alterações a que os negócios familiares foram sujeitos para se adaptarem a uma situação de crise pandémica.

1. Empresas familiares: conceito e estatísticas

As empresas familiares são descritas na literatura como as organizações empresariais mais representadas na economia global. Elas correspondem a uma percentagem estimada entre 65% e 80% do total das companhias mundiais (Gersick *et al.*, 1997). No entanto, não existem estatísticas precisas quanto ao número exato de empresas familiares a nível nacional, europeu e global. A palavra-chave que define o cálculo da implementação destas organizações na economia é "estima-se". Na Europa, em 2015, a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia emite um relatório sobre empresas familiares, onde indica estatísticas divergentes: "de acordo com o relatório da Ernst and Young de 2014 sobre as empresas familiares, 85% de todas as empresas europeias são empresas familiares, representando 60% dos postos de trabalho no setor privado" (Parlamento Europeu, 2015, p. 4); ao recorrer ao relatório da Comissão Europeia, publicado em 2009 (European Commission, 2009), afirma que: "mais de 60% das empresas da União Europeia são empresas familiares, representando 40 a 50% dos postos de trabalho no setor privado" (Parlamento Europeu, 2015, p.14). Em Portugal, na página *online* da Associação de Empresas Familiares, que, apesar de enfatizar não existirem estatísticas precisas acerca desta tipologia empresarial, estima que mais de 70% das empresas tenham uma estrutura e propriedade familiar (AEF, 2021).

Esta discrepância de números em relação à contabilização das empresas familiares (Harms, 2014), deve-se maioritariamente à falta de uma definição consensual do que deve ser considerado uma empresa familiar (Chua *et al.*, 1999; Dery *et al.*,1993; Ferramosca & Ghio, 2018; Hernández-Linares *et al.*, 2018; Marques, 2018; Nora, 2018, 2021; Nora & Marques, 2022). Apesar da sua relevância e interesse por parte de cientistas de diversas áreas do conhecimento, não existe um consenso em relação ao tipo de organização empresarial que deve ser considerada familiar.

Por conseguinte, importa destacar que a maioria das definições para classificar a empresa familiar se centra no grau de participação na propriedade e na gestão pelos membros familiares, sendo que alguns

investigadores exigem que estas organizações tenham passado, pelo menos, por um processo de sucessão para que estas empresas sejam consideradas familiares. Quer dizer, a empresa só é considerada empresa familiar desde que "ligada a uma família pelo menos durante duas gerações e com ligações familiares que exerçam influência sobre as diretrizes empresariais, os interesses e objetivos da família" (Donnelley, 1967, p.161). Por sua vez, a maioria das definições de empresa familiar encontradas na literatura orbita em três eixos: a propriedade (Decker & Günther, 2017) a gestão (Bennedsen *et al.*, 2007) e a sucessão (Ahrens et al., 2015). Estas definições estão inseridas no que Chua *et al.* (1999) chamam de abordagem dos componentes, isto é, centram-se no grau do envolvimento familiar, na propriedade e na gestão ao qual normalmente se junta a exigência de que as empresas já tenham passado por um processo de sucessão para que sejam consideradas familiares. Da sistematização avançada por Ferramosca e Ghio (2018), existem sete combinações utilizadas nos conceitos de empresa familiar, a saber: 1) definições baseadas exclusivamente nos critérios de propriedade; 2) definições fundamentadas nos cargos de gestão e controlo detidos pelos membros da família; 3) definições assentes na fase geracional da empresa familiar; 4) definições alicerçadas tanto na propriedade como nos requisitos de gestão e controlo; 5) definições apoiadas tanto nos critérios de propriedade como na fase geracional; 6) definições assentes nos cargos de gestão e controlo e nos requisitos da fase geracional; 7) e definições baseadas em todos os critérios, ou seja, propriedade, gestão e controlo e fase geracional. No entanto, Chua *et al.* (1999) alertam que qualquer definição de empresas familiares deverá ser ampla e inclusiva, a partir de uma base teórica que capte a essência do comportamento singular que distingue as empresas familiares das não familiares. Ou seja, apesar dos componentes do envolvimento familiar possam ser utilizados operacionalmente para delinear uma população para estudo, importa fazer uma distinção adicional dentro da população entre aqueles que têm a essência de uma empresa familiar e aqueles que não a têm. Com efeito, quando falamos de empresas familiares é importante referir não apenas as regulamentações e requisitos específicos de cada país e setor económico, como também a tradições e culturas, sendo inúmeras as variáveis que podem ser mobilizadas. Ao mesmo tempo, cada família é singular nos seus valores, credibilidade, hábitos e objetivos, daí a dificuldade em harmonizar e produzir estatísticas credíveis acerca desta tipologia empresarial (Dery *et al.*, 1993). Isso mesmo pode ser verificado numa análise efetuada em 2021, em que se pretendia conhecer a importância das empresas familiares para a economia dos EUA e como esta varia consoante o conceito utilizado. Os autores do estudo afirmam que existem 24,2 milhões de empresas familiares responsáveis por empregar 62% da força de trabalho, contribuindo para 64% do PIB, quando o conceito utilizado é amplo e os critérios selecionados são o controlo por parte da família da gestão estratégica da empresa e algum envolvimento familiar na gestão da organização. No entanto, são 10,8 milhões de empresas familiares a suportarem 59% do PIB e a empregarem 58% da força de trabalho, quando os autores utilizam uma definição um pouco mais restrita, em que os parâmetros utilizados para uma empresa ser considerada familiar são a intenção de manter a empresa na família do fundador e/ou a gestão da

organização ser assegurada pelos descendentes. Por sua vez, são 7,2 milhões de empresas familiares responsáveis por empregarem 14% da força de trabalho e executoras de 14% do PIB dos EUA, quando a definição é ainda mais restrita, sendo que esta definição operacional impõe que a família detenha 51% das ações da empresa, que vários membros da família ocupem cargos de gestão e/ou que o CEO (*Chief Executive Officer*) pertença à família, ou a família esteja representada no concelho de administração (Pieper *et al.*, 2021). No mesmo sentido, na Europa, a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia frisa:

> "Considerando que, devido à ausência de tal definição, não é possível recolher dados comparáveis nos vários Estados-Membros da UE, com vista a chamar a atenção para a especificidade da situação, das necessidades e do desempenho económico das empresas familiares; que esta falta de dados fiáveis e comparáveis pode travar o processo de decisão política e implicar que as necessidades das empresas familiares não sejam atendidas (Parlamento Europeu, 2015, p. 5)".

Consequentemente, o Parlamento Europeu (2015) alerta para a necessidade de os Estados-membros adotarem a definição de empresa familiar, avançada pelo grupo de peritos em 2009, permitindo estabilizar os elementos, ou dimensões, a serem contempladas na identificação das empresas familiares. Como resultado final, são quatro os elementos ou dimensões sinalizadoras de uma empresa familiar (podendo estar presente um ou mais): 1) a maior parte das decisões é tomada pelo fundador da empresa, ou por aquele que recebeu o legado da empresa enquanto herdeiro natural, ou familiar indireto; 2) a maioria da tomada de decisões pode ser indireta ou direta; 3) pelo menos um ou mais familiares estão envolvidos no controlo da empresa; 4) e, finalmente, as empresas registadas são consideradas familiares quando a pessoa que a criou ou os seus familiares e descendentes possuem 25% de ações (capital da mesma) (European Commission, 2009). Para efeitos do presente capítulo, adotaremos esta definição pela convergência alcançada pelo grupo de peritos nomeado pela Comissão Europeia e incluímos, também, o contributo dos autores que sustentam que só se pode considerar uma empresa familiar que tenha conhecido pelo menos um processo de sucessão (com 25 anos ou mais anos de existência).

2. Resiliência e o "capital paciente" das Empresas Familiares em tempo de pandemia

A sucessão entre gerações nas empresas familiares quando não planeada é o maior fator de insucesso dos negócios familiares (Carlock & Ward, 2010; Gersick *et al.*, 1997; Kets de Vries, 1997; Lodi, 1987; Ward, 2004). No entanto, esta é uma dificuldade que resulta mais de problemas familiares do que insuficiências empresariais. Consideramos, no entanto, que o destaque dado a esta problemática, pode induzir no erro de se pensar que estas organizações empresariais têm um tempo de existência reduzido. Importa, assim, clarificar que a existência das empresas familiares tem sido medida pelo número de gerações familiares que já possuíram e/ou geriram a empresa, portanto, uma organização familiar de

terceira geração terá entre 60 e 75 anos de existência, na medida que a sucessão nas empresas familiares acorre a cada intervalo temporal de 20 a 25 anos (Schlepphorst & Moog, 2014). Tal representa uma longevidade considerável quando comparada com a existência das empresas no geral, dado que, em Portugal, no ano de 2015, "apenas cerca de metade das empresas (52%) se mantém em atividade ao fim de três anos e um terço (33%) ultrapassa a fasquia dos sete anos de existência" (D&B, 2016).

Por outro lado, as empresas familiares são particularmente aptas para superarem ciclos económicos desfavoráveis, como é salientado pelo relatório da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia que considera:

> As empresas familiares propendem mais para uma orientação de longo prazo, e dão uma contribuição essencial para a economia, proporcionando estabilidade a longo prazo devido à sua responsabilidade social, elevado nível de responsabilidade enquanto proprietárias da atividade, particular grau de empenhamento relativamente às suas comunidades locais e regionais e às respetivas economias, e fortes valores enraizados na tradição europeia do "comerciante respeitável", e considerando que, em geral, apesar de sofrerem grandemente durante a crise económica, as empresas familiares lidam mais resolutamente com a crise (Parlamento Europeu, 2015, p.16).

Uma empresa familiar "existe devido ao valor económico e não económico recíproco criado através da combinação de sistemas familiares e empresariais. Por outras palavras, a confluência dos dois sistemas conduz a capacidades da 'família' difíceis de duplicar que tornam a empresa familiar particularmente adequada para sobreviver e crescer" (Chua *et al.*, 2003, p. 444). Neste sentido, as empresas familiares possuem, por um lado, um conjunto de características próprias que as tornam mais resilientes e capazes de superarem as adversidades, por outro apresentam uma taxa de insolvência em tempo de crise menor quando comparadas com empresas não familiares (Amann & Jaussaud, 2012; Andres, 2008; Institute for Family Business, 2019; Vieira, 2014). Igualmente, no estudo realizado em Portugal sobre empresas familiares (Marques, 2018), ficou patente a relativa resiliência e longevidade desta tipologia empresarial face ao cômputo das empresas em geral. Simultaneamente, o chamado "capital paciente" que as caracteriza pelo facto de investirem na mudança e na expansão dos seus negócios, contribui para uma visão de longo prazo e preparação de futuras gerações familiares (Nicoliello, 2016). A interdependência da atividade empresarial e familiar, dos seus recursos patrimoniais e humanos, a par das relações de cumplicidade, respeito e confiança dos membros familiares (executivos e não executivos) envolvidos na vida das empresas familiares, tendem a prevalecer na estratégia de longevidade deste tipo de organização.

A valorização e orgulho na reputação familiar permitem, por sua vez, "evidenciar uma maior predisposição das empresas familiares para a responsabilidade social, traduzida num sentido de obrigação da família em servir a sociedade" (Marques, 2018, p. 22). A preservação de valores tradicionais, aliados à

história familiar e empresarial, faz com que estas empresas estejam fortemente enraizadas no local onde nasceram e se identifiquem com a comunidade onde estão inseridas. Todas estas características intrínsecas das organizações familiares tornam mais fácil a mobilização de todos os seus membros (familiares e não familiares) para combater as adversidades e, no limite, evitar "encerrar as portas".

Num momento extremamente volátil de grandes incertezas económicas e sociais, existe uma necessidade de estabilidade, de empresas sólidas que pensem a longo prazo, que sejam resilientes e que se esforcem para manter os seus postos de trabalho. As empresas familiares, como tipologia empresarial dominante a nível global, são criadoras de riqueza e desenvolvimento de uma economia local ou nacional, tendo sido alvo de um apelo pela Associação das Empresas Familiares[3] para a produção de equipamento de proteção (viseiras, máscaras, fatos de proteção hospitalar, etc.) contra o Coronavírus SARS-COV-2. Perante este apelo as indústrias têxteis e de moldes responderam a este desafio, que alteraram a produção habitual, contribuindo de forma a suprir as necessidades nacionais.

3. A investigação, escolhas e processos utilizados

A nossa investigação confirmou a dificuldade de obter dados oficiais sobre as empresas familiares, no alinhamento do projeto "Roadmap para Empresas Familiares Portuguesas" (NORTE-02-0853-FEDER-000018), delimitado à região Norte de Portugal.

Em termos metodológicos, partiu-se, inicialmente, da base de dados Roadmapef (Marques, 2018), com o registo de 44090 contactos de empresas familiares, reportável ao ano de 2015. Para a delimitação de uma base de dados apenas de empresas de 2ª geração, tendo como referência 20 a 25 anos de existência (Schlepphorst & Moog, 2014), mobilizou-se a informação sobre o ano de constituição do negócio, o que nos permitiu identificar 12130 empresas familiares que cumprem esse requisito. Posteriormente, em articulação com este projeto de doutoramento, procedeu-se à atualização desses dados à data de 2019, o que levou à identificação de 10587 empresas familiares com 25 ou mais anos, permitindo efetuar uma análise comparativa entre os dois anos. Desta forma, foi-nos possível comparar a evolução da faturação, do valor das exportações e do número de trabalhadores ao serviço entre o ano de 2015 e 2019, tento como referência as NUTS III do Norte de Portugal e os setores económicos onde estas empresas desenvolvem os seus negócios.

Por fim, em 2021, no quadro da metodologia prevista no projeto de doutoramento em curso, procedeu-se à elaboração de um questionário online direcionado apenas para as empresas familiares com 25 ou mais anos[4]. Este questionário possibilitou-nos conhecer as principais dificuldades sentidas pelos

[3] Durante o pico pandémico, a Associação das Empresas Familiares lançou a campanha "Empresas Familiares por Portugal" (AEF, 2021), de forma, a que as suas associadas pudessem contribuir na produção de equipamentos de proteção contra Coronavírus SARS-COV-2.

[4] Partiu-se dos 12130 registos de empresas familiares com 25 ou mais anos (que constituiu o nosso universo-alvo), tendo sido enviado a 2 de junho de 2021, 7912 convites para participação na pesquisa, referentes a empresas com morada de correio

gestores/proprietários dessa tipologia empresarial[5] após um ano de pandemia da Covid-19. Obtivemos 301 inquéritos completos, que, após eliminação de duplicações do mesmo[6], finalizamos com uma amostra[7] de 295 inquéritos válidos para a exploração que desenvolveremos neste texto. A análise efetuada para este texto contempla apenas a informação que nos permite verificar quais as principais contrariedades que estas organizações empresariais sentiram com a pandemia da Covid-19.

4. Empresas familiares do Norte de Portugal, ano de 2015 e 2019

4.1. Breve caracterização das empresas familiares com 25 ou mais anos de existência

Na Tabela 1, podemos verificar a distribuição pelas NUTS III do Norte de Portugal das empresas familiares (EF) com 25 ou mais anos de existência. Com base na literatura, existe uma forte potencialidade de serem empresas que já passaram por um processo de sucessão da propriedade e/ou gestão (Schlepphorst & Moog, 2014).

Tabela 1 - EF ≥25 anos 2015 e 2019, distribuídas pelas NUTS III do Norte de Portugal

NUT III	2015*		2019*	
	Frequência	%	Frequência	%
Alto Minho	618	5,1	535	5,1
Alto Tâmega	181	1,5	160	1,5
AM do Porto	6933	57,2	6004	56,7
Ave	1406	11,6	1259	11,9
Cávado	1323	10,9	1176	11,1
Douro	424	3,5	371	3,5
Tâmega e Sousa	1021	8,4	889	8,4
Terras de Trás-os-Montes	225	1,9	193	1,8
Total	12131	100,0	10587	100,0

Fonte: *Base de dados Roadmapef (Marques, 2018); **Atualização da informação (Nora, 2021)

A Área Metropolitana do Porto é a zona geográfica do Norte de Portugal onde existem mais empresas familiares, com percentagens de 57,2%, em 2015, e 56,7%, em 2019, da totalidade destas organizações. Seguem-se as zonas do Ave, 11,6%, em 2015 e 11,9%, em 2019, e da zona do Cávado, 10,9%, em 2015, e 11,1%, em 2019. No sentido de menor expressão registam-se as zonas geográficas do Alto Tâmega, com 1,5%, nos dois anos, e Terras de Trás-os-Montes, com 1,9%, em 2015 e um decréscimo de 0,1%, em 2019.

eletrónico disponível na base de dados. Posteriormente, foram enviados lembretes a 11 de junho, a 6 de julho e nos dias, 3 e 20 de setembro. O prazo de resposta terminou no dia 1 de outubro de 2021.

[5] Esta constitui uma primeira etapa da metodologia desenhada no quadro da bolsa de doutoramento. A seguir a esta etapa, está prevista a utilização de uma metodologia de carácter intensivo, de forma a perceber se existiram constrangimentos e/ou oportunidades no processo de sucessão, e como estes moldam as trajetórias de vida dos indivíduos.

[6] Erros resultantes de questões técnicas decorrentes da plataforma.

[7] Trata-se de uma amostra não probabilística, intencional, não permitindo generalizações para a totalidade do universo das empresas familiares do Norte de Portugal com 25 ou mais anos.

A prevalência de um maior número destas organizações familiares na Área Metropolitana do Porto e nas Zonas do Ave e do Cávado deve-se a vários fatores, dos quais destacamos os seguintes: 1) o Porto assume-se como "capital" do Norte de Portugal e as restantes cidades da respetiva Área Metropolitana são áreas mais densamente povoadas do Norte de Portugal, o que é causa e consequência de mais oportunidades de negócio, o mesmo se aplica na Zona do Cávado, com a cidade de Braga e na Zona do Ave, com a cidade de Guimarães; 2) a forte implementação da indústria transformadora (como veremos na Tabela 2) nas referidas zonas, sabendo que o Norte de Portugal é historicamente referenciado como sendo a zona mais industrializada do país[8]; 3) a proximidade do porto de Leixões e do aeroporto Francisco Sá Carneiro torna também a Área Metropolitana do Porto, mas também as zonas contíguas do Ave e do Cávado, atrativas para empresas com um pendor mais exportador e internacional; 4) o papel das universidades não só na formação de quadros altamente apetecíveis para o mercado laboral, mas também nas parcerias que desenvolvem com o setor privado[9], tendo moldado o setor industrial em Portugal, que deixa de ser o país apenas fornecedor de mão de obra barata e passa a estar também na vanguarda criação de valor acrescentado (produtos e processos).

A Tabela 2 representa a distribuição das empresas familiares com 25 ou mais anos de existência por setor de atividade económica, nos anos de 2015 e 2019. Podemos verificar que não existe uma variação significativa neste período temporal em termos de percentagens das empresas e os setores de atividade onde estão inseridas, com algumas variações de 0,1% tanto para baixo como para cima. As maiores variações registaram-se no setor grossista, que representava 12,9% das empresas familiares em 2015, que passa a representar 13,2% das empresas familiares, em 2019, expressando uma variação positiva 0,3%. De uma forma global, em relação aos dois anos, podemos registar que os setores onde as empresas familiares preferencialmente atuam e que apresentam percentagens de dois dígitos, são o setor das indústrias transformadoras, representando, 25,6% e 25,7%, nos anos de 2015 e 2019, respetivamente, o setor grossista, com 12, 9% e 13,2%, nos anos 2015 e 2019, o setor retalhista, com 19,7% e 19,6%, em 2015 e 2019, e o setor dos serviços, com 12,9% em 2015 e 12,8%, em 2019, de empresas familiares a operarem neste setor de atividade.

[8] No ano de 2020, das 4548 empresas do setor das indústrias transformadoras que foram criadas em Portugal continental, 2245 "nasceram" da região Norte de Portugal (INE, 2022).

[9] Como exemplo referimos o caso de sucesso da Universidade do Minho e a parceria que desenvolve há vários anos com a Bosh.

Tabela 2 - EF ≥25 anos por setor económico

Setor de atividade	2015*		2019**	
	Frequência	%	Frequência	%
Agricultura, pecuária, pesca e caça	247	2	222	2,1
Indústrias Extrativas	53	0,4	46	0,4
Indústrias Transformadoras	3110	25,6	2718	25,7
Gás, eletricidade e água	21	0,2	20	0,2
Construção	1098	9,1	950	9
Transportes	461	3,8	394	3,7
Alojamento e restauração	740	6,1	634	6
Grossista	1565	12,9	1396	13,2
Retalhista	2393	19,7	2074	19,6
Atividades financeiras	127	1	109	1
Atividades imobiliárias	719	5,9	641	6,1
Telecomunicações	31	0,3	30	0,3
Serviços	1566	12,9	1353	12,8
Total	12131	100	10587	100

Fonte: *Base de dados Roadmapef (Marques, 2018); **Atualização da informação (Nora, 2021)

A Tabela seguinte, apresenta três indicadores que, de forma resumida, nos permitem observar a evolução financeira entre os anos de 2015 e 2019 das empresas familiares com 25 ou mais anos, no norte de Portugal.

Tabela 3 - Dados Financeiros EF≥25 anos 2015 e 2019

Indicadores	2015*	2019**	Variação %
Vendas/serviços	21484125006	24170002633	11,12
Exportações	6068942998	6417486496	5,74
Trabalhadore(a)s	179762	185412	3,14

Fonte: *Base de dados Roadmapef (Marques, 2018); **Atualização da informação (Nora, 2021)

Podemos verificar que existe um aumento de vendas/serviços de 11,12% entre o ano de 2015 e o ano de 2019, as exportações aumentaram o seu valor em 5,74% e o número de trabalhadores aumentou 3,14% na comparação dos dois anos. As empresas familiares com 25 ou mais anos de existência do Norte de Portugal seguiram a tendência de evolução da economia portuguesa como um todo, uma vez que, após o ano de 2012, o PIB nacional retraiu 4,06%, em 2013, com uma contração de 0,92%. No ano e em 2014 assiste-se a um crescimento 0,79%, com a economia portuguesa a manter uma tendência de crescimento até ao ano de 2019. Apenas, no ano de 2020, a economia nacional contraiu 7,6%, em resultado da pandemia da Covid-19 e das medidas implementadas para a travar (INE, 2021).

4.2. A pandemia da Covid-19 – Recessão e resiliência

O projeto de doutoramento foi planeado antes de se imaginar que o mundo iria ser atingido por uma pandemia que alteraria a nossa forma de viver. Individualmente, a vida das pessoas sofreu muitas alterações, mas foi a vida coletiva que se alterou dramaticamente. Para travar a propagação do vírus, promoveu-se, entre outras medidas, o distanciamento social em todos os negócios, onde o relacionamento presencial entre indivíduos era fundamental. Estando programado realizar um inquérito por questionário a empresas familiares, com 25 ou mais anos, tornou-se imperativo contemplar uma questão acerca das dificuldades e adaptações a que as empresas familiares foram sujeitas desde o início da pandemia. Perante a pergunta formulada no inquérito online lançado por nós, foi-nos possível chegar aos seguintes resultados vertidos na Tabela 4.

Tabela 4 - Principais contrariedades da pandemia da Covid-19 sentidas pelas EF ≥25

Opções de resposta (respostas múltiplas)	**Frequência**	**%**
A faturação da empresa teve uma quebra de mais de 25%.	104	22,61%
Necessidade de ajustar a produção/serviço em função da conjuntura pandémica.	124	26,96%
A empresa reduziu o número de funcionários em função da conjuntura pandémica.	24	5,22%
A empresa foi obrigada a entrar em regime *Lay-off* (total ou parcial).	89	19,35%
Parte dos serviços prestados pela empresa passaram a ser realizados em regime de teletrabalho	37	8.04%
A venda da empresa começou a ser equacionada.	14	3,04%
O fecho da empresa/falência poderá vir a acontecer a curto prazo.	8	1,74%
Outras	60	13,04%
Total	460	100,00%

Fonte: Questionário aplicado em 2021

Ao consultar a Tabela 4, verificamos que 26,96% dos inquiridos referem que existiu necessidade de se ajustar produção/serviço em função da conjuntura pandémica. Por sua vez, 22,61% deles admitiram que a suas empresas tiveram uma quebra de faturação na ordem dos 25%, ao passo que 19,35% recorreram ao *Lay-off* (total ou parcial). Já com valores mais residuais, observou-se o recurso ao teletrabalho (8,04%), o facto de se ponderar vender a empresa (3,04%) e admitir a possibilidade do fecho/falência da empresa (1,74%). Existiram, ainda, 13,04% que optaram por selecionar a opção "outras", podendo, assim, indicar outras razões que não as pré-definidas. Depois de agrupadas, as respostas adiantadas variam entre "a pandemia não ter provocado qualquer alteração nos negócios" ou "ter sido um ano bastante favorável".

Fica claro que, tal como a generalidade das empresas, os negócios familiares também sofreram quebras acentuadas em consequência das medidas para travar a propagação da doença, nomeadamente na quebra da faturação do seu negócio. No entanto, perante as primeiras respostas dos inquiridos, reitera-se uma certa tendência para a resiliência e otimismo destas organizações familiares para ultrapassam momentos particularmente difíceis. O mesmo podemos verificar quer nas baixas percentagens de respostas mais "drásticas", como a necessidade de despedir pessoal, vender ou declarar falência do seu negócio familiar, quer por um número substancial de negócios ter conseguido adaptar-se à mudança e mesmo aumentar a faturação da sua empresa. Neste sentido, as empresas familiares tendem a possuir um conjunto de características próprias, capacidades de família (Chua *et al.*, 2003), que as tornam mais resilientes e capazes de superarem as adversidades (Amann & Jaussaud, 2012; Andres, 2008; Institute for Family Business, 2019; Vieira, 2014).

Reflexões finais

Neste texto pretendeu-se contribuir para o conhecimento das empresas familiares com 25 ou mais anos de existência empresas com uma grande probabilidade de já estarem na segunda geração familiar. Estas encontram-se numa zona geográfica que é fundamental para o desenvolvimento nacional, com características próprias, que forja o tecido empresarial, mas que ao mesmo tempo é moldada com valores tradicionais e familiares. Com base no inquérito que realizámos em 2021, fica claro que, face à pandemia da Covid-19, estas organizações familiares, tal como as empresas em geral, sentiram uma queda na sua faturação e foram obrigadas a reinventar os seus negócios. No entanto, demostram uma vez mais estarem preparadas para resistir e se adaptar a situações conjunturais adversas, uma vez que, só um número muito reduzido admitiu optar por situações "drásticas", como a insolvência/falência da empresa, despedimento de trabalhadores ou alienação do negócio.

Face a uma situação pandémica sem precedentes numa sociedade globalizada, as empresas familiares são atores económicos promissores não só para atenuar o efeito da crise, como também para a recuperação financeira-económica e sustentabilidade de postos de trabalho. Estas são expressão de projetos de vida autónomos, a nível económico, profissional e familiar, donde a sua importância de socialização para a iniciativa, o risco e a capacidade de identificação de potenciais áreas de negócio e de criação de emprego (Marques, 2018).

No entanto, são vários os desafios que estas organizações enfrentam. Desde logo, tal como aconteceu com a crise financeira 2008, as dificuldades de acesso ao crédito (Bryson *et al.*, 2016), que, no contexto atual, importa corrigir e, sobretudo, facilitar. Outro desafio que enfrentam consiste em saber como estas empresas se adaptaram à urgência de utilização do teletrabalho, considerando que muitas são micro e pequenas empresas e de setores de atividade económica diversos. Complementarmente, importará saber se esta modalidade irá se difundir e, se sim, como se regulará a gestão dos tempos de trabalho e vida

familiar. Por último, um outro desafio que esta situação pandémica veio tornar mais urgente consiste em perceber como os negócios irão ser redesenhados a partir da digitalização da economia no futuro que é já hoje.

Bibliografia

AEF. (2021). *Associação das Empresas Familiares*. Empresas Familiares Em Portugal - Como Se Caracterizam. https://empresasfamiliares.pt/informacao/

Ahrens, J. P., Landmann, A., & Woywode, M. (2015). Gender preferences in the CEO successions of family firms: Family characteristics and human capital of the successor. *Journal of Family Business Strategy*, *6*(2), 86–103. https://doi.org/10.1016/J.JFBS.2015.02.002

Amann, B., & Jaussaud, J. (2012). Family and non-family business resilience in an economic downturn. *Asia Pacific Business Review*, *18*(2), 203–223. https://doi.org/10.1080/13602381.2010.537057

Andres, C. (2008). Large shareholders and firm performance-An empirical examination of founding-family ownership. *Journal of Corporate Finance*. https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2008.05.003

Bennedsen, M., Nielsen, K. M., Perez-Gonzalez, F., & Wolfenzon, D. (2007). Inside the Family Firm: The Role of Families in Succession Decisions and Performance*. *The Quarterly Journal of Economics*, *122*(2), 647–691. https://doi.org/10.1162/qjec.122.2.647

Bryson, Alex., Dale-olsen, Harald., & Gulbrandsen, Trygve. (2016). *Family ownership, Workplace Closure and the Recession*. *9877*, 1–26.

Carlock, R. S., & Ward, J. L. (2010). When Family Businesses are Best. In *When Family Businesses are Best*. Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/9780230294516

Chua, J. H., Chrisman, J. J., & Sharma, P. (1999). Defining the Family Business by Behavior. *Entrepreneurship Theory and Practice*. https://doi.org/10.1177/104225879902300402

Chua, J. H., Chrisman, J. J., & Sharma, P. (2003). Succession and Nonsuccession Concerns of Family Firms and Agency Relationship with Nonfamily Managers. *Family Business Review*, *16*(2), 89–107. https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.2003.00089.x

D&B, I. (2016). *Longevidade empresarial em Portugal*. http://biblioteca.informadb.pt/files/files/Estudos/SE-longevidade-empresarial-em-Portugal.pdf

Decker, C., & Günther, C. (2017). The impact of family ownership on innovation: evidence from the German machine tool industry. *Small Business Economics*, *48*(1), 199–212. https://doi.org/10.1007/s11187-016-9775-0

Dery, R. Dupuis, J.P., Hugron, P. & Émond-Péloquin, L. (1993). *La variété des entreprises familiales : constructions théoriques et typologique. (Cahier de recherche no. GREF093-08).* Montréal: Groupe de recherche sur les entreprises familiales, École des HRC.

Donnelley, R. G. (1967). A empresa familiar. *Revista de Administração de Empresas*, *7*(23), 162–198. http://www.spell.org.br/documentos/ver/23910/a-empresa-familiar/i/pt-br

European Commission. (2009). Final Report of the Expert Group Overview of Family – Business – Relevant Issues. *Challenges*, *November*, 1–33.

Ferramosca, S., & Ghio, A. (2018). *Contributions to Management Science Accounting Choices in Family Firms an Analysis of Influences and Implications*. http://www.springer.com/series/1505

Gersick K.,Davis, JHampton, M.,Lansberg, I. (1997). Generation To Generation Life Cycles Of The Family Business. In *Harvard Business School Press* (Vol. 34, Issue 08). American Library Association. https://doi.org/10.5860/choice.34-4568

Harms, H. (2014). Review of Family Business Definitions: Cluster Approach and Implications of Heterogeneous Application for Family Business Research. *International Journal of Financial Studies*, *2*(3), 280–314. https://doi.org/10.3390/ijfs2030280

Hernández-Linares, R., Sarkar, S., & Cobo, M. J. (2018). Inspecting the Achilles heel: a quantitative analysis of 50 years of family business definitions. *Scientometrics*, *115*(2), 929–951. https://doi.org/10.1007/s11192-018-2702-1

INE. (2021, fevereiro, 26). Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares (Base 2016) 4º Trimestre de 2020 e Ano 2020. Portal do INE

INE. (2022, março, 29). *INE, Demografia das empresas*. Nascimentos (N.º) de Empresas Por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Atividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=531963112&DESTAQUESmodo=2

Institute for Family Business. (2011). The UK Family Business Sector. *Institute for Family Business*, *November*, 44. Microsoft Word - The UK Family Business Sector New Doc.docx (aidaf.it)

Kets de Vries, M. F. R. (1997). *Family business: human dilemmas in the family firm*. International Thomson Business Press.

Lodi, J. B. (1987). *Sucessão e conflito na empresa familiar*. Pioneira.

Marques, A. P. (2018). *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*. Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho. https://doi.org/10.21814/1822.55802

Nicoliello, M. (2016). *A resiliência da empresa familiar em tempos de crise*. HSM. https://www2.hsm.com.br/resiliencia-da-empresa-familiar-em-tempos-de-crise/

Nora, N. (2018). Empresas Familiares – Por uma definição consensual. In A. P. Marques (Ed.), *Roadmap para empresas familiares: Mapeamento, profissionalização e inovação* (pp. 281–296). Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) – Polo da Universidade do Minho (CICS-UMinho).

Nora, N. (2021). Da família para a empresa: sucessão nas empresas familiares do norte de Portugal. In Direção do Programa Doutoral em Sociologia & NEDSUM (Ed.), *Ciência e Política: fronteiras e interseções. II Jornadas Doutorais, Sociologia* (pp. 52–62). Departamento de Sociologia Universidade do Minho Braga Portugal.

Nora, N., & Marques, A. P. (2022). A Geração Importa? "Retratos de Insolvência em Empresas Familiares do Norte de Portugal. In João Sarmento, Emília Araújo, & Tiago Vieira da SIlva (Eds.), *Sociedade e conhecimento* (Húmus).

Parlamento Europeu, C. da I. da I. e da E. (2015). *Proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre empresas familiares na Europa*. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2015-0223_PT.pdf

Pieper, T. M., Kellermanns, F. W., & Astrachan, J. H. (2021). Update 2021: Family Businesses' Contribution to the U.S. Economy. In *Family Enterprise USA* (Issue 704). https://familyenterpriseusa.com/polling-and-research/family-business-economic-research/

Schlepphorst, S., & Moog, P. (2014). Left in the dark: Family successors' requirement profiles in the family business succession process. *Journal of Family Business Strategy*, *5*(4), 358–371. https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2014.08.004

Vieira, E. S. (2014). Corporate Risk in Family Businesses Under Economic Crisis. *Innovar*, *24*(53), 61–73. https://doi.org/10.15446/innovar.v24n53.43909

Ward, J. L. (2004). *Perpetuating the Family Business: 50 Lessons Learned From Long Lasting, Successful Families in Business.* Palgrave MacMillan. https://doi.org/https://doi.org/10.1057/9780230505995

Ward, J. L. (2011). *Keeping the family business healthy: how to plan for continuing growth, profitability, and family leadership*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/https://doi.org/10.1057/9780230116122

Biopolítica, intersubjetividade e cotidiano durante a pandemia da Covid-19

Patrick Bastos
Doutorando em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Teresa Mora
Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Resumo

Recuperando o conceito de "biopolítica" desenvolvido por Michel Foucault, primeiramente, nos anos 1975-1976, do seu Cours do Collège de France (2005), e de acordo com a leitura atual de Paul B. Preciado (2020), a pandemia da Covid-19 foi a responsável pela expansão da biopolítica, o que resultou na instauração de medidas profiláticas de restrição em boa parte do mundo, segundo indicações da OMS (Organização Mundial da Saúde). Estas medidas, que delimitam os espaços, o deslocamento e os corpos, foram, portanto, responsáveis pela emergência abrupta de um "novo normal", o que significa alterações substanciais nos modos de vida comuns, no cotidiano das pessoas e na nossa experiência no mundo social. A partir de Agamben (2020) discutimos a legitimidade da imposição dessas medidas, bem como equacionamos a experiência delas no cotidiano, de acordo com a Sociologia Fenomenológica de Alfred Schutz (1962) e sua leitura de um mundo social intersubjetivo. Interpretamos também o "novo normal" pela perspectiva da Sociologia Dramatúrgica de Erving Goffman (1959) e seu caráter igualmente intersubjetivo. Observamos, por fim, que há outros contributos dentro do leque sociológico da intersubjetividade que podem enriquecer a nossa análise, bem como devemos nos direcionar ao campo da sensibilidade para aprofundar a nossa compreensão de um mundo intersubjetivo.

Palavras-chave: Covid-19; novo normal; intersubjetividade; cotidiano; biopolítica.

Introdução

O novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19 (*coronavírus disease* 2019), é assim intitulado por conta de sua morfologia característica, que lembra uma coroa solar, logo o prefixo *corona*: coroa em latim (Correia, 2020). O SARS-CoV-2 não foi o primeiro entre os vírus da espécie coronavírus a "saltar" para os humanos, na verdade, foi o terceiro apenas neste século e até o presente momento. Contudo, foi o primeiro a provocar o caos nas proporções que vivenciamos, desde o início da pandemia,

em 2020. Segundo dados atualizados fornecidos pelo *Google,* atingimos atualmente o número total de casos de 470.737.068 de pessoas e um número total de óbitos de 6.077.582 de pessoas no mundo inteiro – todavia, é válido levar em conta de que há sempre uma faixa significativa de subnotificações, tanto no que diz respeito ao número de casos, visto que nem todos os países têm eficácia no rastreamento, como no caso exemplar da Coreia do Sul, quanto no número de mortes, já que não há um critério global e totalmente eficaz para caracterizar a Covid-19 como causadora de um óbito, de modo que cada Estado (ou suas subdivisões administrativas) pode(m) adotar critérios diferentes. O Brasil, por exemplo, é um caso alarmante de subnotificações, visto que nunca houve nenhuma política eficaz e unificada de rastreamento de casos em dois anos de pandemia.

Esta é, não só a maior pandemia transmissível do século XXI até então, superando em muito as da SARS (síndrome respiratória aguda grave causada por um coronavírus), em 2003, e a H1N1 (gripe suína) de 2009, como já é, certamente, uma das maiores da História; sobretudo, ao considerarmos a disparidade entre o patamar atual de conhecimento científico, a sofisticação da tecnologia e dos meios de controle das massas e mitigação das doenças e o patamar em que estivemos em eventos tão emblemáticos quanto o da Gripe Espanhola, no início do século XX, ou da Peste Bubônica do século XIV. Certamente, tais avanços contribuíram para não repetir os números catastróficos de outrora. Contudo, isso somente foi possível através da adoção de um conjunto de medidas coercitivas que alteraram radicalmente os modos de vida das pessoas e, concomitantemente, a experiência do cotidiano e a sociabilidade.

Iremos problematizar essas medidas a partir de uma leitura que leva em conta as suas consequências para as relações estabelecidas no cotidiano e as implicações que daí podem advir para o bem-estar social, na vertente da intersubjetividade. Para tal começaremos por nos focalizar num debate muito comum e indissociável da nossa problemática, sobre a legitimidade das medidas de restrição, que foram alvo de discussão por muitos intelectuais contemporâneos, dentre eles Giorgio Agamben (2020), cuja posição contrária às medidas foi um tanto dissonante da maioria dos pensadores. Assim, a partir da posição de Agamben (2020) faremos uma análise crítica do argumento, perspectivando-a do ponto de vista de uma biopolítica como a formulou Michel Foucault (2005) e que Agamben (2020) parece sublinhar neste debate, bem como levaremos em conta argumentações contrárias à posição do filósofo italiano.

Em seguida, iremos estabelecer duas frentes metodológicas de análise para a problemática das relações intersubjetivas no cotidiano durante a pandemia: a primeira é a sociologia fenomenológica de Alfred Schutz (1962) e a segunda é a sociologia dramatúrgica concebida por Erving Goffman (1959) no quadro da corrente do interacionismo simbólico. Com Schutz (1962) lançamos mão de uma interpretação de mundo que leva em conta as condições de possibilidade de um mundo racional em que é possível estabelecer relações de reciprocidade no plano intersubjetivo da compreensão, e, portanto, ao nível das consciências (Ritzer, 1993a, p. 268). De modo que poderemos averiguar como tais mudanças abruptas em nosso cotidiano interferem nessas relações de "conhecimento comum" que são fortemente estabelecidas e arraigadas num vínculo cultural e histórico. A partir de Goffman (1959) podemos analisar

como se dão as dinâmicas deste "*novo normal*" em nosso cotidiano, do ponto de vista de um mundo da interpretação, em que as ações individuais, no plano intersubjetivo da interação física (face-a-face), estão sempre entrelaçadas com a recepção do público, numa lógica de palco e plateia, que podemos considerar constitutiva de um processo de comunicação que é coletivo.

1. Distanciamento social: A necessidade ou o autoritarismo da biopolítica

A sobrevida do vírus depende do contato, assim como a nossa. No momento em que nos deparamos com um vírus desconhecido ao nosso sistema imunológico, que se manifesta e se contrai pelas vias respiratórias e que possui alta transmissibilidade [o primeiro caso de Covid-19 foi diagnosticado no dia 17 de novembro de 2019, em Wuhan, na China – em fevereiro de 2020 o vírus já se encontrava em franca disseminação pelo mundo e em 11 de março de 2020 a OMS decretou pandemia (OLIVEIRA, 2020)], tornamo-nos sujeitos de um tipo de biocontrole institucional que rompe repentinamente com os nossos modos de sociabilidade ordinários. De modo a evitar o contágio, a difusão do vírus, a sobrecarga dos sistemas de saúde, a evolução das mortes em massa e a derrocada socioeconômica de um país, a circulação de pessoas no espaço público é regulada, aglomerações são evitadas ou proibidas, o uso de máscara de proteção respiratória no espaço comum passa a ser compulsório, entre outras medidas sanitárias recomendadas e praticadas por muitos dos países que lidaram e lidam com o vírus e que contrariam o modo de vida "normal" e cotidiano das pessoas, e que podem ser resumidas no *slogan* adotado por boa parte das populações e governos pelo mundo: "*Fique em casa."*

Certamente, essa foi e ainda tem sido uma questão bastante polêmica e motivo para furor social, embora com menos vigor agora, dado o movimento aparente de estabilização em relação à pandemia em que estamos caminhando atualmente, após a vacinação e o respeito pelas medidas restritivas recomendadas pela OMS (2020), por parte significativa dos Estados no contexto mundial. O filósofo italiano Giorgio Agamben (2020), contudo, logo no início da pandemia, expôs com veemência a sua condenação do que considerou um movimento autoritário por parte do governo italiano. Não obstante, seu texto, intitulado *Contagio* e publicado em 11 de março de 2020, envelheceu mal em pouquíssimo tempo: apenas 14 dias depois, no dia 28 de março, a Itália superava os 10000 mortos pela Covid-19, a despeito das medidas restritivas impostas até então – que embora insuficientes, certamente terão sido responsáveis por reduzir os danos. Antes mesmo da publicação de Agamben (2020), em fevereiro, seu amigo e também filósofo, Jean-Luc Nancy (2020), comentou a sua posição. Evidenciando o seu equívoco, registrou que não se tratava de uma gripe "normal" e que o estado de exceção, nesta conjuntura, resguardaria vidas. O descontentamento de Agamben (2020) não é, todavia, de todo inútil, uma vez que já evidenciava a experiência anti-social a que fomos submetidos. Nas palavras do próprio:

> Aún más tristes que las limitaciones de las libertades implícitas en las disposiciones es, en mi opinión, la degeneración de las relaciones entre los hombres que ellas pueden producir. El otro hombre, quienquiera que sea, incluso un ser querido, no debe

> acercarse o tocarse y debemos poner entre nosotros y él una distancia que según algunos es de un metro, pero según las últimas sugerencias de los llamados expertos debería ser de 4.5 metros (¡esos cincuenta centímetros son interesantes!). Nuestro prójimo ha sido abolido. (Agamben, 2020, p. 33)

De fato, há um componente desintegrante nas medidas profiláticas de distanciamento social, à medida que interferem na dinâmica coletiva normal e salutar para as nossas vidas e nossa experiência de mundo que é imanentemente social e intersubjetiva. Agamben (2020) não deixa de estar correto também quando denuncia que todo o dispositivo restritivo engendrado pelo Estado coloca cada cidadão como potencial *disseminador*, afinal esse é mesmo um dos fundamentos da adoção de tal dispositivo e para a sua determinação e efeito há inegavelmente uma relação de poder em jogo bastante evidente e hierarquizada que é a relação entre Estado e cidadão. Tanto é assim que, na esteira de Foucault, Paul B. Preciado afirma que:

> [...] una epidemia radicaliza y desplaza las técnicas biopolíticas que se aplican al territorio nacional hasta al nivel de la anatomía política, inscribiéndolas en el cuerpo individual. Al mismo tiempo, una epidemia permite extender a toda la población las medidas de "inmunización" política que habían sido aplicadas hasta ahora de manera violenta frente aquellos que habían sido considerados como "extranjeros" tanto dentro como en los límites del territorio nacional. (2020, p. 167)

Se o rancor e a violência com relação aos estrangeiros são como que "o reflexo perverso dos esforços desesperados visando salvar o que resta da solidariedade a nível local" (Bauman, 2006, p. 17), tratar os próprios concidadãos como estrangeiros significa arriscar o pouco de solidariedade local que resta, minando o sentimento de comunidade. Não são anormais os flagrantes a partir de *smartphones* ou os noticiários, veiculando cenas de brigas, discussões e violência ocasionadas por estresse e desacordos em relação às medidas profiláticas. Mesmo nos espaços privados e familiares houve alguma desarmonia, afinal a convivência compulsória por tempos mais longos que os normais, somado ao estresse de um dia-a-dia pandêmico são a fórmula suficiente para a discórdia familiar – sem mencionar eventuais discordâncias em relação a decisões políticas no que toca as restrições.

> A segurança ontológica e a rotina estão intimamente vinculadas, através da influência difusa do hábito. [...] A previsibilidade das rotinas (aparentemente) sem importância da vida cotidiana está profundamente envolvida com um sentimento de segurança psicológica. Quando tais rotinas sofrem alteração — por quaisquer razões — a ansiedade transborda, e mesmo aspectos muito firmemente alicerçados da personalidade do indivíduo podem ser afetados e alterados. (Giddens, 1991, p. 89)

A mudança repentina nos hábitos diários dos sujeitos, portanto, pode ter consequências importantes; ainda que nós humanos tenhamos grande capacidade de adaptação, mudanças nestas proporções afetam não somente as personalidades, como supracitado, mas o próprio tecido social. Nesse sentido, para retomar o argumento, Agamben (2020) estava correto – o que o autor parece ignorar é, contudo, que a imposição das restrições não é um mero movimento autoritário com a intenção de cercear liberdades e prejudicar as relações intersubjetivas, é, sim, uma necessidade prática diante de um mal maior. Neste sentido, conter o vírus, cujo nível de mortalidade não poderia ser desprezado, conduz-se à expansão da biopolítica já em vigor, de que tratava Foucault. Mas, medidas restritivas contundentes que reenquadram totalmente as vidas das pessoas na luta contra um microrganismo deste tipo não são necessariamente uma novidade, Foucault (2004) analisou como se deu a gestão da Peste por parte das autoridades, em que os sujeitos eram confinados em suas casas coercitivamente, numa situação literal de prisão domiciliar, sob ameaça de morte por ambos os lados (tanto pela peste, quanto pelas autoridades caso desobedecessem a determinadas diretrizes do confinamento) e recebiam diariamente suas rações de pão e vinho, através de um método sem contato interpessoal e, além disso, os cidadãos passavam por uma inspeção doméstica. Neste momento histórico de enfrentamento à peste, inaugura-se, portanto, uma biopolítica baseada na inclusão excludente, que determina o confinamento dos corpos (Preciado, 2020). Assim, na lógica da biopolítica, a "ordem responde à peste; ela tem como função desfazer todas as confusões: a da doença que se transmite quando os corpos se misturam; a do mal que se multiplica quando o medo e a morte desfazem as proibições" (Foucault, 2004, p. 163).

Apesar de esse ter sido um evento embrionário para o que denominamos hoje biopolítica e para a estratégia de confinamento que adotamos diante do mal viral, é decerto bastante diverso do que se pratica atualmente, por diversos motivos, dos quais irei referir três dos mais importantes. Primeiro, porque vivemos num mundo politicamente muito diferente, não havia nada parecido com organizações e acordos a nível global, como a OMS (Organização Mundial da Saúde) ou os Direitos Humanos Fundamentais; segundo, porque temos a participação fulcral da indústria farmacológica e a incidência de suas técnicas (farmacopornográficas, nos termos de Preciado, 2020); terceiro, porque vivemos num mundo interconectado através da tecnologia digital e seus meios de comunicação, a vigilância panóptica disciplinar descrita por Foucault acerca da peste torna-se um fóssil rudimentar perto de um mundo regido por algoritmos.

No que pese essas considerações, interessa-nos tentar compreender de que modos se dá a reconfiguração do cotidiano diante de um cenário caótico em que a biopolítica atual, com todas estas particularidades manifesta-se de modo abrupto e inesperado, evidenciando as camadas de sentido que de fato são produzidas pelo vírus, que não se resumem à sua descrição biológica, senão, se efetuam na produção dos discursos, no reenquadramento dos corpos e na reconfiguração radical da experiência ordinária do mundo social, que é produzida por relações intersubjetivas. Nesta empreitada, por ora, tentaremos examinar este último aspecto.

2. O cotidiano segundo Alfred Schutz e o "*Novo Normal*"

Estamos todos lançados num mundo de horizonte comum – isto é, um mundo, até um certo nível de generalização, culturalmente partilhado – que nos permite racionalizar, interpretar e compreender como condições do agir de forma conjunta, ou seja, minimamente coesa. No dia-a-dia, agimos movidos por uma polissemia de intenções, interesses e motivações. Desde a prática de dar continuidade a rotinas, à prossecução de projetos de vida pessoais ou coletivos, aos atos mais "insignificantes", como cumprimentar um conhecido. Todas estas ações estão, porém, culturalmente enraizadas. E isto num duplo sentido: numa acepção primeira e normativa de cultura, definida pelo prisma de um modo de vida feito de normas, valores e hábitos partilhados; e numa acepção segunda e dinâmica, em que a cultura se constitui, também, em sistema de produção de significados, a partir do qual damos significado às nossas ações, nas mais diversas dimensões da vivência quotidiana. Esta partilha é parte essencial da experiência, à medida que se constitui pelo exercício de sentidos comunais, de modo que os gestos mais banais estão, em última instância, ligados a um sentido previamente constituído, ou ainda, enraizados no domínio cultural a que pertencemos, dado que a cultura é o ponto de partida para a produção dos significados.

É nesse sentido que Alfred Schutz (1962), ao desenvolver a Sociologia Fenomenológica, postula que a experiência real dá-se com o usufruto da bagagem experiencial que carregamos, que ele denomina como "conhecimento à mão", disponibilizado em consonância com um mundo que nos antecede, um mundo *pré-interpretado* (já experimentado pelos nossos antecessores e organizado) que nos foi transmitido. Somos seres marcadamente históricos, o que nos possibilita o advento de um mundo de sentidos intercambiáveis. Assim, os objetos com os quais nos deparamos cotidianamente estão inseridos num horizonte de familiaridade e trato prévio e podem ser interpretados de acordo com certos "tipos" já preconcebidos em nosso "conhecimento à mão". O que não significa, contudo, que Schutz (1962) não reconheça a individualidade de cada um, dentro deste horizonte comum; cada sujeito tem sua situação biográfica específica, de modo que pode ter diferentes "propósitos à mão", o que resulta em diferentes pontos de interesse por diferentes objetos, e, por conseguinte, diferentes interpretações.

Para que o mundo de sentidos intercambiáveis tenha congruência, dado que cada sujeito partícipe desse mundo tem a sua individualidade própria, é necessária a existência do que o autor denomina de tese geral da "reciprocidade de perspectivas": aquilo que interpreto no mundo deve de ser de alguma forma comunicável, no sentido de uma comunicabilidade originária. O ser que interpreta não está isolado dos outros numa experiência ensimesmada, se não, percebe o mundo e percebe que aquilo que percebe é também percebido pelo outro, numa medida ao menos sensivelmente comunicável. Trata-se, portanto, nos termos do próprio autor, da "intercambialidade dos pontos de vista" e da "idealização da congruência dos sistemas de significatividade" (Schutz, 1962, p. 43).

> Así, la tesis general de las perspectivas recíprocas conduce a la aprehensión de objetos y sus aspectos realmente conocidos por mí y potencialmente conocidos por usted como conocimiento de todos. Tal conocimiento es

> concebido como objetivo y anónimo, es decir, separado e independiente de mi definición de la situación y la de mi semejante, de nuestras circunstancias biográficas exclusivas y de los propósitos reales y potenciales inmediatos que ellas involucran. (Schutz, 1962, p. 43)

A reciprocidade de perspectivas torna possível o estabelecimento de "tipificações" e "receitas", que são, na leitura de Schutz (1962), elementos pré-determinados e idealmente acordados para facilitar o trato com as coisas do mundo, de modo que podemos compreender, manipular e comunicar-nos. As tipificações são mais voltadas às pessoas, enquanto as receitas às situações (Ritzer, 1993a, p. 269). Ambas são fórmulas que utilizamos em nossa vida social; desde a linguagem às ações mais banais estão repletas delas. São, normalmente, socializadas, históricas e aprovadas e reiteradas socialmente, portanto pré-constituídas. Em termos gerais, Schutz (1962) sustenta que a "mayoría de nuestras actividades diarias, desde levantarnos hasta ir a dormir, son de este tipo. Se realizan de acuerdo con recetas que se reducen a hábitos culturales de trivialidades que no se cuestionan" (Ritzer, 1993a, p. 269).

No advento da pandemia da Covid-19, com as restrições profiláticas que em geral foram levantadas, muitos destes hábitos culturais e atividades diárias cristalizadas nas vidas sociais dos indivíduos são contrariados, ou mesmo cerceados por completo. Há um novo conjunto de regras sob o qual se tem de adaptar o quanto antes, tanto regras impostas pelas autoridades vigentes (de rigidez variável conforme a situação epidêmica momentânea, relação ao local e outros fatores possíveis), quanto regras muitas das vezes auto-impostas, seja por recomendações de terceiros (especialistas, familiares, amigos, etc.), seja pela tentativa de adoção de novas receitas para dar conta de, ou contornar, determinadas situações (Schutz, 1962) com que nos confrontamos neste período atípico.

Diferentemente do caso da peste, não sofremos com a prisão domiciliar (embora em determinados locais, em determinados períodos, tenham sido emitidos toques de recolher e aplicadas multas e sanções a quem desobedecesse), a recomendação é ficar em casa, mas, na impossibilidade de fazê-lo, há de se obedecer ao distanciamento físico. Claro, já temos nosso próprio "distanciamento social", que são nada mais que as distâncias consideradas normais entre as pessoas nos espaços, que se manifesta diferentemente dependendo dos contextos e situações, como aborda Edward T. Hall (1986) em *A Dimensão Oculta* numa tentativa antropológica de catalogar as diferentes distâncias interpessoais adotadas em diferentes circunstâncias, que vai desde a distância íntima até à longínqua – trata-se do estudo da proxêmica. A política de distanciamento social, contudo, estipula distâncias "artificiais", ou seja, diferentes daquelas adotadas em nosso cotidiano de modo inconsciente na maior parte do tempo. Há, portanto, receitas estabelecidas (que certamente variam de acordo com a matriz cultural, classe social, estilo de vida, etc.) para os distanciamentos que estabelecemos em relação aos outros, embora muitas vezes não nos demos conta de que algo tão trivial faz parte do nosso conhecimento à mão, pré-configurado e assimilado por nós, direta e indiretamente. Ter de lidar com estas distâncias não-habituais é um choque para muitos, uma vez que é necessário racionalizar e "redisciplinar" o corpo para uma atividade que ele faz com

nenhuma racionalização necessária, a não ser quando confrontado com alguma intempérie que assim o exija. No mundo "natural", o corpo desdobra-se espontaneamente sem necessidade de reflexão. Como nos diz Merleau-Ponty (2010), o corpo possui uma "*espacialidade de situação",* diferentemente dos objetos que possuem uma "*espacialidade de posição",* isso significa que a espacialidade do corpo está voltada para a ação, de modo que, à medida que nos movimentamos, temos consciência da posição de nosso corpo, contudo, ele está implicado na ação que empreendemos, que é sempre focalizada em alguma ou algumas partes do corpo.

A mesma lógica aplica-se ao uso de máscara obrigatório. Trata-se de um adorno inabitual, cujo uso correto, segundo as orientações de especialistas, depende de toda uma "etiqueta da máscara", que exige constante atenção e disciplina, para além da escolha do tipo mais adequado, mas que muitos ou desconhecem ou negligenciam. O fator cultural também faz diferença neste componente; em alguns países asiáticos já havia o hábito de utilizar máscaras protetoras para se resguardar de doenças respiratórias e alergias, algo que no Ocidente nunca foi comum e sempre causou estranhamento, como esclarece o filósofo coreano Byung-Chul Han (2020, pp. 105–106) no seguinte registro:

> En los países europeos casi nadie lleva mascarilla. Hay algunos que las llevan, pero son asiáticos. Mis paisanos residentes en Europa se quejan de que los miran con extrañeza cuando las llevan. Tras esto hay una diferencia cultural. En Europa impera un individualismo que trae aparejada la costumbre de llevar la cara descubierta. Los únicos que van enmascarados son los criminales. Pero ahora, viendo imágenes de Corea, me he acostumbrado tanto a ver personas enmascaradas que la faz descubierta de mis conciudadanos europeos me resulta casi obscena. También a mí me gustaría llevar mascarilla protectora, pero aquí ya no se encuentran.

De um ponto de vista sociológico fenomenológico, o uso da máscara, para os sul-coreanos é uma ação racional, que faz parte de uma conduta usual, no plano do sentido comum, com uma razão que a fundamenta, que é o fato estabelecido de haver um vírus transmissível pelo trato respiratório a se disseminar; e o empenho de chegar a um fim desejado de proteger a si e aos outros do vírus. Para os europeus, por não fazer parte de seu conhecimento à mão, este não seria, contudo, um curso de ação racional: as máscaras, talvez, servissem para uso médico e para casos especiais. Hoje, após dois anos de pandemia, pode-se notar com tranquilidade que a situação é diferente. Ao menos para a maior parte da população, a máscara tornou-se um acessório essencial também na Europa e no Ocidente, de modo a tornar-se regra ao invés de exceção. Não sem uma transição de hábitos e nem necessariamente seguindo todo o protocolo ou a etiqueta da máscara. A máscara foi incorporada, mas segue sendo, por vezes, uma interferência na atitude habitual do corpo – como quando se leva algo à boca e se esquece de considerá-la, causando um constrangimento.

3. A sustentação da performance segundo Goffmann e o "*Novo Normal*"

Numa interpretação goffmaniana da vida social, os sujeitos são atores representando papéis, em seu cotidiano, nos mais diversos contextos sociais de interação face-a-face (na circulação pedonal, no espaço doméstico, no local de trabalho, etc.). Desse modo, o objetivo dos atores é fazer com que suas performances convençam os espectadores e, neste sentido, as atuações são executadas em causa dos espectadores. Assim, o *self* está sempre tensionado entre o eu que se quer ser espontaneamente e as expectativas do público com relação ao eu que deve ser mostrado: a performance para o público é sempre resultado desta tensão, num modo de tentar estabilizar o *self.* No fim das contas, o *self* é, portanto, produto da relação entre o ator e a audiência.

> Los actores pueden intentar dar la impresión de que su representación es su única actuación o, al menos, la más importante. Para transmitir esta impresión los actores han de asegurarse que su audiencia está fragmentada para que no les descubran. Goffman afirmaba que incluso en el caso de que los descubran, las audiencias pueden intentar asumir la falsedad para mantener su imagen idealizada del actor. Esto revela la naturaleza interactiva de las representaciones. (Ritzer, 1993b, p. 247)

Nesse sentido, evidencia-se o prisma social das ações, de sorte que nas relações cotidianas entre os sujeitos, as ações nunca são insulares, nem unívocas, mas sempre atos sociais, ou co-atos, no jogo dramatúrgico da interação. Isso demonstra o caráter sociológico da interpretação de Goffman (1959) que, embora considere a figura do ator, não o coloca à frente ou como ponto de partida da vida social, mas como um dos componentes que colabora para o funcionamento da performance, juntamente com o público que responde com adesão ou desprezo, regulando a postura do ator, que por sua vez reage ao posicionamento do público, modulando a sua representação. Isso explicaria, muito bem, como se dá o movimento de adequação à biopolítica vigente, através de acordos sociais tácitos, numa aderência socialmente conjugada e representada que nada tem a ver com uma submissão passiva a um poder hierárquico superior simbolicamente violento.

Com efeito, a tendência gradual à adesão ao uso de máscaras por parte de grupos que não tinham este hábito desenvolvido, tem muito mais a ver, em geral, com uma dinâmica social de aprovação coletiva e representação especular, do que com uma decisão individual visando uma racionalização baseada nas informações obtidas sobre o vírus através dos meios disponíveis. Nas palavras de Goffman (1959, p. 23), "when the individual presents himself before others, his performance will tend to incorporate and exemplify the officially accredited values at the society, more so, in fact, than does his behaviour as a whole *"*.

Certamente isto não é unânime e nem precisa sê-lo, mas uma vez que o ator se encontre diante de sua plateia e ele sabe ou percebe as novas condições vigentes do "novo normal" (outro *slogan* produzido pela pandemia), normalmente encaminha a sua performance no sentido que possa ser melhor apreendida por

seus espectadores, conservando os valores vigentes. Essa é a tendência geral. Esta dinâmica oferece as condições de possibilidade para a adaptação aos novos regimes de espacialidade, bem como para o uso da máscara de proteção nos ambientes de interação. A inversão destes valores apenas evidencia ainda mais o argumento, visto que, supostamente, os sujeitos que são contra o uso de máscara, conseguem performar com mais energia quando estão junto a um público que aprova sua conduta, já que é neste contexto que conseguem dar luz ao seu *self* espontâneo e rebaixar o seu *self* social. Da mesma maneira consegue, se necessário for, obedecer às normas em outras ocasiões, seja para outros públicos, ou mesmo junto ao mesmo público confraterno, desde que estejam alinhados nas motivações para a "falsa performance" e possam manter, no seu desempenho, a imagem idealizada da personagem que representem, ou seja, apresentar-se para o público em conformidade com as expectativas societalmente exigidas.

Conclusão

Podemos nos assegurar de que a desconfiança com relação à biopolítica e à sua expansão em momentos singulares como o que vivemos é bastante útil e necessária, embora não possa ser desmedida ou sem uma visão crítica global, de modo a não cair num discurso negacionista, que negligencia as vidas com as quais esta desconfiança sugere importar-se. Tentar compreender o mundo do "*novo normal*" e seu cotidiano pode ser mais que uma forma de entendimento de uma nova dinâmica social, também um quadro interpretativo que sirva de ferramenta para compreender, por um lado, a própria ação da biopolítica na vida prática e, por outro, as formas através das quais podemos lidar com ela e reorganizar a nossa experiência, sem colocar em risco as nossas vidas. Tal compreensão pode nos ajudar a perceber os limites da biopolítica, colocando-a em perspectiva crítica, a partir do ideal de um pacto social entre o bem-estar comum e a liberdade individual, de modo a tornar mais nítido o que deve ser bem aceito e socializado e o que deve ser combatido.

Em relação ao que foi explorado até aqui, é necessário, no futuro, aprofundar a problemática intersubjetiva, no seu desenvolvimento teórico, confrontando as perspectivas apresentadas com outras posições possíveis, tais como a de Jean-Paul Sartre (Honneth, 1995). Contributos do interacionismo simbólico como os de Herbert Blumer (Ritzer, 1993b) e George H. Mead (Ritzer, 1993b) podem agregar valor numa investigação sobre o cotidiano. Devemos, ainda, avançar ao campo da sensibilidade, visto que a comunhão originária das relações intersubjetivas que Schutz (1962) supõe não depende apenas de um mundo de idealizações intercambiáveis, mas da percepção de um mesmo mundo sensível que fundamenta a nossa experiência, dado que, para além de ser o mundo das sensações, o mundo sensível é histórico e cultural. Desse modo, podemos encontrar em Merleau-Ponty (2010) a fonte para uma sociologia intersubjetiva que entrelace as relações cotidianas com o modo de existência sensível.

Bibliografia

Agamben, G. (2020). Contagio. *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia*, 31–33. ASPO - Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio.

Bauman, Z. (2006). *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio d'Água.

Correia, P. (2020). Coronavírus - Não confundir o vírus com a doença. *A Folha*, *62*(3), 1–9.

Foucault, M. (2004). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (2005). *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Martins Fontes.

Giddens, A. (1991). *As Consequências da Modernidade*. Unesp.

Goffman, E. (1959). *Presentation of Self in Everyday Life* (1st ed.). University of Edinburgh: Social Sciences Research Centre.

Hall, E. T. (1986). *A Dimensão Oculta*. Lisboa: Relógio D'Água.

Han, B.-C. (2020). La emergencia viral y el mundo de mañana. *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia*, *1*(1), 97–111. ASPO - Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio.

Honneth, Axel (1995). The Struggle For Recognition: On Sartre's Theory Of Intersubjectivity. In Charles W. Wright (Ed.). *The Fragmented World of the Social: Essays in Social and Political Philosophy* (pp. 158-167). EUA: State University of New York Press.

Merleau-Ponty, M. (2010). La spatialité du corps propre et la motricité. In B. Andrieu (Ed.), *Philosophie du Corps - Expériences, Interactions et Écologie Corporelle* (pp. 382-394). Paris: Vrin.

Nancy, J.-L. (2020). Excepción viral. *Sopa de Wuhan Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia*, 29–30. ASPO - Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio

Oliveira, P. I. de. (2020, Março 11) Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus. [Artigo Online] Extraído de: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus

Organization, W. H. (2020). COVID-19 Strategy Update. https://www.who.int/publications/m/item/covid-19-strategy-update

Preciado, P. B. (2020). Aprendiendo del virus. *Sopa de Wuhan*, *1*(1), 163–185. https://doi.org/10.36105/mye.2021v32n1.08

Ritzer, G. (1993a). Sociología fenomenológica y etnometodología. In McGraw-Hill (Ed.) *Teoría Sociológica Contemporánea* (pp. 263–308). EUA: Universidad de Maryland.

Ritzer, G. (1993b). *Teoría Sociológica Contemporánea* (McGraw-Hill (ed.); 1ª). Universidad de Maryland.

Schutz, A. (1962). *El Problema de la Realidad Social*. Espanha: Amorrortu editores.

Pesquisa, sociologia pública e a ação política no campo alimentar: o caso do Brasil

Zênia Tavares da Silva
Doutorada em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Fernando Bessa Ribeiro
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho e CICS Nova UMinho, Portugal

Maria Paula Mascarenhas
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Resumo

As mudanças sociais que produzem efeitos positivos para a sociedade de forma ampla, não apenas para as classes sociais afluentes, requerem uma maior participação da população, especialmente das camadas trabalhadoras e populares. Uma das áreas mais relevantes no campo do envolvimento democrático dos cidadãos é o da alimentação. Tomando o Brasil como referência e considerando que este campo é atravessado por questões complexas, envolvendo a saúde, a política, a economia e a cultura, serão analisadas as articulações entre a pesquisa sociológica sobre alimentação e a cidadania, mobilizando-se nomeadamente o conceito de sociologia pública. Assumindo esta um lugar decisivo no campo da sociologia crítica, procura-se demonstrar a sua relevância para o envolvimento dos pesquisadores com os cidadãos na ação política comprometida com a implementação de sistemas agroalimentares mais sustentáveis e o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA).

Palavras-chave: alimentação; cidadania; DHANA; sociologia pública; pesquisa-ação.

Introdução

As mudanças sociais que beneficiam a sociedade de forma ampla exigem o envolvimento da população. Trata-se, em especial, de promover a participação das classes trabalhadoras e populares, sistematicamente arredadas dos espaços de deliberação, através de formas de democracia participativa que, não se colocando em contraponto à democracia representativa, permite incrementar a intensidade democrática. Um dos campos mais relevantes é o da alimentação, envolvendo nomeadamente a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a soberania alimentar. Tendo a fome uma presença ainda hoje marcante em muitos países, a discussão sobre as causas e caminhos para superar a insegurança alimentar e nutricional é da

maior atualidade social e política, à qual o campo académico não deve ficar indiferente. Tal exige uma discussão não apenas na academia, nem dependente unicamente dela, mas em diferentes espaços da sociedade, como o Estado, o mercado, os meios de comunicação, o terceiro setor e outras arenas onde a "sociedade civil" atua.

A alimentação é um eixo estruturante do desenvolvimento humano, social e económico (Sen, 2000). Trata-se, sublinhe-se, da persistência de um dos mais graves problemas que a humanidade enfrenta. Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) revelam que desde 2014 os níveis de insegurança alimentar têm crescido paulatinamente em todo o mundo (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2020). A resolução desses problemas necessita de programas e políticas que visem diminuir a insegurança alimentar, especialmente nos grupos sociais mais vulneráveis. No Brasil, a redemocratização dos anos 1980, protagonizada pelas ações de protesto da sociedade civil, possibilitou ampliar a discussão sobre a segurança alimentar, relacionando a questão da fome com a cidadania. Ou seja, para superar a insegurança alimentar e sua expressão mais grave, a fome, é necessário discuti-la como uma questão central nas políticas públicas. Os últimos anos foram marcados por diversas crises, articulando economia, política e saúde, com destaque para a pandemia de Covid-19. Expondo e ampliando as desigualdades, a pandemia logo revelou a centralidade da alimentação, ao afetar o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA). Este facto exige discutir o papel da cidadania na reivindicação e concretização de avanços na justiça social, nos direitos humanos e na soberania alimentar. Tal convoca uma sociologia comprometida (Silva & Nunes, 2017) com a população, a fim de garantir políticas públicas que promovam o DHANA.

As ciências sociais, em particular a sociologia, fornecem uma importante contribuição com a produção de conhecimento pericial útil para o debate sobre a questão alimentar. Daí que se justifique um maior envolvimento dos sociólogos com diferentes grupos sociais, especialmente os mais vulneráveis, como é o caso daqueles que sofrem com a insegurança alimentar e nutricional. Burawoy (2006a, 2006b, 2021) é uma figura de proa, cabendo-lhe um papel decisivo na definição da sociologia pública e do envolvimento dos investigadores nos debates com os cidadãos. Neste ensaio procura-se demonstrar a relevância da sociologia pública para os estudos do campo alimentar, assim como ressaltar a importância do envolvimento dos pesquisadores e dos cidadãos na ação política comprometida com o DHANA. Começando por apresentar este direito, descrevendo os seus elementos fundamentais e o modo como deve ser aplicado para garantir a sua concretização, reduzindo a recorrente disjunção entre a *law in books* e a *law in action*, escrutina-se a soberania alimentar e sua relação com a cidadania. Feita a contextualização das principais questões alimentares e dos direitos consignados, tendo sempre o Brasil como referência geopolítica principal, situa-se a sociologia pública, colocando-a em diálogo com a pesquisa-ação. Para isso serão explicitadas experiências de pesquisa e envolvimento participativo da primeira autora deste texto. Trata-se de discutir a pesquisa ação como potencializadora da ação orientada para a transformação da realidade,

recusando a inevitabilidade do presente, como sugere Burawoy (2006a). Por outras palavras, procurar-se-á mostrar, a partir de uma posição teórica e política comprometida com agendas emancipatórias, que a segurança alimentar, inseparável da soberania alimentar, é melhor defendida se a sociologia pública for articulada com a pesquisa ação, uma e outra requerendo contributos das ciências sociais críticas para a promoção da cidadania no sentido dado por Freire (2005a, 2005b).

1. O DHANA, a soberania alimentar e a cidadania: questões e articulações no Brasil

Diferentes instrumentos internacionais que tratam dos direitos humanos aludem ao DHANA. O artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) estabelece que "todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar para si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis". Igualmente, o artigo 11º do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), "reconhece o direito fundamental de todos de estar livre da fome" (Brasil, 1992). São acordos comprometidos com um aspeto essencial à sobrevivência humana, isto é, o direito à alimentação. Ao subscrevê-los, o Estado brasileiro obriga-se a respeitar, proteger, promover e prover o direito humano à alimentação conforme o preconizado no artigo 6º da Constituição, de modo a preservar a sua população da fome. Assim, entender que a alimentação é um direito humano fundamental à vida implica que a sociedade e o Estado não podem ficar indiferentes. Tal leva-nos a equacionar igualmente a cidadania alimentar, isto é, o direito dos cidadãos a participar na governação e na promoção de um sistema alimentar que tenha em consideração os aspetos sociais, económicos e culturais, a justiça social e a sustentabilidade ecológica. O exercício da cidadania deve-se pautar não só pelo "(re)conhecimento do papel de cada interveniente na cadeia produtiva dos alimentos, sem descurar os deveres da saúde pública", mas também pelo "compromisso com a sustentabilidade ambiental, cultural, política e económica na defesa dos direitos alimentares e nutricionais de todos" (Portovedo, 2021, p. 104).

Considerando que "a fome é a expressão biológica de males sociológicos" (Castro, 1996, p. 115), destarte, é um problema social provocado pela ação humana, fruto de um sistema que propicia desigual distribuição e limitações no acesso a meios de subsistência. A sua compreensão exige também discutir os efeitos decorrentes das desigualdades existentes no Brasil. O DHANA é violado quando o Estado não investe em políticas públicas e estratégias sustentáveis que visem garantir a produção, a distribuição, o acesso e o consumo de alimentos. Josué de Castro e Betinho, duas referências importantes no combate à fome no Brasil, destacaram que para acabar com ela é preciso considerar duas dimensões essenciais: (i) a dimensão de cunho técnico, nomeadamente produção, abastecimento e consumo; (ii) a dimensão de cariz político, nesse caso a democracia, direitos e cidadania (Lustosa & Peiter, 2020). Tendo como referência estas dimensões, o governo progressista do Partido dos Trabalhadores, liderado por Lula da Silva, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Este sistema público coordena de forma

intersetorial as políticas públicas de SAN para concretizar o DHANA (Brasil, 2006). Sua implementação requer a participação e o diálogo constante entre setores da sociedade organizada e órgãos públicos. Ou seja, exige da sociedade o exercício da cidadania ativa, participativa e democrática nas questões afeitas ao DHANA.

Garantir o DHANA e a SAN passa também pelo debate sobre a soberania alimentar. Esta discussão iniciou-se com o movimento de camponeses/as no mundo e expandiu-se para a população das cidades. A preocupação não se restringe apenas ao acesso a alimentos saudáveis, livre de contaminantes e transgénicos, mas abarca igualmente questões políticas, ecológicas e culturais. O seu conceito enfatiza a necessidade de autonomia e de melhores condições de vida e de trabalho para quem produz e consome, ou seja, é

> [...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, 2001, p. 1).

O conceito acima enunciado sublinha a importância do poder autónomo na decisão para realizar o DHANA, desempenhando o Estado-nação um papel crucial. A autonomia é necessária para o exercício da cidadania, tendo em vista a "participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes" (Benevides, 1991, p. 20). Nesse sentido, juntamente com a soberania alimentar, é necessário acrescentar a soberania política, de modo a que cada país possa concretizar a sua independência na produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. Tal requer o direito de os povos participarem nas decisões políticas do país, a fim de estabelecerem o seu modo de vida, considerando os saberes e práticas alimentares entendidos como património cultural num determinado espaço social (Conti et al., 2015; Gomes Jr. & Aly Junior, 2015). Ao mesmo tempo cabe ao Estado e aos seus diversos patamares de governo, nomeadamente federal/nacional, estadual/regional e local, promoverem ações públicas, assim como políticas estruturantes que atendam as necessidades da população, tanto urbana (v.g., políticas de geração de emprego e renda dignos), como rural (v.g., políticas de acesso à terra e outros recursos naturais, como água e sementes). Isto significa dizer que a garantia do DHANA é indissociável das ações de mitigação das desigualdades sociais e económicas, incluindo as relacionadas com as de género e raça (Burity & Rocha, 2021).

3. Sociologia pública, pesquisa-ação e a participação cidadã no campo alimentar

Aqui chegados, tendo certamente ficado claro que a alimentação, enquanto necessidade humana fundamental e direito reconhecido internacionalmente, bem como na lei fundamental de muitos países, é um bem social muito especial que importa defender, promover e garantir o seu acesso humano. No entanto, como bem sabemos e foi acima amiúde discutido, tal ainda está longe de estar concretizado. Não obstante a dimensão numérica da população humana, colocando problemas inquietantes também no campo alimentar, a produção de alimentos é suficiente para alimentar adequadamente todos os indivíduos. Tal coloca em evidência que a alimentação, repetindo o que foi já devidamente explicitado, é uma questão política e social, devendo assim ser analisada.

Não existindo uma única posição teórica e política, podendo ser observada a partir de diferentes perspetivas, tal permite antever a relevância de uma sociologia construída no contacto com diferentes atores sociais e no estabelecimento de uma relação de diálogo reflexivo entre quem pesquisa e o público leigo. Quer dizer, trata-se de praticar a sociologia pública, contribuindo para a emancipação da sociedade civil, fazendo funcionar a "'consciência' da sociologia académica", como assinala Pereira (2009, p. 1 e 6), num texto de escrutínio da sociologia pública aplicada ao campo sociológico português. Convocando o discutido por um de nós (Ribeiro, 2017a), esta vertente da sociologia é inseparável, seguindo os argumentos de Burawoy (2006a, 2006b, 2021), da sociologia crítica, para a qual contribuíram figuras de proa da Escola de Francoforte, como Horkheimer, Adorno, Marcuse e Habermas. Esta orientação do conhecimento sociológico, entendendo que o mundo não tem que ser como é, contribui para a desestabilização da "inevitabilidade do presente" (Burawoy, 2006a). Aplicado ao campo da alimentação, tal permite refutar a fome como uma realidade ditada por forças alegadamente impessoais que as sociedades e ação política organizada são incapazes de contrariar. Mais, a sociologia pública é fundamental para situar o debate no contexto em que ele tem de ser realizado para se compreender o fenómeno da alimentação, isto é, o capitalismo e suas dinâmicas predatórias e excludentes, colocando em ação uma "sociologia das políticas, em particular, das políticas públicas" (Pereira, 2009, p. 10).

Vinculada, pois, às correntes teóricas mais críticas, com destaque para o marxismo, a visibilidade da sociologia pública e dos "sociólogos públicos" cresceu em boa medida devido à ação incansável de Burawoy (2006a, 2006b, 2021), nomeadamente marcando presença em eventos científicos para divulgar e debater os seus argumentos sobre estas articulações entre sociologia e política. O Brasil, como Portugal, não poderiam ficar à margem destas dinâmicas. No lado português a sociologia pública tem merecido o interesse de diversos autores, com destaque para A. S. Silva (2006, 2008) e Casa Nova *et al.* (2012). No caso deste livro coletivo é de destacar o texto de J. T. Lopes (2012), no qual este autor defende as teses de Burawoy (2021) acerca da vocação pública da sociologia, necessariamente ancorada em conhecimento crítico e na participação cidadã, seja individual, seja através de movimentos e outros coletivos empenhados

em debater os problemas para os solucionar. Já no Brasil o campo de estudos e debates sobre a sociologia pública foi fortemente incentivado quando em 2007 Burawoy participou em diversos encontros em universidades brasileiras. Na sua perspetiva a "sociologia pública traz a sociologia para uma conversação com públicos: entendidos como pessoas que estão, elas próprias, envolvidas na conversação. Isto envolve, por isso, uma dupla conversação" (Burawoy, 2006a: 25). Destarte, o diálogo possibilita uma educação recíproca entre quem investiga e o público investigado.

Embora nunca se tendo assumido como um sociólogo público, qualquer debate em torno da dimensão pública da sociologia exige lembrar Bourdieu. Como é sugerido por um de nós (v.g., entre outros textos, F. B. Ribeiro, 2011), foi um dos teóricos sociais que mais defendeu o compromisso entre as ciências sociais e o campo político e social, seguindo o praticado por Jean Paul Sartre, Michel Foucault e Simone de Beauvoir, para mencionar apenas alguns dos mais conhecidos, numa linha que podemos encontrar as suas raízes em Marx e Engels. Na leitura do sociólogo francês a sociologia deve estar presente no campo público, nomeadamente submetendo os resultados das pesquisas ao escrutínio dos cidadãos (cf. Desaut & Rivière 2002). Trata-se de praticar o scholarship e o commitment (Bourdieu 2002, p. 3), isto é, o conhecimento engajado, que recusa permanecer indiferente ao mundo social. No mesmo sentido, Estanque (2009) defende a reflexão e análise sociológica para, a partir dela, intervir na esfera pública, instigando a participação e a cidadania ativa. Sendo certo que nem todos os sociólogos públicos se classificam como marxistas, é ao marxismo que muitos vão buscar os principais conceitos e recursos de análise teórica e política para praticarem a sociologia pública. Como notou Wright, numa reflexão notável sobre marxismo e feminismo,

> os intelectuais que trabalham com cada uma destas tradições teóricas acreditam que a razão principal para se darem ao trabalho de desenvolver toda uma investigação e uma teoria social está em poder contribuir, de alguma maneira, para a concretização dos respectivos projectos emancipatórios (1997, pp. 6-7).

Mostrando como a teoria social é útil para compreender e municiar as lutas pela transformação do nosso quotidiano, o escrutínio científico crítico sobre a alimentação e o seu contraponto, a fome, permite colocar no centro do debate público as consequências desta: morte prematura e sofrimento medido em centenas de milhões de seres humanos, privados de uma dieta alimentar suficiente para os afastar da inanição, enquanto outros desperdiçam alimentos. Se, para muitos, tal suscita simplesmente indiferença, os que recusam a pretensa "torre de marfim" académica concordam certamente com o argumento de Sousa Filho (2017, p. 13): "se o conhecimento não serve para pensar e melhorar a vida humana não serve para mais nada de importante".

Este trabalho de crítica radical à atual configuração do nosso mundo e das suas diversas formas de exploração, opressão e dominação, incluindo no campo da alimentação, implica a mobilização da pesquisa-ação (também designada por investigação-ação), a bem dizer inseparável da sociologia pública. Braga, Garcia e Silva (2008) consideram que o Brasil, sendo um dos países mais desiguais no mundo, é campo fértil para investigações e estudos tendo como referência uma sociologia crítica, reflexiva e engajada, comprometida com diferentes públicos, para além dos espaços académicos. Considerando as conexões da sociologia pública com os públicos, a pesquisa-ação contribui igualmente para a tomada de consciência da situação vivenciada pelo grupo investigado (cf. Braga & Burawoy 2009; Braga & Santana, 2009). Quer dizer, o diálogo entre diferentes sujeitos na construção de conhecimentos de forma colaborativa é inerente à pesquisa-ação, sendo necessário compreendê-la como uma prática social e política, tendo em vista que "se move no domínio das relações de classe, das relações de poder, das relações de distribuição de recursos na sociedade, nos sistemas de decisão da sociedade" (Pinto, 1987, p. 88). Por outras palavras, a pesquisa-ação caracteriza se

> por conjugar em um mesmo processo duas práticas sociais tradicionalmente separadas, a prática científica de produção de conhecimentos e a prática pedagógica, visando não só a transformação da consciência, representações e visões de mundo, mas a própria visão da realidade concreta mediante um processo coletivo de produção de conhecimentos e de organização dos sujeitos participantes, condição da própria transformação do real (Duque Arrazola, 2014, p. 19).

A pesquisa-ação, enquanto estratégia de conhecimento e metodologia de investigação exprime o caráter coletivo, participado e negociado do processo de pesquisa e recorre a técnicas participativas, como as entrevistas coletivas e reuniões de discussão para identificação e discussão do problema central e das possíveis soluções. Tal é bastante pertinente para o estudo da questão alimentar, atendendo às várias dimensões que este tema abrange. Fundamentado na perspetiva da pesquisa-ação, é possível fazer uso de diferentes meios de aproximação e elaboração de saberes com a população ao realizar a pesquisa. Neste contexto assume particular importância a valorização da voz e das aspirações dos sujeitos envolvidos, de modo a não só produzir conhecimento científico, mas contribuir também para mudança, especialmente intervir nas políticas públicas, como são as que se aplicam ao campo alimentar. No Brasil são exemplos relevantes o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O envolvimento direto e colaborativo, em todas as etapas da investigação, entre pesquisadores/as e diferentes sujeitos do problema a ser investigado facilita o desenvolvimento de intervenções e o enfrentamento de problemas, neste caso a insegurança alimentar e nutricional das populações mais

desprovidas de recursos. Tendo em vista o seu processo cíclico de planeamento ação interpretação, a pesquisa-ação favorece o engajamento social e político dos sujeitos, sendo estes também responsáveis pela elaboração do conhecimento, que contribuirá para as resoluções partilhadas, a fim de transformar e procurar contribuir para a solução de problemas.

Devido ao seu caráter participativo com o envolvimento de pesquisadores e participantes interessados na resolução de um determinado problema social, o desenvolvimento da pesquisa-ação requer o atendimento dos seguintes objetivos: (i) conceder aos pesquisadores e aos agentes alvo da pesquisa as condições para melhor escrutinarem as soluções para os seus problemas reais; (ii) possibilitar a resolução de problemas de diferentes tipos ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação em estudo; (iii) ampliar o conhecimento científico acerca de questões relacionadas ao locus da pesquisa; (iv) proporcionar às pessoas e grupos participantes da pesquisa a ampliação do nível de consciência quanto à situação problemática detetada (Thiollent, 1986, p. 8 e 16).

O envolvimento e a interação com as comunidades contribuem para maior interação do investigador com o grupo investigado, facilitando igualmente a ação dos participantes no sentido de transformar a sua realidade. O estudo sobre as condições de segurança alimentar e nutricional de comunidades remanescentes de quilombos em Pernambuco (Nordeste brasileiro), empreendido pela primeira autora deste texto, destapou a situação crítica de insegurança alimentar e de condições de vida dessa população. Os resultados registados no relatório da pesquisa foram apresentados no encontro com o grupo de quilombolas investigado. Não só se procurou respeitar um dos princípios fundamentais comuns quer à sociologia pública, quer à pesquisa-ação, devolvendo e procedendo à discussão das conclusões da investigação, como o documento apresentado suscitou interpelações sobre o papel do Estado, do poder público local e estadual para solucionar ou amenizar os problemas relacionados com as condições de vida muito sofridas desta população, particularmente no que se refere ao campo alimentar, a saber: produção, acesso à água e disponibilidade de alimentos (produzidos e/ou comprados). No debate foi proposto a realização de uma carta política a ser entregue num evento público ao secretário responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário, convocando o compromisso do Estado para garantir o direito à alimentação, previsto na Constituição Federal brasileira. A oportunidade de dialogar e entregar o documento (carta política) Vozes da luta e resistência quilombola do estado de Pernambuco: por direitos, soberania e segurança alimentar, diretamente ao responsável por resolver os problemas vivenciados, foi considerada bastante positiva e esperançosa pelos/as quilombolas/as.

Conclusão

A situação no Brasil confirma o que a literatura sociológica sobre a alimentação tem destacado: a fome, a insegurança alimentar e as dificuldades de acesso a uma alimentação adequada às necessidades humanas são questões políticas e sociais. A bem dizer, são expressões muito violentas das desigualdades

sociais que tingem as nossas sociedades de sofrimento e vidas desperdiçadas. Sendo social e politicamente construídas, as soluções podem, pois, ser mitigadas e mesmo eliminadas por políticas públicas adequadas, como foram as empreendidas pelos governos de Lula da Silva. Funcionando as desigualdades como um contrapeso a esta ação política progressista, sempre que esta é fragilizada (ou mesmo revertida) produz impactos nas populações mais marginalizadas, como é o caso das comunidades quilombolas acima analisadas.

Não ficando indiferente à fome e à insegurança alimentar, a sociologia pública e a pesquisa ação, seus fundamentos, caracterização e práticas, possuem objetivos comuns e articulações que são úteis para a investigação sobre a questão alimentar de acordo com perspetivas sociológicas e políticas críticas. Assim, considera-se que estas perspetivas concorrem para a abertura de caminhos para pensar a questão alimentar, no sentido de apontar respostas que possibilitem o DHANA a partir de sistemas agroalimentares mais saudáveis e sustentáveis. É comum na sociologia pública e na pesquisa-ação o engajamento do pesquisador com os atores sociais que fazem parte das suas pesquisas. Assumindo os limites da eficácia da ação dos sociólogos públicos nas lutas emancipatórias, reconhecendo que a "dimensão pública da sociologia, ainda que possa não ser, por si só, suficiente para responder cabalmente aos desafios do tempo presente" (Pereira 2009, p. 12), a sociologia pública, como vimos para o caso da alimentação, revela as suas possibilidades, mas também sentido para o trabalho quotidiano dos seus praticantes e, mais amplamente, para o conhecimento sociológico interessado na transformação social comprometida com a construção de uma sociedade decente. Tal coloca desafios a todos os que procuram dar expressão pública ao seu trabalho como pesquisadores comprometidos com o destino da sociedade sobre a qual se interessam e da qual fazem parte. Em concreto, trata-se de encontrar caminhos onde o trabalho empírico possa combinar a crítica teórica com o diálogo público para cooperar no debate social e político, considerando os diferentes patamares de ação (global, nacional e local), necessariamente partindo das agendas e experiências concretas dos movimentos sociais e políticos, incluindo aquelas que se encontram ligadas às questões dos direitos humanos, como é o direito à alimentação. Não sendo as escolhas no campo da alimentação política e socialmente neutras, é necessário que as ciências sociais e seus produtores dialoguem e participem com os demais cidadãos nos debates públicos sobre os problemas, perspetivas e caminhos possíveis para a construção de um mundo livre da praga da fome, assegurando a todos, sem distinção de classe, género, raça ou nacionalidade, o acesso à alimentação em quantidade adequada a uma vida saudável.

Bibliografia

Benevides, M. V. (1991). *A Cidadania Ativa*. São Paulo: Ática

Bourdieu, P. (2002). "Um saber comprometido", *Le Monde Diplomatique*. 7 edição portuguesa, ano 3 (35): 3.

Braga, R., & Burawoy, M. (2009). *Por uma Sociologia Pública*. São Paulo: Alameda.

Braga, R., & Santana, M. A. (2009). Sociologia pública: Engajamento e crítica social em debate. *Caderno CRH, Salvador*, *22*(56), 223-232.

Braga, R., Garcia, S., & Silva, L. M. (2008). Sociologia pública e engajamento social: Considerações sobre o Brasil. *Current Sociology*, *56*(3), 415-424. https://doi.org/10.1177/0011392107088235

Brasil (1992). Decreto no 591, de 6 de julho de 1992. *Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.* Promulgação. Brasília: Presidência da República, 1992.

Brasil (2006). Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006.

Burawoy, M. (2006a). Por uma sociologia pública. *Revista de Ciências Sociais-Política & Trabalho,* 25, 9-50.

Burawoy, M. (2006b). A Public Sociology for Human Rights. In: J. Blau & K. Iyall Smith (Eds.)., *Public Sociologies Reader (*pp. 1-18). Lanham, Rowman & Littlefield.

Burawoy, M. (2021). *Public Sociology*. Nova Jérsia: John Wiley & Sons.

Burity, V. T. A., & Rocha, N. C. (Org.). (2021). *Informe Dhana 2021: Pandemia, Desigualdade e Fome*. Brasília, DF: FIAN Brasil.

Casa-Nova, M. J., Benavente, A., Diogo, F., Estevão, C., & Lopes, J. T. (Org.). (2012). *Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Castro, A. M. de (Org.). (1996). *Fome, um Tema Proibido: Últimos Escritos de Josué de Castro*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco.

Conti, I. L., Bazotti, A., Finokie, M. (2015). Interfaces entre direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar. Comunicação apresentada nas *III Jornada Questões Agrária e Desenvolvimento: Os sujeitos na soberania alimentar*. Curitiba, 12-13 novembro.

Delsaut, Y., & Rivière, M.-C. (2002). Bibliographie des travaux de Pierre Bourdieu: suivi d'un entretien sur l'esprit de la recherche. Sciences humaines & Sociales.

Duque-Arrazola, L. S. (2014). Apresentação. In: Duque-Arrazola, Laura, & Jean Marie Thiollent, Michel (Org.). *Metodologia, Teoria do Conhecimento e Pesquisa-Ação* (pp. 7-33). Belém: UFPA, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

Estanque, E. (2009). Sociologia e engajamento em Portugal: Reflexões a partir do trabalho e do sindicalismo. *Caderno CRH, Salvador*, *22*(56), 311-324.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO (2020). The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets. Roma. https://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html

Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar (2001, 7 de setembro). Pelo Direito dos Povos a Produzir, Alimentar-se e a Exercer sua Soberania Alimentar. *Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar*. Havana: Cuba.

Freire, P. (2005a). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2005b). *Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gomes Jr. N. N., & Aly Júnior, O. (2015). Soberania alimentar e agronegócio: Notas além da porteira. *Retratos de Assentamentos*, 18(2), 305 -319.

Lopes, J. T. (2012). Da especificidade da sociologia na transformação do mundo. *In* Casa-Nova, Maria José, Benavente, Ana, Fernando Diogo, Estevão, Carlos, & Teixeira Lopes, João (Org.). (2012). *Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual* (pp. 25-34). Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Lustosa, M. M. A., & Peiter, G. M. (2020). Fome e soberania alimentar na perspectiva do direito, da economia e da cidadania. *Anais do XVII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História das Ciências.

ONU (1948, 10 de dezembro). Assembleia Geral. *Universal Declaration of Human Rights*. Paris.

Pereira, V. B. (2009). Instrumentalidade, reflexividade e orientação do conhecimento na génese e consolidação da sociologia portuguesa: Um breve comentário a propósito de 'For public sociology' de Michael Burawoy. *Actes de la recherche em sciences sociales*, 1-12.

Pinto, J. B. (1987). Planejamento participativo: Rito ou prática de classe? *Revista Cultura*, *81*(1), 71-89.

Pinto, J. M. (2022), A rotinização do marxismo na pesquisa sociológica de terreno. In Ribeiro, F. B., Silva, M. C., Afonso, A. J., Matos, C., Mendes, F., Estrada, I. & Sousa, S. (Orgs.)., *Marx: Legado, Críticas e atualidade* (pp. 359-378). Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Portovedo, S. (2021). *Políticas Públicas e (In)segurança Alimentar e Nutricional: Retrato Sociológico do Município de Belas – Luanda*. Coimbra, Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento em Território, Risco e Políticas Públicas).

Ribeiro, F. B. (2017a). *Uma Sociologia do Desenvolvimento.* Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Ribeiro, F. B. (2017b). Uma vida de muitos combates e de sonhos maiores. *SPN-Informação*, *75*, 22-24.

Sen, A. (2000). *O Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva M. F. S., & Nunes, E. D. (2017). Josué de Castro e o pensamento social brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva, 22*(11), 3677-3687.

Silva, A. S. (2006). *A Sociologia e o Debate Público: Estudos Sobre a Relação entre Conhecer e Agir*. Porto: Afrontamento.

Silva, A. S. (2008). Conhecimento Sociológico e Acção Social. In Torres, Anália e Baptista, Luís (Orgs.). *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção* (pp. 217-231). Porto: Afrontamento.

Silva, M. C. (1998). *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.

Silva, M. C. (2009). *Classes sociais. Condição Objectiva, Identidade e Acção Colectiva*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Silva, M. C. (2012). Etnicidade e racismo: uma reflexão pró-teórica. In M. C. Silva, & J. M. Sobral (Orgs.)., *Etnicidade, nacionalismo e racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares* (pp. 21-75). Porto: Afrontamento.

Silva, M. C. (2016). *Desigualdades de Género. Família, Educação e Trabalho*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Silva, M. C. (2020). Espaço, cidade e habitação como primeiro direito. In M. C. Silva, L. V. Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes, & A. M. N. Vasconcelos (Orgs.). *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito* (pp. 29-53). Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Sousa Filho, A. (2017). *Tudo é Construído, Tudo é Revogável! A Teoria Construcionista Crítica nas Ciências Humanas*. São Paulo: Cortez.

Thiollent, M. J. M. (1986). *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez

UFRPE/DCC/DECISO/NECEF (2021). *Relatório Final de pesquisa. Diagnóstico da segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas do estado de Pernambuco*. Recife, 2019-2020.

Wright, E. O. (1997). Um Menu Conceptual para o Estudo das Conexões entre a Classe e a Diferença Sexual. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 5-21.

O tempo do turismo nos tempos da experiência do espaço: um olhar etnográfico[10]

Márcia Silva
Programa Doutoral em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal
Rita Ribeiro
Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal
Emília Araújo
Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Resumo

Nesta pequena viagem no tempo do Porto, procuramos relatar e refletir em torno de três paragens principais no tempo da cidade: o tempo do encantamento da cidade pelo turismo, um tempo marcado pela fantasia, crescimento e deslumbre; o tempo do declínio de uma cidade que vê o número de turistas diminuir drasticamente face aos constrangimentos impostos pela pandemia Covid-19; a espera a que a cidade se sujeita na expetativa de que o tempo de pandemia passe, e que desespera pelo movimento e o frenesim do turismo. Neste sentido, o texto discorre sobre algumas das implicações do tempo do turismo e como pode ser menos favorável ao tempo das comunidades e dos projetos sociais e económicos postos em marcha com a reconversão rápida ao turismo. Esta conclusão está alinhada com discussões sobre a (in)sustentabilidade do turismo voraz, ainda mais premente hoje, por efeito da pandemia, e o futuro que se começa a traçar no que respeita ao turismo de experiência, de mobilidade e de interação.

Palavras-chave: cidade; pandemia; Porto; tempo**;** turismo.

Introdução

A cidade é um espaço-tempo carregado de história, memória e projeções do futuro. Feita através do tempo, a cidade acumula tempo e mostra-se na sua capacidade de produzir expectativas, organizar e orientar a vida das pessoas e das coisas (Fortuna, 1999, 2009). Este artigo segue um alinhamento observacional e explora algumas das implicações e dos desafios do processo de turistificação da cidade do Porto, ligados designadamente ao esvaziamento da memória viva dos lugares associado aos processos de reconfiguração e transformação do espaço e do intenso "acidente" no tempo histórico, causado pela sobre-

[10] Este texto é a versão portuguesa do texto publicado: Silva, M., Ribeiro, R., & Araújo, E. (2022). The tourist era in the city of Porto: Enchantment, suspension and (un)sustainability. In Z. Pinto-Coelho & H. Pires (Eds.), *The city of the senses, the senses in the city* (pp. 103-129). UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
:

exploração capitalista dos tempos e dos espaços da cidade que se registou, em particular, a partir dos anos 2000. Por esta altura, o Porto, à semelhança de outras cidades, afirmou-se como cidade de enorme potencial turístico, decorrendo daqui a centralidade da atividade turística que se sobrepõe também ao progressivo entendimento da cidade como centro de negócios transnacional e território de consumo cosmopolita. Com as atividades ligadas ao turismo em rota crescente de *industrialização*, o resultado nos últimos anos desembocou na procura intensa por infraestruturas e equipamentos de alojamento, restauração, transportes, atividades recreativas e eventos culturais (Costa, 2018).

Há algo de extraordinário a considerar quando se pensa na díade tempo e turismo, uma vez que o turismo se define pelo caráter efémero da experiência que possibilita. Bauman (1999, 2007, 2008) classificava o turismo como uma daquelas atividades encantadoramente líquidas, atrativas, extraordinárias na vida normal quotidiana. Para este e outros autores (Cohen, 1984; Urry, 1994, 2002, 2011), o turismo tem esta característica poderosíssima de cortar o tempo banal, permitir a fruição de tempos e espaços diferentes, carregados ou não de sentido histórico, capazes, ou não, de se oferecerem como experiências de aprofundamento da memória, da cultura e da reflexão. Mas, segundo Harvey (2001, 2013, 2016), o turismo é ainda mais central nas sociedades modernas porque permite tempos e espaços de exorcismo das tensões que o quotidiano impõe continuamente. O turismo e as imensas possibilidades que oferece, durante todo o ano, em qualquer espaço, é o espaço-tempo de fruição do extraordinário, suspensão da rotina e fuga instantânea à cadência que petrifica o dia a dia da realidade.

Fluidez, variação, mudança constante oferecem-se aos turistas continuamente enquanto passageiros da vida social (Bauman, 1995, 2006). As cidades acompanharam este movimento, particularmente aquelas cujas qualidades "naturais" mais permitiam vislumbrar vantagens do seu consumo. Essas urbes - e o Porto não é exceção - foram consumidas pela instantaneidade, pela oferta de si, em todos os tempos e espaços de forma efémera, mas contínua. Com os olhos da lógica mercantil postos sobre os tempos curtos, as cidades foram alvo de intervenção e renovação, assentes numa lógica de "empreendedorismo urbano", que se, por um lado, ficou marcado pelo enobrecimento e valorização dos centros históricos outrora mais degradados (Harvey, 2001, 2008), por outro, atirou as cidades para o limbo identitário profundo, multinível e multitemporal, manipulando, deslocando, inventando e ficcionando tempos e espaços. Vastas intervenções criaram uma paisagem física e uma geografia histórica distintiva e estetizada, por meio da construção especulativa do lugar, apoiando-se na parceria público-privada, altamente especulativa, em que tudo se resume à melhoria da imagem da cidade, em detrimento da melhoria das condições do território específico (modos de vida, escolas, serviços de saúde, segurança, etc.) (Harvey, 2001, 2003, 2008). Muitas destas inovações e investimentos foram reproduzidos em várias cidades europeias (Harvey, 2001), resultando numa "uniformização do cenário, visível na modernização das ruas antigas, [que] reserva aos objetos (mercadorias) os efeitos de cores e formas que os tornam atraentes" (Lefebvre, 2003, p. 30). Assentes em estratégias de apropriação e reapropriação do espaço (Lefebvre, 2003), as cidades foram ao

longo das duas últimas décadas 'disneificadas' (Harvey, 2001) e usadas como espaços-tempos de consumo fugaz.

Extensa literatura, de Simmel (1997), Bachelard (2005), Lefebvre (1986), De Certeau (1994) e outros (Fortuna, 1999, 2009; Pais, 2010), tem mostrado o valor da experiência dos sujeitos sociais na apropriação do espaço-tempo da cidade e do espaço e tempo, em geral. A cidade aberta ao "tempo do turismo" é uma cidade aberta ao tempo dos turistas, igualmente, em sentido cronológico, subjetivo e experiencial. Conta para a paisagem da cidade a quantidade de tempo que o turista passa neste espaço-tempo, da mesma forma que conta a perceção e a valorização que o turista faz do tempo e do espaço. Nesta perspetiva, a cidade, de forma invisível, explode ela própria em narrativas feitas de memórias, desejos, frustrações e ilusões dos próprios turistas, diversos nos seus perfis sociodemográficos, trajetórias e estatutos sociais, diversos justamente, na forma de experienciar e viver o tempo e o espaço da cidade (Cohen, 1984; Urry & Crawshaw, 1995). Os turistas, longe de serem massas amorfas, mesclam um universo de experiências e de escolhas sobre a cidade: os que se repetem na cidade, várias vezes ao ano ou em anos seguidos; os que a encontram a meio de outras viagens; ou os que estão, de facto, de passagem e os que à cidade voltarão, noutra fase da sua própria vida (Cohen, 2001; Marujo, 2016; Urry, 1994, 1996). Como consideram Amir *et al.* (2014), os turistas são atraídos por uma infinidade de motivos, desde a gastronomia e a paisagem, até à visita a familiares e/ou conhecidos, passando pela procura da excitação (Elias & Dunning, 1992) e estes motivos são cruciais na determinação do tempo de permanência. Com efeito, "tudo o que o turista observa e experimenta num destino pode ser considerado uma experiência, seja ela de natureza comportamental, de perceção, expressa ou implícita" (Marujo, 2016, p. 11). Por isso, a cidade que se abre ao turismo, abre-se a competições pelo aumento da duração da "estadia", uma vez que a mais tempo de permanência corresponde o aumento da probabilidade de consumo.

Assim, e em decorrência do enquadramento teórico apresentado, iremos prosseguir neste texto, fazendo três paragens principais no tempo: i) a cidade encantada; ii) a cidade acelerada e iii) a cidade à espera. As duas primeiras são relativas à nossa e à visão dos residentes sobre a cidade que multiplicou os espaços-tempos dedicados ao turismo e aos turistas. A última refere-se à cidade que espera que a pandemia passe e que desespera pelo movimento e o frenesim da instantaneidade do turismo, dando sinais de rutura.

Metodologia

Existem várias alternativas para nos aproximarmos da cidade e do seu tempo, de forma a entender o que Helena Pires enuncia como "os tempos de um passado-passado (irreversível), mas também de uma memória (que não faz regressar o que já passou, mas o atualiza), assim como o tempo de um ainda agora passado-presente, os tempos da mudança e da duração (tempo qualitativo)" (Pires, 2014, p. 104). Com efeito, a cidade é constituída de tempos múltiplos e sobrepostos, por vezes em sintonia, outras vezes em

conflito. A apreensão da dinâmica que a passagem do tempo histórico enuncia e regista na multiplicidade de espaços físicos, implica, assim, a mobilização de métodos específicos de olhar para a cidade e de documentar a sua própria passagem no tempo, que é também, de alguma forma, a passagem no tempo do autor *voyeur* ou *flâneur* pela cidade que se oferece na coquetaria que é capaz de fazer através e com o tempo (no sentido de Simmel, 1997). Entre outros, e tal como explicita Agar (1985), a observação participante e direta apresenta-se como uma metodologia assaz adequada, porque permite ao autor a experimentação e a obtenção de olhares sensoriais do espaço e do tempo. Afinal, tal como afirma Pires (2008, p. 761),

> observar demoradamente as ruas da cidade é uma prática a que se dedicam apenas os turistas ou aqueles que, por uma dada razão particular, decidem romper com o ritmo quotidiano e procurar com o olhar o que frequentemente se dilui numa mistura indiferenciada de signos.

Da observação direta que fizemos resultou um repositório de 1261 fotografias, tiradas entre maio de 2017 e outubro de 2019, multiplicando os olhares sobre os mesmos lugares nos três anos – 2017, 18 e 19. Em 2020, o contexto pandémico fez-nos voltar ao terreno, mais uma vez. Desta forma, foi-nos possível comparar e registar as transformações ocorridas no território ao longo dos anos, mais uma vez fixando o olhar da câmara sobre os mesmos espaços-tempo, incluindo ruas e edifícios. Trata-se de um olhar voltado para a paisagem, marcado pelo registo assente em critérios previamente delineados e ao mesmo tempo por impulso decorrente da observação realizada.

A cidade encantada

Nas últimas duas décadas, o Porto entrou num processo de renovação urbana estimulado pelo desenvolvimento do turismo na cidade. Esta renovação resultou numa mistura de tradição e autenticidade com modernidade e inovação e que alguns autores consideram ter sido positivamente aproveitado (Pereira, 2016), mas que outros consideram repetir meramente processos de folclorização e disneylandificação da cidade (Fernandes, 2011a, 2011b). Por toda a cidade expressa-se a tendência (e a tentação) de um Porto que segue em direção a uma cidade encantada pelo turismo e que, tal como tantas outras pela Europa, se vocacionou e transformou para dar resposta às necessidades do turista e do turismo. A fotografia na Figura 1 documenta de modo expressivo como o turismo veste a cidade instantânea, de passagem, mas "encantada", de "presentes", com a marca "Porto ponto" no horizonte, pintado a azul, qual metáfora celeste da cidade que (não) existe. Damos o título "em direção à cidade encantada" à primeira fotografia que usamos para documentar esta viagem pelo tempo da cidade.



Figura 1: Em direção à cidade encantada[11] (Natal, 2018)

O registo fotográfico fixa as setas que orientam para a cidade da fruição e do consumo, ao mesmo tempo que nos permite um exercício contínuo de confronto com o comboio do tempo cronológico. Passamos pelo Porto em vários momentos desta cidade que se despe e veste para o turismo. Foi possível memorizar, através da fotografia, as marcas desse tempo que passa; nos edifícios antigos, outrora lojas de comércio, convertidos em modernos restaurantes, bares, lojas e alojamento temporário (Ramires *et al.*, 2016). Em 2018 podiam ver-se as folhas de papel coladas nos vidros do Talho dos Clérigos gastas pelo sol que já consumiu a fita-cola que a custo ainda as prende às janelas. A informação "encerrado para obras" (Figura 2) ditava o fim do talho, pelo menos como era até então. Mas, em 2019, o tempo tinha levado definitivamente a loja de proximidade, substituída por uma loja da cadeia comercial internacional *Starbucks* (Figura 3), igual a tantas outras pelo mundo global.



Figura 2: Rumo ao declínio (2018)



Figura 3: Estandardização (2019)

[11] Fotografia tirada na Rua dos Clérigos.

A par das fotografias e da experiência que pudemos ter em trânsito pela cidade, as vozes dos residentes falam, de igual forma, de um tempo que leva as suas lojas de bairro e entrega o comércio tradicional às companhias que exploram o turismo que "descaracteriza a cidade e faz com que sejamos mais uma, igual a tantas outras por essa Europa fora", uma "cidade oca". E por isso alguns inquiridos admitem que evitam determinados espaços da cidade, nomeadamente pela "óbvia descaracterização das ruas e dos estabelecimentos", a "completa reconversão da oferta comercial, agora totalmente dirigida para o turismo", cheia de "lojas de quinquilharia para turistas". A próxima foto conta a história da Casa Oriental, uma antiga mercearia (Figura 4) que deu lugar a uma conserveira, "a conserveira do Porto" (Figura 5). Em 2009, um estendal de janela com um lençol e a placa com a informação "Casa Oriental - chá, café e chocolate", primeiros produtos vendidos na mercearia em 1910, marcavam a sua fachada.



Figura 4: A Casa Oriental (2009)
Fonte: Google Earth Pro

Em 2016, a mercearia perdeu a luta contra o tempo e encerrou. Uma das pessoas com quem falámos conta como tentou resgatar a memória da Casa Oriental, antes da sua conversão, expressando como é difícil para o residente gerir o apagamento das memórias da cidade. Laura[12] (entrevista pessoal), moradora no Centro Histórico, conta com nostalgia que no dia em que a loja fechou, no último dia, e que se lembra de ser pelo Natal, foi lá buscar o "último bacalhau que tinham": "fui lá buscar o bacalhau para me recordar como era, para ter uma lembrança", porque "agora é só turismo. As coisas estão muito caras, é mesmo só para turistas". Em 2019, caminhamos pela performance viva da cidade que invade as formas de experienciar a cidade. Agora, o lençol tinha dado lugar a pequenas peças de roupa, ali postas de propósito como forma de carregar a fachada de signos de tipicidade e *genuinidade*. A mensagem da placa persistia, mas o léxico e a gramática eram outros: as palavras servem para invocar a tradição da Casa Oriental e as contas

[12] Nome fictício

do ano de abertura servem para marcar o encerramento do tempo que passou e que, de alguma forma, se exotiza. É que, no seu interior, nada se reconhece da sua função inicial: o chá, o café, o chocolate e o bacalhau despareceram e, no seu lugar, está o tempo rápido encapsulado nas latas de conserva, as mesmas que podem ser encontradas em todas as cidades turísticas do país.

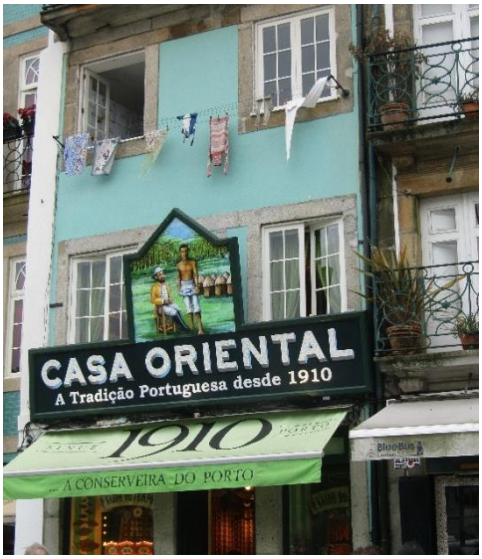


Figura 5: A Casa Oriental (2019)

À medida que se penetra na cidade do turismo através da observação, do registo fotográfico ou do contacto direto com os residentes, aprofundamos a existência de uma cidade estranha marcada por "espaços de representação" (Richards & Wilson, 2006), que estimulam a realização de espetáculos, prontos a criar a ilusão de experimentar o tempo passado frente ao crescendo de uma "economia simbólica", num universo de simulação, onde tudo parece real e onde a nostalgia resgata continuamente o significado e o mito, como conceptualiza Baudrillard (1991). Os residentes distanciam-se da "disneylandificação" da cidade porque, dizem, "corremos o risco de nos transformarmos num circo. Criam-se e vivem-se as coisas por tentativa de manter a tradição só para mostrar que temos tradição" (homem, entrevista pessoal) (Figura 6).



Figura 6: O estendal como performance (2018)

Neste sentido, novos espaços, e sobretudo as fachadas, são projetadas para produzirem sensações, nomeadamente o encantamento, o espanto e a admiração, espelhos do objetivo de condicionar o vivenciar das tradições e alimentar fantasias. São propostas e alimentadas heterotopias, no sentido de Foucault (1984), que as define como espaços de ilusão e de fruição. A Livraria Lello (Figura 7) é mais um caso que capitaliza um "outro" tempo na sua encenação museológica, mostrando-se como atração turística. Para lá entrar, seja-se residente ou turista, é preciso pagar um bilhete e aguardar na longa fila que persiste como marca da atração do espaço, sinal de lugar turístico de montra.



Figura 7: Livraria Lello (2019)

P(M)orto. A cidade mais rápida que o tempo

Se, de um modo geral, o turismo surge associado aos efeitos positivos da dinâmica económica e da reabilitação urbana, a perceção dos residentes subsume inúmeras contradições e heterogeneidades já notadas noutros estudos (Nunkoo & Ramkisson, 2010; Remoaldo *et al.*, 2015; Tatoglu *et al.*, 2002; Tichaawa & Moyo, 2019). O tempo do turismo representa o vendaval de "limpeza" da cidade, dos seus males e desvios, como as drogas, a prostituição e outros do género que se fazem feios para os turistas, como aliás os edifícios ainda não tocados pela renovação. Ressuscita espaços abandonados e faz a própria cidade lutar contra o tempo. Mas de tão rápido que é, o turismo desvia a cidade das suas próprias rotas do tempo, neutralizando os cheiros e a vida; mata-a pelo tempo rápido de pessoas que se movem sem paragens, contactos, convivência. Margarida[13] (entrevista pessoal) diz que a cidade pode ter agora muitas pessoas, mas não tem vida porque as pessoas passeiam, mas não andam, porque não se deslocam em resposta ao impulso de ter que apanhar o autocarro, mas pelo reflexo condicionado, igual, estandardizado e repetitivo de percorrer roteiros. A cidade vê morrer o seu *frenesim* original, e para Margarida (entrevista pessoal) tudo isso mudou muito.

[13] Nome fictício.

Por toda a cidade é possível observar, nas paredes, no chão, nas fachadas, imagens que contrapõem à marca "Porto." a ideia de "Morto." (Figura 8). Também nas manifestações vêem-se residentes com cartazes em punho com a mensagem "Morto." (Figura 9). Tal como explica Bismarck (2018, p. 17), "Morto." é uma campanha e uma "manifestação evidente dos efeitos e ambiguidades das políticas da marca "Porto.", mas também, o reconhecimento, ainda que talvez inadvertidamente, da morte definitiva de uma certa ideia de cidade". Para o autor, "o turismo alimenta-se da morte da cidade".



Figura 8: Morto. (2019)



Figura 9: O Porto está morto? (2019)

Apesar da cidade ter ganho multidões na rua, o espaço urbano "permanente" deu lugar a um espaço "temporário", que alterou a velocidade no quotidiano da cidade, convertida num local de passagem rápida, numa cidade alucinante. A propósito, citamos Fernando Matos Rodrigues (2021, p. 40) que se questionava num artigo ao jornal *Sol* "como foi possível destruir uma cidade em tão pouco tempo? Estes últimos anos foram anos de martelo, o deita-abaixo de casas, de memórias, de pessoas, de famílias, de economias centenárias". Por causa do domínio do tempo do turismo e dos turistas, os residentes trocam de horários, criam outros tempos e espaços para a sua própria experiência da cidade que não querem consumir, mas "viver", mesmo que isso implique fugir da baixa à noite e passar por ela de manhã.

A rutura: uma cidade em espera

Antes da pandemia Covid-19, a informação que recolhêramos mostrava já uma certa preocupação dos residentes em relação ao futuro da cidade. Os residentes confidenciavam recear que as "ruas se tornassem fantasmas" (mulher, entrevista pessoal) e que há "falta de sustentabilidade do modelo usado (investe-se demasiado no turismo sem se pensar nas suas implicações e consequências a médio e longo prazo)", resultando no "afastamento das pessoas do centro" e na perda da "essência do Porto". Afinal, como afirma Margarida (entrevista pessoal):

> Essas pessoas desapareceram [os residentes], foram para outros locais, outros sítios e agora o que é preocupante é ver que quando este *boom* do turismo desaparecer mesmo,

> como vão ficar essas zonas que agora são ocupadas por eles [os turistas], por alojamento local. E depois a vida dos residentes, eles mudaram e não regressarão ao ponto de partida.

A pandemia intensifica e clarifica o olhar sobre o turismo no Porto e deixa marcas profundas na cidade e nas comunidades, cujos tempos e vidas se alteraram em função do tempo próprio do turismo**.** Neste sentido, com a pandemia Covid-19, a expressão "o Porto está morto" ganha nova perspetiva. Com a diminuição de turistas, e mesmo em períodos de não-confinamento, a cidade está vazia, como se fosse uma antecipação da "cidade-fantasma" pós-turismo.

É o caso da Avenida D. Afonso Henriques que dá acesso à Sé do Porto e à Ribeira, local habitual de estacionamento de autocarros de turismo de excursão (Figura 10) e onde confluíam milhares de pessoas, maioritariamente turistas. Em outubro de 2020 (Figura 11), no decurso da pandemia, observa-se a ausência de autocarros e, consequentemente, de turistas.



Figura 10: O espaço "habitado" pelo turismo (2018)



Figura 11: O espaço desabitado pelo turismo (2020)

A par da redução dramática do número de turistas, as ruas estão vazias e as esplanadas espalhadas pela cidade vão encerrando ou sobrevivendo com os poucos turistas e residentes existentes pela cidade. Um dos casos observados é na Ribeira (Figura 12), espaço marcado pelo fluxo intenso de pessoas que procuram as suas esplanadas para contemplar o cenário do Rio Douro. Neste tempo, as esplanadas encerraram, os guarda-sóis fecharam-se e as cadeiras permanecem à espera.

A pandemia impôs um estado de suspensão sobre a cidade: suspensão do fluxo de pessoas, residentes e visitantes, das atividades culturais, da prosperidade económica. Não é ainda, todavia, o fim da era do turismo; apenas um intervalo que coloca todos em espera na expectativa de um retorno a um tempo de normalidade. É a cidade em ponto morto.



Figura 12: Em espera (2020)

As cidades revelam como nunca os impactos da ausência de pessoas, a quem tinham sido oferecidas nos últimos anos. Os olhos não enganam, e os números corroboram (INE, 2020[14]) que a pandemia deixa ver as fragilidades que envolvem hoje os projetos turísticos assentes em modalidades de sobre-exploração capitalística do espaço (União Europeia, 2018) face a este tipo de catástrofe que afeta a mobilidade e a interação pessoal (Gámez *et al.*, 2012; Pforr & Hosie, 2008).

A literatura acerca do turismo e pandemia tem tido um crescimento exponencial no último ano (Foo *et al.*, 2020; Karabulut *et al.*, 2020; Korinth & Ranasinghe, 2020; Qiu *et al.*, 2020; Uğur & Akbıyık, 2020) e converge no sentido de revelar as vulnerabilidades que o capital introduz nos territórios e na vida das populações que se tornaram reféns da atividade económica e dos empregos na área do turismo (Benjamin *et al.*, 2020). Afetada a mobilidade, a catástrofe alastrou-se a todo o tipo de atividades suspensas na promessa dos lucros de curto prazo do turismo em cidades de grande riqueza cultural. Das companhias aéreas, aos hotéis (Foo *et al.*, 2020) e ao alojamento local, o panorama é desolador. Como o Porto, outras cidades, de São Francisco a Toronto, esperam com ruas e hotéis vazios e a enfrentar uma crise séria no mercado destinado ao tempo dos turistas (Schaal, 2020).

Conclusão

Este texto fez uma pequena exploração ao tempo do turismo no Porto e aos seus efeitos nas coisas, nos espaços e no próprio tempo experiencial da cidade e dos seus habitantes. As cidades do capital, como explana Harvey (2001, 2003, 2008, 2013, 2016), condenam facilmente o seu tempo ao tempo curto da mais-valia. Atiram os residentes para fora de si, vestem-se de imagens atrativas, modernizadas propositadamente para o tempo dos estranhos e dos estrangeiros – sejam estes comerciantes, empresários ou turistas ávidos de satisfazer as suas necessidades, também imediatas, de fuga à rotina e de obter

[14] A comparação entre o primeiro semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2020 mostra uma redução de 1.357.295 dormidas na cidade do Porto.

experiências sensoriais intensas, mas fugazes. Há muito ainda que estudar sobre a forma como as cidades, os seus habitantes e, principalmente, os decisores políticos concebem, interpretam e valorizam o tempo coletivo que habita a cidade e o tempo do património que se acumula e reproduz sob a forma da "experiência" (Koselleck, 2014). Nesta pequena viagem no tempo do Porto, particularmente desde 2017, ano em que iniciámos este repositório fotográfico da cidade, demonstrámos, por um lado, ideias estruturais veiculadas pela perspetiva compreensiva da sociologia, sobretudo herdadas de Simmel (1997) e Lefebvre (1986, 2003), que tomam o espaço e o tempo do quotidiano, como "estruturas" dinâmicas de sentido, experiência e constante recolocação dos sujeitos em vários níveis de tempo. Por outro, evidenciámos como a experiência do observador, munido de documento de prova como a fotografia e as narrativas, nos conduz de caso em caso, de rua em rua, a observar como o tempo do turismo e do turista podem ser menos favoráveis ao tempo das pessoas e ao tempo dos projetos sociais e económicos almejados com a reconversão rápida ao turismo. Esta é uma conclusão que atravessa os estudos na área do turismo e que levou a discussões sobre a (in)sustentabilidade, mas é ainda mais premente hoje, por efeito da pandemia e o futuro que esta começa a traçar no que respeita ao turismo de experiência, de mobilidade e de interação.

Financiamento

Doutoramento financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2020-2023, com a referência UIDB/00736/2020 e no âmbito do projeto "FESTIVITY – Festa, património cultural e sustentabilidade comunitária. Investigação e comunicação no caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado", ref.ª PTDC/COM-CSS/31975/2017.

Bibliografia

Agar, M. (1985). *Speaking of Ethnography.* Califórnia: SAGE.

Amir, S., Osman, M., Bachok, S. & Ibrahim, M. (2014). Understanding tourists' profile and preference of tourists' destination vhoice: A case study in melakaworld heritage city. *Journal of the Malaysian Institute of Planners*, *12*(3), 81-94.

Bachelard, G. (2005). *A Poética do Espaço*. Bela Vista:Martins Fontes.

Baudrillard, J. (1991). *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio D'Água.

Bauman, Z. (1995). *A Vida Fragmentada – Ensaios Sobre a Moral Pós-Moderna.* Lisboa: Relógio D'Água.

Bauman, Z. (1999). *Globalização: As Consequências Humanas*. Bahia: Jorge Zahar.

Bauman, Z. (2006). *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio D'Água.

Bauman, Z. (2007). *Tempos Líquidos*. Bahia: Jorge Zahar.

Bauman, Z. (2008). A *vida Para o Consumo – A Transformação das Pessoas em Mercadorias*. Bahia: Jorge Zahar.

Benjamin, S., Dillette, A., & Alderman, D. (2020). "We can't return to normal": Committing to tourism equity in the post-pandemic age. *Tourism Geographies, 22*, 476–483. https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1759130

Bismarck, P. (2018). Porto. / Morto. Para uma crítica da cidade na era do neoliberalismo. *Re-vis-ta*, *5*.

Certeau, M. (1994). *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Lisboa: Vozes.

Cohen, E. (1984). The sociology of tourism: Approaches, issues, and findings. *Annual Review of Sociology, 10*, 373 – 392. https://doi.org/10.1146/annurev.so.10.080184.002105

Cohen, E. (2001). The sociology of tourism: Approaches, issues, and findings. In Y. Apostolopoulos, S. Leivadi, & A. Yiannakis (Eds.), *The Sociology of Tourism. Theoretical and empirical investigations* (pp. 51-71). Reino Unido: Routledge.

Costa, C. (2018, abril 19-20). *Estratégias de desenvolvimento sustentável para o Turismo Cultural e Patrimonial. O caso do Turismo Urbano*. Comunicação apresentada na Conferência Património, Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Porto.

Elias, N., & Dunning, E. (1992). *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.

Fernandes, J. (2011a). Centro Histórico e Urbanismo: Questões, Reflexões e Inquietações, a Propósito do Porto. In M. Rocha (Ed.)., *Atas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente* (pp. 12-25). Universidade do Porto.

Fernandes, J. (2011b). Area based initiatives and urban dynamics: The case of Porto city centre. *Urban Research & Pratice*, *4*, 285-307. https://doi.org/10.1080/17535069.2011.616747

Foo, L., Chin, M., Tan, K., & Phuah, K. (2020). The impact of COVID-19 on tourism industry in Malaysia. *Current Issues in Tourism*, *0*, 1–5. https://doi.org/10.1080/13683500.2020.1777951

Fortuna, C. (1999). *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais – Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*. Lisboa: Celta Editora.

Fortuna, C. (2009). Cidade e Urbanidade. In C. Fortuna, & R. Leite (Eds.). *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos* (pp. 83-98). Porto: Edições Almedina.

Foucault, M. (Outubro, 1984). Of other spaces: Utopias and heterotopias. *Architeture/Mouvement/Continuité.*

Gámez, A., Ivanova, A., & Campiranon, K. (2012). Tourism, vulnerability, and economic crisis within APEC: Responses from international destinations – Phuket, Thailand and Los Cabos, Mexico. *Sustainable Tourism*, *161*, 91-101. https://doi.org/10.2495/ST120081

Harvey, D. (2001). Heritage Pasts and Heritage Presents: Temporality, meaning and the scope of heritage studies. *International Journal of Heritage Studies*, *7*, 319-338. https://doi.org/10.1080/13581650120105534

Harvey, D. (2003). The right to the city. *International Journal of Urban and Regional Research, 27,* 939-41. https://doi.org/10.1111/j.0309-1317.2003.00492.x

Harvey, D. (2008). The right to the city. *New Left Review*, 53, 23–40.

Harvey, D. (2013). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution.* Brasil: Verso.

Harvey, D. (2016, 14 de novembro). Entrevista "Cultura y ciudad: el reto del turismo" com David Harvey. *Centre de Cultura Contempporània de Barcelona.* https://www.cccb.org/es/multimedia/videos/cultura-y-ciudad-el-reto-del-turismo/225261#

Instituto Nacional de Estatística (2020). *Atividade turística manteve forte redução em junho, mas menos intensa que em maio devido ao turismo de residentes - junho de 2020.* https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415204323&DESTAQUESmodo=2

Karabulut, G., Bilgin, M., Demir, E., & Doker, A. (2020). How pandemics affect tourism: International evidence. *Annals of Tourism Research*, *84*, s/p. https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.102991

Korinth, B., & Ranasinghe, R. (2020). Covid-19 pandemic's impact on tourism in Poland in March 2020. *GeoJournal of Tourism and Geosites*, *31*, 987–990. https://doi.org/10.30892/gtg.31308-531

Koselleck, R. (2014). *Estratos do Tempo - Estudos sobre História*. Lisboa: Contraponto.

Lefebvre, H. (1986). *La Production de L'Espace.* Barcelona : Anthropos.

Lefebvre, H. (2003). *A revolução urbana.* Brasil: Editora UFMG.

Marujo, N. (2016). Turismo, turistas e experiências. *Abordagens teóricas. Revista TURyDES – Turismo y Desarrollo Local, 9*(20), 1-13.

Nunkoo, R., & Ramkisson, H. (2010). Small island urban tourism: A residents' perspective. *Current Issues in Tourism, 13,* 37-60. DOI: 10.1080/13683500802499414

Pais, J. (2010). *Lufa-lufa quotidiana – Ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pereira, G. (2016). Vinte anos depois In A. Domingues, G. Pereiro, M. Carvalho, C. Mesquita, & C. Dale (Eds.)., *Porto Património Mundial* (pp. 33-36). Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Pforr, C., & Hosie, P. (2008). Crisis management in tourism - Preparing for recovery. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, *23,* 249–264. https://doi.org/10.1300/J073v23n02_19

Pires, H. (2008). A publicidade exterior e uma nova «cultura de superfície». Por entre a paisagem urbana, à deriva In M. Martins, & M. Pinto (Eds.)., *Comunicação e Cidadania – Livro de atas do V Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 760-775). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

Pires, H. (2014). As Ruas da Cidade e os Tempos de Crise: Exercício de Leitura. In Araújo, E., Duque, E., Franch, M., & Durán, J. (Eds.)., *Tempos Sociais e o Mundo Contemporâneo - As Crises, as Fases e as Ruturas* (pp. 104- 142). Braga: Centro de Estudos Comunicação e Sociedade.

Qiu, R., Park, J., Li, S., & Song, H. (2020). Social costs of tourism during the COVID-19 pandemic. *Annals of Tourism Research*, *84*, s/p. https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.102994

Ramires, A., Brandão, F., & Sousa, A. (2016). Motivation-based cluster analysis of international tourists visiting a World Heritage City: The case of Porto, Portugal. *Journal of Destination Marketing & Management, 8*, 49-60. https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2016.12.001

Remoaldo, P., Duque, E., & Ribeiro, J. (2015). The environmental impacts of hosting the "2012 Guimarães european capital of culture" as perceived by the local community. *Ambiente y Desarrollo*, *19*, 25-38. https://doi.org/10.11144/Javeriana.ayd19-36.eihg

Richards, G., & Wilson, J. (2006). Developing creativity in tourist experiences: A solution to the serial reproduction of culture? *Tourism Management, 27*, 1209-1221. https://doi.org/10.1016/j.tourman.2005.06.002

Rodrigues, F. M. (2021, 16 de janeiro). Quero o meu Porto de volta! *Jornal SOL*, p. 40.

Simmel, G. (1997). A Metrópole e a Vida do Espírito. In C. Fortuna, (Eds.)., *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaios de Sociologia* (pp. 31-43). Oeiras: Editora Celta.

Smith, S. (2017). *Practical Tourism Research*. CABI.

Tatoglu, E., Erdal, F., Ozgur, H., & Azakli, S. (2002). Resident attitudes toward tourism impacts: The case of Kusadasi in Turkey. *International Journal of Hospitality & Tourism Administration, 3*, 79-100. https://doi.org/10.1300/J149v03n03_07

Tichaawa, T., & Moyo, S. (2019). Urban resident perceptions of the impacts of tourism development in Zimbabwe. *Bulletin of Geography*, *43,* 25–44. https://doi.org/10.2478/bog-2019-0002

Uğur, N., & Akbıyık, A. (2020). Impacts of COVID-19 on global tourism industry: A cross-regional comparison. *Tourism Management Perspectives*, *36,* s/p. https://doi.org/10.1016/j.tmp.2020.100744

União Europeia (2018). *Rethinking tourism – from vulnerability to resilience*. Comissão Europeia. https://ec.europa.eu/jrc/en/news/rethinking-tourism-vulnerability-resilience

Urry, J. (1994). Cultural change and contemporary tourism. *Leisure Studies*, *13*, 233-238. https://doi.org/10.1080/02614369400390181

Urry, J. (1996). *O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas*. Brasil: Nobel.

Urry, J. (2002). *The Tourist Gaze*. Los Angeles: Sage Publications.

Urry, J. (2011). City Life and the Senses. In G. Bridge, & S. Watson (Eds.), T*he New Blackwell Companion to the City* (pp. 347-356). Wiley-Blackwell. https://doi.org/10.1002/9781444395105.ch30

Urry, J., & Crawshaw, C. (1995). Turismo e Consumo Visual. *Revista Crítica de Ciências Sociais, 43*, 47-68.

(Des)construindo o futuro promissor de Big Data no combate ao crime: abordagem sociológica ao mito da objetividade

Laura Neiva
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, Portugal

Resumo

As tecnologias de Big Data são descritas como objetivas e com capacidades de eficácia quase absoluta na previsão de crimes e na identificação criminal. A sua expansão é promovida por discursos tecno-otimistas que refletem as sucessivas esperanças depositadas nas tecnologias para combater o crime. Tomando como inspiração os estudos sociais da ciência e tecnologia e por via da análise de discursos políticos, legislação e literatura científica no campo das TIC, exploro as representações sociotécnicas de Big Data. Em particular, demonstro como esta tecnologia tem sido enquadrada por imaginários que lhe atribuem uma "identidade tecnológica" de inovação e eficácia, obliterando os contextos sociais e históricos em que as tecnologias se aplicam. Considerando a performatividade de pendor futurístico das expectativas que rodeiam o Big Data no campo criminal, argumento a necessidade de abrir a "caixa negra" desta tecnologia e o mito da objetividade que lhe está associado. O tecno-otimismo futurístico em torno das potencialidades de Big Data dificulta o debate em torno das práticas de criminalização historicamente associadas ao desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo policial e de justiça criminal, designadamente: (i) o potencial para a discriminação e racismo; e (ii) a ampliação da vigilância de comunidades vulneráveis.

Palavras-chave: tecno-otimismo; entidades promissoras; identidade tecnológica; Big Data; caixa negra

Introdução

Em termos gerais, "Big Data" é definido como uma tecnologia com capacidades de recolha e análise de grandes conjuntos de dados com o objetivo de encontrar padrões em volumes de informação distinta (A. G. Ferguson, 2017). No campo criminal, estas tecnologias são descritas como capazes de aceder, para análise, a informações sobre movimentos bancários suspeitos, padrões geográficos e comportamentos desviantes na via pública que permitam uma antecipação do crime, potenciando uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos policiais e criminais (Pramanik *et al.*, 2017). Estes argumentos são prementes nas narrativas políticas, nos documentos legislativos e na literatura académica do campo das Tecnologias da

Informação e da Comunicação (TIC). Deste modo, esta tecnologia tem beneficiado de uma imagem de objetividade e eficácia na previsão de crimes e identificação criminal que lhe tem concebido usos no campo securitário (A. G. Ferguson, 2017).

No entanto, a par da sua expansão, tem emergido um corpo significativo de literatura académica, maioritariamente das ciências sociais, que tem vindo a criar descontinuidades nas conceções generalizadas sobre as (alegadas) potencialidades da tecnologia de Big Data, interrogando os vieses que lhe estão associados (A. Ferguson, 2018b; Halford & Savage, 2017). Nomeadamente, no cálculo de correlações erradas que podem conduzir a acusações criminais falsas (A. G. Ferguson, 2018b) e no seu potencial para exacerbar as desigualdades sociais, por via do aumento da suspeita policial sobre determinadas camadas populacionais, como minorias étnicas e de raça negra (Brayne, 2017; Neiva, 2021).

Perante estas narrativas, aparentemente contraditórias, entre os estudos das ciências sociais e os argumentos políticos, legislativos e das TIC dominantes, este texto pretende analisar, sob uma perspetiva compreensiva e interpretativa, o modo como as tecnologias de Big Data têm vindo a ser promovidas e enquadradas por imaginários que lhes atribuem uma identidade tecnológica (Gardner *et al.*, 2017) de inovação e eficácia. Em simultâneo, estas narrativas políticas, da legislação e dos estudos académicos da área das TIC têm influenciado as trajetórias da implementação das tecnologias de Big Data no campo policial e de justiça criminal, ao mesmo tempo que silenciam o debate em torno dos seus impactos acoplados a práticas de criminalização historicamente associados ao desenvolvimento tecnológico aplicado no campo do combate ao crime. Em particular, (i) o seu potencial para a discriminação e racismo e (ii) a ampliação da vigilância de comunidades vulneráveis. Uma abordagem sociológica deste tipo possibilita(rá) uma aproximação à compreensão atual das dinâmicas culturais, sociais, legais e éticas das tecnologias de Big Data nas sociedades contemporâneas.

As tecnologias de Big Data no combate ao crime: emergências e (des)continuidades

A maioria das concetualizações de Big Data no campo policial e de justiça criminal que emergem dos estudos da área das TIC e dos documentos políticos e legislativos enfatizam as suas capacidades no acesso, cruzamento e processamento de dados volumosos, a uma velocidade incomparável (Executive Office of the President, & Podesta, 2015). Por exemplo, na combinação de imagens de videovigilância do local do crime com algoritmos de reconhecimento facial, dados de redes sociais e informações de registos criminais que permitam calcular correlações que auxiliem as atividades de investigação criminal e de policiamento (Iii *et al.*, 2014; Machina & Songjiang, 2020; Miró-Llinares, 2020; Pramanik *et al.*, 2017; Tyagi & Sharma, 2020). A sua implementação em departamentos policiais tem emergido de justificativas de inovação face às necessidades de identificação, entre conjuntos de dados distintos, de informações que possibilitem: (i) identificar perpetradores criminais e incidentes desviantes; (ii) quantificar níveis de risco e de perigosidade individuais para o cometimento de crimes; e (iii) mapear zonas geográficas mediante a probabilidade futura

de virem a ocorrer crimes (Brayne, 2017; Ferguson, 2017). Consequentemente, assiste-se a um desenvolvimento exponencial das tecnologias de Big Data no campo policial e de justiça criminal (Ferguson, 2017).

Esta expansão pode ser potencialmente compreendida sob tendências generalizadas de um "capitalismo da vigilância" (Lyon, 2017, 2019; Zuboff, 2019) que se caracteriza pela "reivindicação da experiência humana como matéria-prima gratuita para tradução em dados comportamentais. (...) esses produtos são negociados para previsões (...)"[15] (Zuboff, 2019, p. 4). Face ao crescente interesse globalizado nas informações individuais para exploração, verifica-se o aumento da recolha e acesso a dados (Lyon, 2019, p. 66). O desenvolvimento das tecnologias de Big Data ilustra o modo como o "capitalismo de vigilância" (Lyon, 2017, 2019; Zuboff, 2019) se materializa, por possibilitarem explorar conjuntos de informações volumosos, despertando o interesse dos cidadãos na cedência de dados, assentes em promessas de benefícios e melhorias de serviços e produtos (Lyon, 2019). No entanto, tal como Shoshana Zuboff (2019, p. 4), uma autora que explora o capitalismo da vigilância, refere, "embora alguns desses dados sejam aplicados à melhoria de produtos ou serviços, o restante é fabricado em produtos de previsão que antecipam o que fazemos agora, em breve, e depois".

A relevância sociotécnica revolucionadora do "capitalismo da vigilância" (Lyon, 2017, 2019; Zuboff, 2019) na compreensão da expansão das tecnologias de Big Data no campo do combate ao crime deve-se a um "ethos particular orientado para o futuro" (Jabloner, 2019, p. 4) que reflete a ambição contemporânea de combater a criminalidade por via de técnicas automatizadas que permitam prever riscos, crimes e suspeitos. Este *ethos* tem legitimado e fornecido impulsos para departamentos policiais implementarem, de modo crescente, ferramentas analíticas preditivas (Ferguson, 2017). O desejo de antecipar o futuro, através da análise de informações em massa, subjacente ao "capitalismo de vigilância" (Lyon, 2017, 2019; Zuboff, 2019) possibilita compreender o modo como as tecnologias de Big Data se têm expandido, figurando o epicentro das sociedades pré-crime e legitimando acessos a informações, baseadas em imperativos de securitização, ameaças e controlo (Arrigo *et al.*, 2021, p. XX). As tecnologias de Big Data têm vindo a ser promovidas em discursos políticos, documentos legislativos e literatura científica da área das TIC como úteis para garantia da segurança, contribuindo para o crescimento de uma cultura de pré-crime, dado o seu poder de "híper-securitização" (Ugwudike, 2021, p. 483) por serem consideradas como (alegadamente) capazes de controlar a criminalidade e erradicar o desvio.

Contudo, nestes contextos culturais e históricos do "capitalismo de vigilância" (Lyon, 2017, 2019; Zuboff, 2019), os riscos decorrentes do uso destas tecnologias são obliterados, e os novos perfis de risco e de perigo que de Big Data emergem para combater o crime (re)criam desigualdades passadas e presentes obscuras. Como analisarei, as narrativas futurísticas em torno de Big Data têm vindo a descontextualizá-la face a estes contextos sociais e históricos em que as tecnologias se aplicam, (re)produzindo impactos na

[15] Todos os excertos incluídos no texto foram traduzidos de inglês para português. Esta tradução é da total responsabilidade da autora.

sua aplicação, como o potencial para a discriminação e racismo e a ampliação da vigilância de comunidades vulneráveis.

Notas metodológicas e olhares analíticos

Neste texto, mobilizando ferramentas concetuais do campo dos estudos sociais da ciência e tecnologia, exploro, de modo interpretativo e compreensivo, o modo como as tecnologias de Big Data refletem práticas de criminalização historicamente associadas ao desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo policial e de justiça criminal, ao mesmo tempo que são promovidas como objetivas, neutras e imparciais. Para concretizar esta análise, baseio-me em literatura académica publicada no campo das TIC, documentos legislativos e discursos políticos, para compreender os enquadramentos sociotécnicos sob os quais as tecnologias de Big Data são disseminadas.

Os estudos sociais da ciência e tecnologia materializam-se num campo de saber que almeja compreender e interpretar as dinâmicas sociais na produção de ciência, debruçando-se no modo como a sociedade, a política e a cultura afetam a investigação científica e a inovação tecnológica e como, por sua vez, estas afetam a sociedade, a cultura e a política (Jasanoff *et al.*, 1995). Neste sentido, possibilitam a compreensão do modo como as tecnologias, que tendem a ser descritas sob argumentos de neutralidade, objetividade e precisão, se interconectam com a sociedade, normas, ideologias e práticas sociais (Castells, 1996). Deste campo de estudos, apresenta-se como relevante o conceito de "imaginários sociotécnicos" entendido como "formas coletivamente imaginadas da vida e ordem social que se refletem na conceção e na realização de projetos tecnológicos ou de inovação científica" (Jasanoff & Kim, 2009, p. 120). Este conceito é particularmente útil na análise do modo como são disseminados argumentos políticos, legislativos e do campo das TIC com potencial para mobilizar visões coletivas que influenciam a concretização de arsenais tecnológicos na sociedade (Pfotenhauer & Jasanoff, 2017, p. 783). A mobilização desta perspetiva possibilita interpretar as visões mais amplas de ordem social e segurança que decorrem de Big Data e se interconectam com o "tecno-otimismo" em torno desta tecnologia. O conceito de "tecno-otimismo" foi recentemente utilizado num estudo sobre a aplicação de *kits forenses* – "ferramentas de recolha de vestígios para exame forense" – na resolução de crimes sexuais e emerge, segundo Andrea Quinlan (2020, p. 6), de "uma fé mais ampla na tecnologia para corrigir as injustiças do policiamento discriminatório, trazer justiça às vítimas e prevenir crimes futuros, bem como, promover a confiança nas instituições de justiça criminal para resolver problemas sociais" (Quinlan, 2020, p. 6). Neste texto, este conceito afigura-se como relevante para analisar o modo como as visões otimistas em torno das tecnologias de Big Data são coletivamente disseminadas pelos estudos do campo das TIC, discursos políticos e documentos legislativos.

Por sua vez, também o conceito de "identidade tecnológica", definido por Gardner e colegas (2017, p. 71) como "uma presença narrativa ou discursiva da tecnologia que lhe atribui um conjunto particular de

características como representativas do seu valor", permite compreender como Big Data é promovido e como estes enquadramentos moldam os caminhos da inovação, influenciando as suas trajetórias futuras (Gardner *et al.*, 2017). Considerando o poder performativo destes imaginários coletivos no futuro das tecnologias de Big Data no campo policial e de justiça criminal, o conceito de "entidades promissoras" (Fortun, 2005) foi mobilizado para interpretar o modo como, embora Big Data se encontre numa fase precoce de aplicação, a maioria dos estudos das TIC, dos discursos políticos e documentos legislativos enquadram-no em expectativas que o promovem como o futuro da justiça criminal.

O tecno-otimismo futurístico em torno de Big Data no combate ao crime

A literatura académica do campo das Tecnologias da Informação e da Comunicação

Na literatura científica do campo das TIC, as tecnologias de Big Data são caracterizadas como capazes de realizar análises preditivas, extrair informações relevantes, classificar os dados em termos da sua importância para a investigação em curso, planear atividades de intervenção e otimizar os recursos de justiça criminal (Brady *et al.*, 2015; Pramanik *et al.*, 2017). As definições apresentadas tendem a enfatizar as suas potencialidades na identificação de semelhanças entre fenómenos criminais e visualização de padrões com o propósito de construir modelos que detetem crimes, suspeitos e perfis comportamentais desviantes (Ateş, 2021; Barbosa, 2020; Pramanik *et al.*, 2017). Estes estudos referem que Big Data tem valências para cruzar automaticamente dados diversos com informações previamente inseridas em bases de dados policiais e noutras fontes de informação, calculando correlações (Iii *et al.*, 2014; Machina & Songjiang, 2020; Pramanik *et al.*, 2017). Por exemplo, o reconhecimento automático de impressões digitais, quando analisadas a partir de bases de dados com informação já inserida, que possa, de forma célere, conectar a impressão digital ao indivíduo que lhe corresponde (Mahmudova, 2016).

Deste modo, é possível compreender como os estudos científicos das TIC atribuem a Big Data uma "identidade tecnológica" de eficácia e inovação, dado definirem esta tecnologia através de "um conjunto particular de características como representativas do seu valor" (Gardner *et al.*, 2017, p. 71): enfatizam as suas capacidades na análise e armazenamento de grandes volumes de informações distintas, recuperação de evidências criminais digitais e deteção de padrões criminais que análises humanas não seriam capazes de identificar (Hartle *et al.*, 2014).

O caráter promissor de Big Data premente nestas narrativas está relacionado com expectativas de que estas tecnologias possibilitarão a análise célere e eficiente de conjuntos de dados, produzindo índices criminais que não eram possíveis até ao momento. A literatura académica das TIC convoca o poder destas tecnologias para aceder, cruzar, analisar e processar informações e, deste modo, combater o crime. Assim, antevê-se o modo como as tecnologias de Big Data são percecionadas como uma "revolução" no campo

do combate ao crime, sendo compreendidas como entidades promissoras (Fortun, 2005) dado serem promovidas sob expectativas auspiciosas que as enquadram como o futuro da justiça criminal.

Os discursos políticos e os documentos legislativos

Simultaneamente, os discursos políticos e a legislação têm promovido estes argumentos sobre o potencial de Big Data, mobilizando a atenção pública e económico-financeira no sentido do desenvolvimento destas ferramentas assentes em ideais de justiça e segurança. Na Diretiva 2016/680, o documento legal que regulamenta a partilha de dados para fins de segurança (Parlamento Europeu, 2016), pode ler-se que a tecnologia "permite o tratamento de dados pessoais para o exercício de funções como a prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais e execução de sanções penais", contribuindo "para a realização de um espaço de liberdade, segurança e justiça" dado que "permite o tratamento [destes dados] numa escala sem precedentes (...)". Também a Comissão Europeia (2016b) refere que os dispositivos tecnológicos se afiguram como essenciais para a investigação criminal, projetando uma imagem social das tecnologias como promotoras da segurança (Comissão Europeia, 2016a), enfatizando que a Diretiva 2016/680 "permitirá partilhar tais dados de forma mais eficaz tanto a nível da União Europeia como a nível internacional, (...) [e] reforçará a confiança e garantirá a segurança jurídica transfronteiras".

Este tipo de discursos tem sido promovido para mobilizar uma imaginação cultural de que a tecnologia é útil no combate ao crime, expressando um "tecno-otimismo" que se caracteriza por um imaginário partilhado que reflete "uma fé mais ampla na tecnologia" (Quinlan, 2020, p. 6). Estes argumentos permitem interpretar o modo como os imaginários sociotécnicos (Jasanoff & Kim, 2009, p. 120) em torno das tecnologias estão enquadrados em expectativas promissoras acerca das suas capacidades para auxiliar a justiça criminal. A promoção destes discursos laudatórios sobre o papel das tecnologias na garantia da segurança foi, gradualmente, construindo visões coletivas – "formas coletivamente imaginadas" (Jasanoff & Kim, 2009, p. 120) – onde o poder das tecnologias dos dados é mobilizado para cumprir fins securitários.

Os argumentos avançados pelos estudos académicos na área das TIC, bem como as narrativas políticas presentes nos discursos da Comissão Europeia e os subsequentes documentos legislativos criados para a regulamentação das tecnologias no campo de justiça criminal e policiamento, têm vindo a (re)produzir consequências na expansão de Big Data (Ruppert *et al.*, 2017). Por via da análise do seu desenvolvimento é possível compreender como estes imaginários geram efeitos nos processos de inovação, desencadeando ações que lhe conceberam usos no campo securitário. O "repositório social" (Konrad, 2006; Quinlan, 2020) dos estudos das TIC, dos discursos políticos e da legislação sobre as tecnologias de Big Data pode produzir efeitos futuros reais e mobilizar recursos que poderão concretizar realidades. Considera-se, portanto, a sua índole performativa, dado orientarem atividades, atraindo interesses e promovendo investimentos (Borup *et al.*, 2006; Brown & Michael, 2003; Konrad, 2006). Por exemplo, o desenvolvimento e implementação

de *softwares* de Big Data – como é o caso do *PredPol*[16] e do *Crime Antecipation System*[17] – materializam a colonização (Brown & Michael, 2003, p. 5) do futuro de Big Data no combate ao crime.

Abordagem sociológica ao mito da objetividade – os problemas de "caixa negra"

Considerando que estes imaginários têm poder na "conceção e na realização de projetos tecnológicos" (Jasanoff & Kim, 2009, p. 120) com potencial para influenciar os novos rumos que Big Data está a assumir no campo policial e de justiça criminal, enfatizo a EASST 2022 - *Politics of technoscientific futures*, necessidade de "desmistificar" (Amorim, 2012, p. 259) esta tecnologia como capaz de produzir resultados objetivos, neutros e irrefutáveis no combate ao crime. Por via da abertura dos problemas de caixa negra (A. Ferguson, 2018a) é possível compreender o modo como todos os processos automatizados estão imbuídos de erros e vieses. Este conceito é utilizado nos estudos sociais da ciência e tecnologia como uma metáfora para estudar o modo como a produção social da ciência e da tecnologia está invisibilizada, possibilitando a análise dos processos que comumente conferem opacidade ao modo como os sistemas sociotécnicos funcionam (Benjamim, 2019, pp. 26–27).

As tecnologias de Big Data no campo policial e de justiça criminal podem contribuir para a "caixa negra" na medida em que os resultados obtidos de técnicas automatizadas tendem a ser percecionados como objetivos, precisos e imparciais (Christin, 2020; Lefèvre, 2018). Este tipo de conceções projeta, nas palavras de Ruha Benjamim (2019, p. 44), uma autora que questiona o modo como as questões raciais e desigualitárias se interconectam com a tecnologia de modo invisível para a sociedade, um "fascínio da objetividade", dado que os índices criminais obtidos de dispositivos tecnológicos automatizados são concebidos como irrefutáveis (Boyd & Crawford, 2012).

Tal como foi possível compreender, este "fascínio da objetividade" está presente nos discursos políticos, na legislação e na literatura científica do campo das TIC dado que nestas narrativas as tecnologias de Big Data são descritas como automatizadas e infalíveis, possibilitando armazenar e recuperar informações criminais (Parlamento Europeu, 2016), identificando correlações, que superam as capacidades humanas (Iii *et al.*, 2014; Pramanik *et al.*, 2017). Estas crenças generalizadas levantam questões sociológicas que devem ser exploradas, pois a assunção de que estas tecnologias se baseiam na transparência, guiando decisões neutras e objetivas (Smith *et al.,* 2017), tem repercussões no modo como os seus resultados, sujeitos a erros, são considerados para informar decisões de natureza criminal.

Vários académicos das ciências sociais têm questionado a neutralidade, objetividade e imparcialidade que estão associadas às tecnologias de Big Data (Moses & Chan, 2014; Smith *et al.*, 2017). Alguns estudos

[16] Um software que, baseado em dados criminais passados, calcula previsões de crimes em três variáveis: o quê, quando, e onde, delineando mapas de frequência criminal (Hardyns & Rummens, 2018).

[17] Um software desenvolvido para prever crimes como assaltos, furtos e outros crimes violentos, com base em dados históricos demográficos, socioeconómicos e de áreas geográficas de alto risco criminal conotadas pela polícia (Hardyns & Rummens, 2018).

teóricos e empíricos que se debruçaram sobre a aplicação de tecnologias de Big Data na investigação criminal e no policiamento demonstram (ver, por exemplo, Browning & Arrigo, 2021; Minocher & Randall, 2020; Sanders & Sheptycki, 2017) que estas narrativas são falaciosas, dado que estas ferramentas não são neutras, nem em termos de género (ver, por exemplo, Hamilton, 2019), nem em termos de raça (Ba *et al.*, 2021; A. Ferguson, 2018b; Minocher & Randall, 2020; Ugwudike, 2020). Os algoritmos das tecnologias de Big Data codificam vieses (Ferguson, 2017) com impactos nas desigualdades sociais, com potencial para a discriminação e racismo e a ampliação da vigilância de comunidades consideradas vulneráveis por pertencerem a franjas populacionais fragilizadas do ponto de vista socioeconómico (Ugwudike, 2021).

O potencial para a discriminação e racismo

Embora a literatura científica do campo das TIC enfatize o potencial de Big Data para reconhecer automaticamente impressões digitais, quando analisadas a partir de bases de dados com informação já inserida, vários estudos das ciências sociais têm demonstrado que estas tecnologias têm gradualmente colocado grupos populacionais sob um risco acrescido de vigilância e discriminação, dado serem desproporcionalmente mais atraídos pelo sistema de justiça (A. Ferguson, 2018b; Hannah-Moffat, 2019; Keenan, 2021; Minocher & Randall, 2020). Por exemplo, um estudo nos Estados Unidos da América demonstra que as tecnologias que dependem de dados para previsões criminais tendem a identificar áreas urbanas densamente povoadas por negros como locais de maior risco (Lum & Isaac, 2016).

A análise destes problemas de "caixa negra" permite compreender o modo como o tecno-otimismo em torno das tecnologias, que lhes atribui uma identidade auspiciosa, promovendo-as como "entidades promissoras" oblitera reflexões em torno da (re)produção da discriminação, do racismo e da vigilância (Brayne, 2017; Christin, 2020). Consequentemente, a expansão das tecnologias de Big Data, fomenta(rá) uma racialização e discriminação tecnológica potenciando a probabilidade de determinadas franjas populacionais, como minorias étnicas e grupos raciais, serem conotadas com alto risco criminal dada a sua pertença a determinada zona de residência (Ugwudike, 2021).

Concludentemente, é possível compreender como as menções na Diretiva 2016/680 da raça como um dado sensível e na Lei 59/2019 (Assembleia da República, 2019) como uma "categoria especial de dados pessoais" (artigo 6.º) são argumentos que ambicionam acautelar o potencial para a discriminação e racismo subjacente ao uso de tecnologias no sistema de justiça, ilustrando a preocupação iminente das instituições de controlo em responder a estes desafios emergentes. No entanto, "o racismo torna-se duplicado – ampliado e enterrado sob camadas de negação digital" (Benjamim, 2019, p. 8) dado que os argumentos da neutralidade, imparcialidade e precisão inerentes ao desenvolvimento tecnológico e presentes nas narrativas políticas, legislativas e dos estudos da área das TIC, contribuem para a exacerbação destas práticas discriminatórias.

A ampliação da vigilância de comunidades vulneráveis

Finalmente, as tecnologias de Big Data também são descritas pelos estudos da área das TIC como capazes de identificar relações entre indivíduos de redes criminosas através da sinalização dos membros centrais e na deteção de subgrupos por via da análise automática de dados de redes sociais online (Ateş, 2021; Pramanik *et al.,* 2017). Também os discursos políticos e a legislação referem que estas tecnologias possibilitarão "partilhar tais dados de forma mais eficaz tanto a nível da União Europeia como a nível internacional" (Comissão Europeia, 2016b).

No entanto, este amplo espetro discursivo negligencia o impacto que as tecnologias de Big Data podem desencadear na ampliação massiva da vigilância em contextos não controlados, e além do propósito para o qual foram projetadas (Andrejevic *et al.*, 2020; Fussey & Sandhu, 2020). Este processo é definido como "function creep" e refere-se à utilização de dados recolhidos para uma dada finalidade com outros objetivos inicialmente não previstos (Tsianos & Kuster, 2016, p. 240), movendo a vigilância para outros indivíduos e criando novas suspeitas. Tal como Andrew Ferguson (2017, p. 92) refere, "a informação não é individualizada, mas conecta diferentes dados de diferentes indivíduos e locais, podendo interligar muitas pessoas a grupos envolvidos em crimes".

O modo como as tecnologias de Big Data possibilitam a análise de ligações entre conjuntos de dados pode potenciar um "processo de expansão da vigilância" (Haggerty & Ericson, 2000, p. 206), em que grupos de indivíduos que não estavam sob controlo tornam-se gradualmente alvos destes sistemas vigilantes dadas as suas ligações aos suspeitos (Neiva, 2021). O uso de tecnologias de Big Data nas atividades de policiamento cria um conglomerado de dados sobre indivíduos, conectando-os a redes de outros suspeitos e alargando a malha do controlo social (Kubler, 2017).

Reflexão final

Os discursos políticos, os documentos legislativos e os estudos científicos da área das TIC refletem um amplo tecno-otimismo em torno das capacidades das tecnologias para prevenir e reduzir o crime (Quinlan, 2020). Tal como analisei, este otimismo tecnológico em torno de Big Data como uma ferramenta capaz de melhorar as respostas da justiça ao crime tem construído um imaginário sociotécnico (Jasanoff & Kim, 2009, p. 120) de uma sociedade segura por via da aplicação destas tecnologias e que podem, potencialmente, (re)produzir consequências no futuro da justiça criminal. Dado que os discursos promissores sobre Big Data, que lhe atribuem uma identidade tecnológica de inovação e eficácia, neutralizam e conferem opacidade às questões de controlo e discriminação (Quinlan, 2020; Tutton, 2020), explorei os problemas de "caixa negra" desta tecnologia. Por via desmistificação dos vieses e erros que lhe estão associados, com potencial para (re)produzir determinismos tecnológicos e identitários que perpetuam no tempo e persistem em (de)marcar indivíduos como "de risco" ou "perigosos" dadas as suas características físicas e individuais, de residência e de histórico criminal, analisei o modo como as narrativas

políticas, legislativas e do campo das TIC dominantes, têm gradualmente silenciado as questões acopladas ao modo como as tecnologias de Big Data (re)criam perfis de risco e de perigosidade a partir de desigualdades perpetuadas no passado e no presente, ancoradas em preconceitos de racismo e etnicidade (Jabloner, 2019).

As profecias tecnológicas em torno das potencialidades de Big Data no combate ao crime obliteram debates em torno das tendências históricas de controlo das populações, por via do enfoque na necessidade da vigilância e da sua sofisticação, em detrimento das suas consequências sociais. A ambição de combater a criminalidade por via das tecnologias de Big Data pode ser potencialmente compreendida sob tendências macro generalizadas de um "capitalismo da vigilância" (Lyon, 2017, 2019; Zuboff, 2019) que se materializa num crescente interesse globalizado na recolha e análise de dados pessoais e tem justificado um acesso em massa a informações individuais, contribuindo para o desenvolvimento de Big Data (Lyon, 2019, p. 66).

No entanto, estes contextos sociais, culturais e históricos mitigam o debate em torno das práticas de criminalização historicamente associadas ao desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo policial e de justiça criminal, designadamente, o potencial para a discriminação e racismo e a ampliação da vigilância de comunidades vulneráveis. Parafraseando Ruha Benjamim (2019, p. 7), "esses avanços tecnológicos são vendidos como moralmente superiores por pretenderem superar o preconceito humano, embora não possam existir sem dados produzidos em histórias de exclusão e discriminação".

Para concluir, argumento que o tecno-otimismo em torno de Big Data tem, gradualmente, dificultado condições para um debate em torno de outros modos de combate ao crime, restringindo reflexões críticas e outros modos de imaginar o futuro da justiça criminal. Este otimismo contribui para a manutenção de uma justiça refém da tecnociência, obliterando diálogos sobre as raízes sociais e culturais do racismo, da discriminação e da amplificação da vigilância sobre comunidades vulneráveis (ver, também, Quinlan, 2020).

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito de uma bolsa individual de doutoramento com a referência 2020.04764.BD (atribuída a Laura Neiva) e do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático). A autora agradece ao Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade pelo apoio financeiro para participação, com apresentação de uma comunicação que versou sobre o presente texto, no congresso EASST 2022 - *Politics of technoscientific futures*, organizado pela Associação Europeia dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia e que decorreu em Madrid, de 6 a 9 de julho de 2022. Por fim, agradece em particular à Professora Helena Machado, pelos comentários inspiradores e recomendações teóricas para a construção do presente texto.

Bibliografia

Amorim, A. (2012). Opening the DNA black box: demythologizing forensic genetics. *New Genetics and Society*, *31*(3), 259–270. https://doi.org/10.1080/14636778.2012.687083

Andrejevic, M., Dencik, L., & Treré, E. (2020). From pre-emption to slowness: assessing the contrasting temporalities of data-driven predictive policing. *New Media & Society*, *22*(9), 1528–1544. https://doi.org/10.1177/1461444820913565

Arrigo, B. A., Sellers, B., & Butta, F. (2021). Introduction: The Ultramodern Age of Criminology, Control Societies and 'Dividual' Justice Policy. In B. A. Arrigo & B. Sellers (Eds.), *The Pre-Crime Society: Crime, Culture and Control in the Ultramodern Age* (1st ed., pp. 1–14). Bristol: Bristol University Press.

Assembleia da República. (2019). Lei n.º 59/2019 de 8 de agosto que aprova as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, transpondo a Diretiva (UE) 2016/680 do Parlam. *Diário Da República 1.ª Série - N. 151 de 8 de agosto de 2019*, 41–68.

Ateş, E. C. (2021). Big Data, data mining, machine learning, and deep learning concepts in crime data. *Journal of Penal Law & Criminology*, *8*(2), 293–319. https://doi.org/10.26650/JPLC2020-813328

Ba, B. A., Knox, D., Mummolo, J., & Rivera, R. (2021). The role of officer race and gender in police-civilian interactions in Chicago. *Criminal Justice*, 1–64.

Barbosa, R. (2020). Corporate criminal law, artificial intelligence and Big Data: the huawei case and its implications for global society. *Revista Paradigma*, *29*(1), 19–35.

Benjamim, R. (2019). *Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code* (1st ed.). Cambridge: Polity Press.

Borup, M., Brown, N., Konrad, K., & Van Lente, H. (2006). The sociology of expectations in science and technology. *Technology Analysis & Strategic Management*, *18*(3/4), 285–298. https://doi.org/10.1080/09537320600777002

Boyd, D., & Crawford, K. (2012). Critical questions for Big Data: provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. *Information Communication and Society*, *15*(5), 662–679. https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.678878

Brady, O., Overill, R., & Keppens, J. (2015). DESO: addressing volume and variety in large-scale criminal cases. *Digital Investigation*, *15*, 72–82. https://doi.org/10.1016/J.DIIN.2015.10.002

Brayne, S. (2017). Big Data surveillance: the case of policing. *American Sociological Review*, *82*(5), 977–1008. https://doi.org/10.1177/0003122417725865

Brown, N., & Michael, M. (2003). A sociology of expectations: retrospecting prospects and prospecting retrospects. *Technology Analysis & Strategic Management*, *15*(1), 3–18. https://doi.org/10.1080/0953732032000046024

Browning, M., & Arrigo, B. (2021). Stop and risk: policing, data, and the digital age of discrimination.

American Journal of Criminal Justice, *46*(2), 298–316. https://doi.org/10.1007/s12103-020-09557-x

Castells, M. (1996). *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell Publishing.

Christin, A. (2020). The ethnographer and the algorithm: beyond the black box. *Theory and Society*, *49*(5–6), 897–918. https://doi.org/10.1007/s11186-020-09411-3

Comissão Europeia. (2016a). A reforma da UE sobre a proteção de dados e os megadados, 1–4. Disponível em http://ec.europa.eu/newsroom/just/item-detail.cfm?item_id=52404

Comissão Europeia. (2016b). REFORMA DA UE SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS: UM DINAMIZADOR DOS SERVIÇOS DE MEGADADOS. *Direção-Geral Da Justiça e Dos Consumidores.*, 1. Disponível em http://publications.europa.eu/resource/cellar/51fc3ba6-e601-11e7-9749-01aa75ed71a1.0012.01/DOC_1

Executive Office of the President, & Podesta, J. (2015). *Big Data: seizing opportunities, preserving values*. Executive Office of the President of USA, 1-17. Disponível em https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/big_data_privacy_report_may_1_2014.pdf

Ferguson, A. (2018a). Illuminating black data policing. *Ohio State Journal of Criminal Law*, *15*(503), 503–525.

Ferguson, A. G. (2017). *The Rise of Big Data Policing: Surveillance, Race, and the Future of Law Enforcement*. New York: New York University Press.

Ferguson, A. G. (2018b). The legal risks of Big Data policing. *Law Reviews & Other Academic*, *33*(4), 1-7.

Fortun, M. (2005). For an ethics of promising, or: a few kind words about James Watson. *New Genetics and Society*, *24*(2), 157–174. https://doi.org/10.1080/14636770500184792

Fussey, P., & Sandhu, A. (2020). Surveillance arbitration in the era of digital policing. *Theoretical Criminology*, 136248062096702. https://doi.org/10.1177/1362480620967020

Gardner, J., Higham, R., Faulkner, A., & Webster, A. (2017). Promissory identities: sociotechnical representations & innovation in regenerative medicine. *Social Science & Medicine*, *174*, 70–78. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2016.12.018

Haggerty, K. D., & Ericson, R. V. (2000). The surveillant assemblage. *The British Journal of Sociology*, *51*(4), 605–622. https://doi.org/10.1080/00071310020015280

Halford, S., & Savage, M. (2017). Speaking sociologically with Big Data: symphonic social science and the future for Big Data research. *Sociology*, *51*(6), 1132–1148. https://doi.org/10.1177/0038038517698639

Hamilton, M. (2019). The sexist algorithm. *Behavioral Sciences & the Law*, *37*(2), 145–157. https://doi.org/10.1002/BSL.2406

Hannah-Moffat, K. (2019). Algorithmic risk governance: Big Data analytics, race and information activism in criminal justice debates. *Theoretical Criminology*, *23*(4), 453–470. https://doi.org/10.1177/1362480618763582

Hardyns, W., & Rummens, A. (2018). Predictive policing as a new tool for law enforcement? Recent developments and challenges. *European Journal on Criminal Policy and Research*, *24*(3), 201–218. https://doi.org/10.1007/s10610-017-9361-2

Iii, F. H., Parker, M., & Wydra, C. (2014). The digital case file: the future of fighting crime with Big Data. *Issues in Information Systems*, *15*, 257–266.

Jabloner, A. (2019). A tale of two molecular californias. *Science as Culture*, *28*(1), 1–24. https://doi.org/10.1080/09505431.2018.1524863

Jasanoff, S., & Kim, S. H. (2009). Containing the atom: sociotechnical imaginaries and nuclear power in the United States and South Korea. *Minerva*, *47*(2), 119–146. https://doi.org/10.1007/s11024-009-9124-4

Jasanoff, S., Markle, G., Petersen, J., & Pinch, T. (1995). *Handbook of Science and Technology Studies*. London: Sage Publications.

Keenan, B. (2021). Automatic facial recognition and the intensification of police surveillance. *The Modern Law Review*, *84*(4), 886–897. https://doi.org/10.1111/1468-2230.12623

Konrad, K. (2006). The social dynamics of expectations: the interaction of collective and actor-specific expectations on electronic commerce and interactive television. *Technology Analysis & Strategic Management*, *18*(3–4), 429–444. https://doi.org/10.1080/09537320600777192

Kubler, K. (2017). State of urgency: surveillance, power, and algorithms in France's state of emergency. *Big Data and Society*, *4*(2), 1–10. https://doi.org/10.1177/2053951717736338

Lefèvre, T. (2018). Big Data in forensic science and medicine. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, *57*, 1–6. https://doi.org/10.1016/j.jflm.2017.08.001

Lum, K., & Isaac, W. (2016). To predict and serve? *Significance*, *13*(5), 14–19. https://doi.org/10.1111/J.1740-9713.2016.00960.X

Lyon, D. (2017). Digital citizenship and surveillance| surveillance culture: engagement, exposure, and ethics in digital modernity. *International Journal of Communication*, *11*(0), 19. Retrieved from https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/5527

Lyon, D. (2019). Surveillance Capitalism, Surveillance Culture and Data Politics. In D. Bigo, E. Isin, & E. Ruppert (Eds.), *Data Politics* (pp. 64–77). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315167305-4

Machina, A. A., & Songjiang, L. (2020). Crime analysis and intelligence system model design using Big Data. *International Journal of Computer Applications*, *175*(22), 12–21. https://doi.org/10.5120/ijca2020920574

Mahmudova, S. (2016). Big Data challenges in biometric technology. *International Journal of Education and Management Engineering*, *6*(5), 15–23. https://doi.org/10.5815/ijeme.2016.05.02

Minocher, X., & Randall, C. (2020). Predictable policing: new technology, old bias, and future resistance in Big Data surveillance. *Convergence: The International Journal of Research into New Media*

Technologies, *26*(5–6), 1108–1124. https://doi.org/10.1177/1354856520933838

Miró-Llinares, F. (2020). Predictive policing: utopia or dystopia? On attitudes towards the use of Big Data algorithms for law enforcement. *Revista de Internet, Derecho y Politica*, (30), 1–28. https://doi.org/10.7238/idp.v0i30.3223

Moses, L., & Chan, J. (2014). Using Big Data for legal and law enforcement decisions: testing the new tools. *University of New South Wales Law Journal*, *37*(2), 643–678.

Neiva, L. (2021). Big Data e Vigilância Policial: Desafios Éticos, Legais e Sociais. In H. Machado (Ed.), *Crime e Tecnologia: Desafios Culturais e Políticos para a Europa* (pp. 65-69). Porto: Edições Afrontamento.

Parlamento Europeu. (2016). Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho - de 27 de abril de 2016 - relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, de deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados, e que revoga a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho. *Jornal Oficial Da União Europeia*.

Pfotenhauer, S., & Jasanoff, S. (2017). Panacea or diagnosis? Imaginaries of innovation and the 'MIT model' in three political cultures. *Social Studies of Science*, *47*(6), 783–810. https://doi.org/10.1177/0306312717706110

Pramanik, M. I., Lau, R. Y. K., Yue, W. T., Ye, Y., & Li, C. (2017). Big Data analytics for security and criminal investigations. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Data Mining and Knowledge Discovery*, *7*(4). https://doi.org/10.1002/widm.1208

Quinlan, A. (2020). The rape kit's promise: techno-optimism in the fight against the backlog. *Science as Culture*, 1–25. https://doi.org/10.1080/09505431.2020.1846696

Ruppert, E., Isin, E., & Bigo, D. (2017). Data politics. *Big Data & Society*, 1–7. https://doi.org/10.1177/2053951717717749

Sanders, C. B., & Sheptycki, J. (2017). Policing, crime and 'Big Data'; towards a critique of the moral economy of stochastic governance. *Crime, Law and Social Change*, *68*(1–2), 1–15. https://doi.org/10.1007/s10611-016-9678-7

Smith, G. J. D., Moses, L. B., & Chan, J. (2017). The challenges of doing criminology in the Big Data era: towards a digital and data-driven approach. *British Journal of Criminology*, *57*(2), 259–274. https://doi.org/10.1093/bjc/azw096

Tsianos, V. S., & Kuster, B. (2016). Eurodac in times of bigness: the power of Big Data within the emerging European IT Agency. *Journal of Borderlands Studies*, *31*(2), 235–249. https://doi.org/10.1080/08865655.2016.1174606

Tutton, R. (2020). Sociotechnical imaginaries and techno-optimism: examining outer space utopias of Silicon Valley. *Science as Culture*, 1–24. https://doi.org/10.1080/09505431.2020.1841151

Tyagi, D., & Sharma, D. S. (2020). An approach to crime data analysis: a systematic review. *International Journal of Engineering Technologies and Management Research*, *5*(2), 67–74. https://doi.org/10.29121/ijetmr.v5.i2.2018.615

Ugwudike, P. (2020). Digital prediction technologies in the justice system: the implications of a 'race-neutral' agenda. *Theoretical Criminology*, *24*(3), 482–501. https://doi.org/10.1177/1362480619896006

Ugwudike, P. (2021). Afterword: 'Pre-Crime' Technologies and the Myth of Race Neutrality. In B. A. Arrigo & B. Sellers (Eds.), *The Pre-Crime Society: Crime, Culture and Control in the Ultramodern Age* (1st ed., pp. 483–493). Bristol University Press.

Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power* (1st ed.). New York: Public Affairs.

Big Data no turismo: Antecipação, ética e responsabilidade

Maria João Vaz
Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Helena Machado
Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Resumo

As narrativas em torno da aplicação de técnicas de Big Data no turismo prometem proporcionar um mapeamento mais rigoroso de tendências turísticas e possibilitar uma resposta mais eficaz às necessidades dos turistas. Contudo, o tecno-otimismo que rodeia esta prática tecnológica tende a comprometer a capacidade de avaliar riscos e implicações sociais e éticas decorrentes da sua utilização. No presente texto, propomos que os debates em torno de Big Data no turismo ponderem os princípios da investigação e inovação responsáveis (IIR), propostos pela Comissão Europeia, como elementos de aplicação universal na necessária ponderação dos riscos e desafios que decorrem de desenvolvimentos tecnológicos.

Partindo de abordagens que instigam a uma governação antecipatória, que deve ser levada a cabo para prevenir riscos futuros, propomos neste texto um modelo de responsabilidade partilhada, que deve envolver todos os grupos de interesses. Esta governação partilhada será mais adequada e resiliente aos desafios de sustentabilidade futura de um setor turístico cada vez mais interligado e globalizado, adaptável a múltiplos ambientes culturais, sociais, políticos e éticos.

Palavras-chave: governação antecipatória; ética; inovação e inovação responsável; Big Data; turismo.

Introdução

A imensurável variedade de dados, a que passou a ser possível aceder, em diferentes formatos e em tempo real, através de um conjunto de tecnologias vulgarmente conhecidas por "Big Data" tem permitido mapear e organizar o "complexo sistema do turismo", dando origem a "... um novo espaço para a imaginação e um novo espaço para visualizar o nosso futuro" (Xiang, 2018, p. 3). A partir desta premissa – da imaginação e visualização do futuro – as investigações relacionadas com a gestão turística têm vindo a ser impulsionadas pelas oportunidades, mas também pelos possíveis desafios e riscos, que o crescimento incessante da circulação de dados pode trespassar. Suscita-se assim, a indispensabilidade de desvendar

preocupações e questões sobre "a qualidade, a confiabilidade e a ética" entre a aplicação de Big Data, do conhecimento social e do uso de máquinas inteligentes (Xiang, 2018, p. 3).

No presente texto debruçamo-nos sobre os desafios, sobre a aplicação de técnicas de Big Data no turismo, visando mapear e compreender as diversas narrativas em torno deste fenómeno e perspetivando que impactos futuros poderão manifestar-se (*e.g.*, sociais, éticos, políticos).

As sociedades modernas celebram o "visionário" e a imaginação opera num nível intersubjetivo. A comunidade une-se em torno de perceções partilhadas do futuro, que podem ou não realizar-se, mas teorizam o imaginário coletivo e estruturam os imaginários sociotécnicos (Jasanoff & Kim, 2015). É irretorquível pensar que a sociedade, cada vez mais tecnológica, está a renovar os conceitos de turismo e de turista mais tradicionais, permitindo identificar novas lacunas no conhecimento já existente.

Ao reconhecer a importância económica e social da recolha e tratamento de dados, Wojciech Wiewiórowski, Supervisor Europeu de Proteção de Dados, reconheceu também que com "Big Data vem uma grande responsabilidade". Por isso, torna-se indispensável assegurar a proteção de dados e implementar as devidas precauções (European Data Protection Board, 2021). Em consonância, as "Orientações para a Digitalização até 2030: a via europeia para a Década Digital", proposta pela Comissão Europeia, confirma que: "...as tecnologias e serviços digitais utilizados pelas pessoas devem respeitar o quadro jurídico aplicável e os direitos e valores intrínsecos à «via europeia». Além disso, o ambiente digital seguro, aberto e centrado no ser humano deve respeitar a lei, mas também permitir que as pessoas façam valer os seus direitos, tais como os direitos à privacidade e à proteção de dados, a liberdade de expressão, os direitos da criança e os direitos dos consumidores" (European Commission, 2021, p. 14).

É neste enquadramento que consideramos que o setor do turismo deve munir-se de boas práticas. Ao apostar no avanço tecnológico da aquisição massiva de dados (com recurso às técnicas de Big Data), deve garantir-se uma atividade sustentável e duradoura, que reflita e assegure constantemente os desafios à privacidade e à proteção de dados, sem colocar em risco o setor e os turistas. Desta forma, quanto mais precocemente forem adotados estes princípios, maiores serão as chances de sucesso. Concomitantemente, os princípios da investigação e inovação responsáveis (IIR)[18], também propostos pela Comissão Europeia, podem servir como elementos de aplicação universal na necessária ponderação dos riscos e desafios que decorrem de desenvolvimentos tecnológicos.

A "antecipação é a única maneira pela qual o futuro é realmente expresso no presente" (Miller, 2018, p. 19). Aliás, a antecipação, propicia a que o foco em sistemas e processos (pro)ativos, corresponda às exigências com que a sociedade se depara, e ainda, dará aos *stakeholders* capacidade, para estes, avaliarem que implicações poderão ocorrer da implementação de novas tecnologias (Miller, 2018). Neste

[18] Apesar de ainda existir alguma indefinição do conceito, a IIR tem vindo a ganhar especial relevo na União Europeia nos últimos anos, consistindo na tentativa de governar a investigação e a inovação, com a inclusão de diferentes grupos de interesse e de públicos, em estágios iniciais, e com isso, aumentar as possibilidades de antecipar problemas, perceber como pode beneficiar a sociedade e evitar consequências negativas (Burget *et al.,* 2017, p. 15).

contexto, trazemos para o debate o conceito de governação antecipatória, definido por Guston (2008, p. vi) como: "... uma capacidade ampla que se estende por toda a sociedade, e que pode ajudar a agir numa variedade de *inputs* para gerir tecnologias emergentes baseadas em conhecimento enquanto tal gestão ainda é possível".

No caso específico que tratamos no presente texto – Big Data aplicado ao setor do turismo – trata-se de perceber previamente os riscos futuros no seio de um processo de governação antecipatória partilhada e resiliente. Assim, será possível responder aos desafios de sustentabilidade, de um setor turístico cada vez mais interligado e globalizado e potencialmente adaptável a múltiplos ambientes.

1. Os desafios da sociedade *dataficada* e algorítmica

A sociedade da informação divide-se agora entre uma sociedade *dataficada* e uma sociedade algorítmica, comprometida por possíveis "processos obscuros e meras correlações" (Mantelero & Vaciago, 2015). Note-se que, sermos orientados por dados não é necessariamente mau, mas o equilíbrio entre a extração de grandes quantidades de dados e o cuidado na sua interpretação é fundamental. E, é aqui que a sociologia e a teoria social podem fazer a diferença (Lindgren, 2020).

À luz da sociologia contemporânea, podemos inspirar-nos extensivamente em algumas das abordagens teóricas que enquadram mais incisivamente os avanços tecnológicos. Vejamos Castells (2011), quando o autor indica que a sociedade da informação se demarcou pelo aparecimento de uma "economia em rede", sustentada por comunicações globais. Castells afirma que as redes constituem a "nova morfologia social das nossas sociedades" (Castells, 2010b, p. 500), e entende por "rede" uma unidade constituída por um conjunto de "nós" interligados (componentes das redes), que absorve informações e processa-as com mais eficiência. Ou seja, todos os "nós" são necessários para o desempenho da rede (Castells, 2009, p. 19), e os seus "conetores são detentores de poder" (Castells, 2010b, p. 566). No caso prático, para Castells, as redes são estruturas comunicativas da vida social (Castells, 2009, p. 20), e a digitalização funciona como um protocolo de comunicação, num universo onde praticamente tudo pode ser digitalizado. A informação e constante aquisição de novos dados (*i.e.,* "nós", de acordo com a terminologia do autor) funciona como pedra basilar da sociedade da informação (Castells, 2010b).

Segundo o sociólogo, as redes são instrumentos apropriados para uma economia capitalista baseada essencialmente na inovação e globalização, em constante flexibilidade e adaptação, numa cultura de permanente desconstrução e reconstrução, e numa organização social que "visa a superação do espaço e a aniquilação do tempo" (Castells, 2010b, p. 502), definindo os processos sociais predominantes, que dão forma à própria estrutura social (Castells, 2010b, p. 567). À instrumentalização económica da informação, Castells chamou de "capitalismo informacional", pois, tanto "o conteúdo gerado por cada indivíduo, como a ação social autónoma, transformaram-se em componentes primordiais da rede global de comunicação" (Arsenault & Castells, 2008, p. 744), num espaço social onde o poder é decidido (Castells, 2007).

Note-se que este poder agregado à tecnologia amplifica tendências já enraizadas nas várias estruturas sociais. Se, por um lado, observamos sociedades democráticas e participativas, por outro lado, observamos sociedades já opressivas que utilizam ferramentas tecnológicas para aumentar o controlo, vigilância e violência para com os seus cidadãos (Castells, 2010a, p. 341).

Beck (2010), na sua análise da modernidade, alerta-nos para fenómenos como a vigilância, a falta de privacidade e as desigualdades sociais largamente desencadeadas e agravadas com o desenvolvimento tecnológico, merecendo mais do que nunca, na perspetiva do autor, uma análise reflexiva e profunda, dando vida ao conceito de "sociedade de risco" global. O autor relembra o avanço das ciências e da tecnologia, e a consequente aparição de novas situações de risco, acreditando que os aspetos negativos (ou riscos) superam os aspetos positivos da tecnologia.

No entanto, os riscos de uns são oportunidades de mercado, geradoras de grande lucro, para outros (Beck, 2010, p. 56). Na mesma esteira crítica, Shoshana Zuboff (2015) define estas dinâmicas como o "capitalismo da vigilância", que a autora entende ser uma nova ordem económica e social, de que resulta uma expropriação crítica de direitos humanos, com base na recolha de tratamento incessante de dados pessoais de natureza digital com vista à maximização do lucro (Zuboff, 2015, p. 85).

São ainda relativamente escassos os estudos que fazem uma problematização focada nos desafios e respetivas (des)vantagens sociais e implicações éticas do uso de Big Data no turismo (Perng *et al.*, 2016; Sigala *et al.*, 2019). Neste sentido, para levarmos a cabo uma problematização sociológica deste tema, exploramos literatura desenvolvida sobre a aplicação de Big Data utilizado para diversos fins e já em estado avançado de aplicação, ao contrário da área do turismo que se encontra, ainda, num estado embrionário de utilização de Big Data.

Em termos gerais, os estudos sociológicos direcionados para as implicações de Big Data alertam para três tipos de consequências que passamos a descrever.

Em primeiro lugar, o reducionismo de situações sociais e culturalmente complexas a dados alegadamente 'objetivos'. Em suma, o perigo da "simplificação, descontextualização e favorecimento de fenómenos sociais complexos mensuráveis no contexto de Big Data" (Brayne, 2017, p. 1003). Em segundo lugar, as ambivalências criadas entre a realidade experienciada pelas populações e a realidade 'ditada' pelo Big Data. Um exemplo é o caso da justiça ambiental, e estudos que abordam o perigo da análise de desastres ambientais com consequências imediatas, descartando os que não são imediatos, e por isso, propuseram a desaceleração e reflexão sobre as implicações futuras baseadas apenas em Big Data (Mah, 2016). Ou ainda, o facto dos promotores da utilização de Big Data, na área da segurança social, tanto poderem usá-lo para uma maior eficiência e conhecimento da população, como para diversos fins, incluindo para repressão política (Mahrenbach *et al.,* 2018).

Um terceiro aspecto destacado pela literatura sociológica sobre Big Data diz respeito àquilo que alguns autores designam por um "tecno-otimismo", impresso no discurso das empresas, das nações e das

instituições governamentais (Schmidt & Cohen, 2013; Tutton, 2021), que invoca sentimentos de "empolgação e admiração" (Tutton, 2021), e tende a proporcionar «uma cultura tecno-eufórica de inovação» (Mager, 2012, p. 15). É certo que a tecnologia revolucionou a forma como vivemos, trabalhamos e pensamos (Mayer-Schönberger & Cukier, 2013), mas acreditar num futuro tecnológico exclusivamente de efeitos positivos pode comprometer a sociedade a longo prazo, convertendo-se num "otimismo cruel" (Berlant, 2011), e no caso em análise no presente texto, comprometer o futuro sustentável do setor do turismo. Para refletir sobre este cenário, propomos uma abordagem do conceito de investigação e inovação responsáveis (IIR).

2. O princípio da Investigação e Inovação Responsáveis (IIR): Uma possível resposta aos desafios de futuro no setor do turismo

O conceito de investigação e inovação responsáveis (IIR), como Schomberg (2011, p. 9) sumariamente define, é um

> "...processo transparente e interativo pelo qual os atores sociais e inovadores se tornam mutuamente reativos com o foco na aceitabilidade (ética), na sustentabilidade e na conveniência social do processo de inovação e dos seus produtos comercializáveis (com o intuito de permitir uma incorporação adequada dos avanços científicos e tecnológicos na nossa sociedade)".

Ou seja, o processo de inovação deve ser alinhado com as necessidades sociais e estar sensível às mudanças (éticas, sociais e ambientais). Contudo, as questões morais, éticas e sociais são ainda descartadas em inúmeras estruturas que acreditam que a resistência à tecnologia baseia-se apenas na falta de uma informação mais "correta" (de Saille, 2015).

Para evidenciar que estas questões (morais, éticas e sociais) não devem ser descartadas, e que é fulcral apostar em IIR (e nos seus princípios), devem ser demonstrados exemplos de inovações falhadas. Exemplos esses que não consideraram (antecipadamente) necessidades sociais, nem implicações éticas. Ou pelo contrário, podem ser demonstrados exemplos de como a atenção devida, a estas necessidades e implicações, foi impulsionadora de inovações prósperas (European Comission, 2013).

A IIR permite àqueles que estão em estágios iniciais ou envolvidos em processos de IIR: (i) obterem conhecimento sobre consequências dos resultados das suas ações; (ii) avaliarem os resultados e opções em termos de valores morais (*e.g.*, privacidade, segurança, sustentabilidade, responsabilidade, democracia, entre outros); (iii) e usarem essas considerações como requisitos para o que pretendem inovar (European Comission, 2013 p. 57).

Assim, ao enquadrarmos de forma breve estes princípios da IRR, pretendemos iniciar o debate sobre possíveis desafios que o turismo poderá enfrentar no futuro, ao apostar em técnicas de Big Data. Damos

prioridade à problematização e à necessidade de uma investigação premente e contínua, para assim contribuirmos para a construção de um setor mais consciente e responsável.

3. O futuro no turismo: Um balanço entre risco e otimismo

A combinação de diferentes dados (semiestruturados e não estruturados) extraídos a partir de mecanismos de pesquisa, do tráfego da *web* e das redes sociais, enriquece e aprimora a recolha de dados. Contudo, isto implicará não só vantagens, mas também desvantagens como o «viés de estimativa e erros de previsão» (Li *et al.*, 2021, p. 9). O entusiasmo em torno do potencial da extração de dados para o auxílio de um desenvolvimento internacional comum oculta limitações como por exemplo, a «...evidência crescente de que, em vez de aumentar a participação e inclusão, em contextos de desenvolvimento, as redes online e as redes sociais tendem a refletir e multiplicar os desequilíbrios de poder offline e a desigualdade» (McLennan, 2016, p. 395).

Sublinhamos que, apesar do turismo ser considerado uma atividade recreativa e que permite a livre circulação entre vários pontos do globo, esta liberdade não é possível para inúmeros cidadãos, devido a consequências como a guerra, a fome e a atos desumanos praticados em vários países. Tal desigualdade global, envolta da mobilidade, foi amplificada depois dos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001 (ataque da organização Al-Qaeda aos Estados Unidos da América), trazendo à tona questões éticas significativas, principalmente no que concerne à segurança e à vigilância (Lovelock & Lovelock, 2013). São exemplo dessas questões, a sucessiva vigilância de cidadãos e os seus movimentos, a indefinição de limites pessoais na tentativa de identificar indivíduos, a definição de perfis baseados em estereótipos culturais e raciais, e consecutivamente, a reprodução de desigualdades e ameaças aos direitos humanos.

Estas atividades têm alimentado obstáculos, entre quem tem poder de compra e quem não tem, entre quem é turista e quem é residente ou trabalhador na comunidade de destino, e entre a verdade e a deturpação de informação no negócio turístico, principalmente originado pelo conteúdo gerado via online (Lovelock & Lovelock, 2013).

Por este motivo, discute-se um "turismo alternativo, responsável e justo", reconhecido como parte do processo de globalização, em que quer o setor público quer o setor privado são, ou devem ser, igualmente conscientes, visto que o setor turístico é desenvolvido entre estes dois domínios e, por isso, devem promover um ambiente de negócios cada vez mais interligado e globalizado em múltiplos ambientes culturais, sociais, políticos e éticos (Lovelock & Lovelock, 2013). Sem uma perspetiva compreensiva dos contextos sociais, culturais e históricos, a informação que resulta da aplicação de Big Data pode criar (algoritmicamente) informação totalmente desfasada da realidade social (Mariani *et al.*, 2018, p. 30), implicando violações éticas numa sociedade, enquanto aparentemente inofensivas noutras sociedades.

Reconhece-se, assim, que a ciência está submetida a novas questões (Beck, 2010). Neste caso particular da atividade turística, permanecem questões que envolvem interpretar os novos desafios ligados

à evolução do turismo com o apoio de Big Data e analisar as interações dos vários atores sociais (*e.g.* turistas, empresas, cientistas, entidades institucionais e governamentais).

Tendo a consciência de que tentar prever cenários poderá, na realidade, apontar apenas para um de muitos futuros possíveis, mas como explica Guston (2014, p. 234) "uma preparação ambígua é melhor do que uma surpresa inequívoca". Alicerçar lideranças e processos, com antecipação e precaução, ajudará a responder com mais robustez à incerteza e ao risco. Proporcionados por uma governação antecipatória que dá a capacidade de prever, participar e integrar (Guston, 2014), o desenvolvimento de vários cenários no meio da incerteza ao longo de todo o processo (desde o planeamento, à tomada de decisão e implementação), ainda assim, permitirá minimizar inúmeros conflitos (Quay, 2010, p. 498). Mais incisivamente, apostar numa governação antecipatória possibilitará: (i) a antecipação e a análise de futuros; (ii) a criação de estratégias flexíveis de adaptação; (iii) e a monitorização e ação (Quay, 2010, p. 498). A alternativa será continuar a praticar uma governança "cega" perante as implicações a longo prazo, além de lenta na deteção de defeitos nas políticas em execução e desatenta a melhores opções (Fuerth, 2009, p. 14).

Projetam-se também possíveis cenários de uma tecnologia que se integra na sociedade em geral e no seu dia-a-dia (Pieri, 2009), e é crucial fazer um balanço do que é conhecido sobre a dinâmica e integrar as expectativas sobre este tema, numa ação antecipatória (Brown *et al.*, 2003). As expectativas orientam atividades, viabilizam estruturas, atraem interesses, estimulam investimento, partilham esperanças e preparam riscos e oportunidades (Borup *et al.*, 2006, p. 286). Servem como "dispositivos de coordenação", para vários atores que se comprometem em campos de inovação promissores (Konrad, 2006), como é o caso do turismo, cada vez mais suportado pela tecnologia, e projetam "expectativas coletivas" duradouras (Konrad, 2006, p. 431).

Conclusão

Promovidas como soluções de ponta para diversos desafios que marcam a sociedade, a economia e a governança emergente, a análise a partir de Big Data, e consequentemente a inteligência artificial (Bircan & Korkmaz, 2021), intensificaram a interação entre máquinas e humanos. Esta interação foi capitalizada pela 'Indústria 4.0' ou 'Quarta Revolução Industrial', com novas tecnologias e técnicas, e estes avanços estimularam mudanças profundas na sociedade, e nas mais diversas estruturas económicas (Schwab, 2018). Consequentemente, esta revolução tecnológica aspirou a novas concetualizações no turismo, a que intitularam de 'turismo 4.0' (Bilgili & Ozkul, 2019; Kwon *et al.*, 2021; Stankov & Gretzel, 2020). Big Data, Inteligência Artificial, Internet das Coisas, entre outros termos tecnológicos, estão incorporados ou em vias de o ser, para garantir uma atividade turística mais eficaz, responsiva e competitiva, que corresponda às expectativas dos turistas, cada vez mais exigentes e tecnológicos (Kwon *et al.*, 2021). A qualidade dos produtos já não é a única garantia da sobrevivência de um negócio. A criatividade e a inovação, envolvendo

um número sem fim de partes interessadas, será a "tábua de salvação" de negócios como o do turismo (Andrianto *et al.*, 2021).

Assim sendo, é importante reconhecer que os dados continuarão a alimentar aplicativos e plataformas, fluindo entre utilizadores e dispositivos, e assim como «a eletricidade mudou os processos industriais e as práticas domésticas no século XIX», os «dados constituirão o núcleo dos processos e práticas do século XXI» (Dijck, 2017, p. 11), instituindo uma sociedade dataficada à escala mundial. Várias potências económicas, como por exemplo a China e os EUA, têm vindo a apostar na Inteligência Artificial (alimentada pela extração de dados), assim como a Europa tem vindo a planear uma resposta estratégica na extração de dados, reforçando os seus benefícios (Micheli *et al.*, 2020). Espera-nos uma transformação emergente na produção de dados, e as relações entre estados, cidadãos e tecnologias digitais darão diferentes tipos de futuro, originando o "cidadão de dados": treinado para a alfabetização e etiqueta digital, num imaginário em que o conhecimento é dirigido de forma democrática (Ruppert, 2018, p. 34). Sendo crucial criar maior confiança nas aplicações e garantir melhores práticas e princípios éticos, é fundamental ter em conta "os riscos de iniciativas de pesquisa e desenvolvimento e a ameaça de parcerias público-privadas não regulamentadas" (Fournier-Tombs, 2021, p. 4). Para isso recomenda-se um regulamento aplicável sobre Inteligência Artificial, e consequentemente de técnicas de Big Data, organizado pela Organização das Nações Unidas (Fournier-Tombs, 2021), e todas as infraestruturas e organizações implicadas no setor do turismo.

Não é novidade de estudo que a sociedade tem lutado há séculos com consequências sociais advindas da tecnologia. Mas, a partir de uma lente analítica, é urgente investigar os vários imaginários dos diferentes *stakeholders* ligados ao futuro do turismo, e imprimir uma reflexão crítica ao ambiente tecnológico, social, ético e político que molda e confere sentido ao fenómeno sociotécnico do Big Data e turismo.

Em suma, neste texto, procurámos identificar algumas das suas implicações para a atividade turística. Além do mais, propomos mais conhecimento a nível interdisciplinar (*e.g.,* turismo, sociologia, tecnologia, economia, engenharia, política), sobre os cenários discursivos nos quais a Inteligência Artificial tem sido socialmente construída, como um fenómeno utópico e distópico (Lindgren & Holmström, 2020), com implicações éticas que têm de ser devidamente consideradas e analisadas.

Este conhecimento interdisciplinar harmoniza-se com os princípios da IRR, ao pretender alinhar as necessidades e valores da sociedade, com o envolvimento precoce das várias partes interessadas (Schomberg, 2011, p. 9). Juntamente com uma governação antecipatória, os atores estarão capacitados para "reiniciar, reexaminar e recalibrar" (Fuerth, 2009, p. 15) sempre que surgirem novos entraves. E o turismo poderá marcar a diferença, por ser um setor consciente de que "vivemos num universo baseado no acaso, probabilidade, indeterminação e complexidade" e que a previsão (como disciplina organizada), será o conhecimento diferenciador que garantirá a sobrevivência deste mesmo universo (Fuerth, 2009, p.

31). No caso em estudo, poderá garantir que a integração de técnicas de Big Data no turismo cumpra com critérios de antecipação, ética e responsabilidade.

Bibliografia

Andrianto, T., Koseoglu, M. A., & King, B. (2021). A business model innovation process for tourism: Findings from a literature review. *Tourism Recreation Research*, 1-8. https://doi.org/10.1080/02508281.2021.1878654

Arsenault, A. H., & Castells, M. (2008). The structure and dynamics of global multi-media business networks. *International Journal of Communication*, *2*, 707-748.

Beck, U. (2010). *Sociedade de Risco: Rumo a uma Outra Modernidade*. São Paulo: Editora 34.

Berlant, L. (2011). *Cruel Optimism*. North Carolina: Duke University Press.

Bilgili, B., & Ozkul, E. (2019). Industry 4.0-tourism 4.0 and human factor: Voice of customer. *Future Academy*, *54*, 655–667.

Bircan, T., & Korkmaz, E. E. (2021). Big Data for whose sake? Governing migration through artificial intelligence. *Humanities and Social Sciences Communications*, *8*(1), 1–5. https://doi.org/10.1057/s41599-021-00910-x

Borup, M., Brown, N., Konrad, K. K., Van Lente, H., & Lente, H. Van. (2006). The sociology of expectations in science and technology. *Technology Analysis & Strategic Management*, *18*(2), 285–298. https://doi.org/10.24908/ss.v12i2.4741

Brayne, S. (2017). Big Data surveillance: The case of policing. *American Sociological Review*, *82*(5), 977-1008. https://doi.org/10.1177/0003122417725865

Brown, Rip, A., & Van Lente, H. (2003). Expectations in & about science and technology. *Background Paper for the 'Expectations' Workshop*, *June*, 1–14.

Burget, M., Bardone, E., & Pedaste, M. (2017). Definitions and conceptual dimensions of responsible research and innovation: A literature review. *Science and Engineering Ethics*, *23*(1), 1–19. https://doi.org/10.1007/s11948-016-9782-1

Castells, M. (2007). Communication, power and counter-power in the network Society. *International Journal of Communication*, *1*, 238–266.

Castells, M. (2009). *Communication Power*. United Kingdom: Oxford University Press.

Castells, M. (2010a). *The Power of Identity. Volume II: The Information Age: Economy, Society, and Culture (Information Age Series)* (2nd ed.). New Jersey: Wiley-Blackwell.

Castells, M. (2010b). *The Rise of the Network Society. Volume I: The Information Age: Economy, Society, and Culture: Vol. I* (2nd ed.). New Jersey: Wiley-Blackwell.

Castells, M. (2011). *A era da informação: Economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

de Saille, S. (2015). Innovating innovation policy: The emergence of 'Responsible Research and Innovation.' *Journal of Responsible Innovation*, *2*(2), 152–168.

https://doi.org/10.1080/23299460.2015.1045280

Dijck, V. (2017). Foreword. In M. T. Schäfer & K. van Es (Eds.), *The Datafied Society: Studying* Culture through Data (pp. 11–12). The Netherlands: Amsterdam University Press.

European Comission. (2013). Options for Strenghtening Responsible Research and Innovation. In Directorate-General for Research and Innovation (Ed.), Report of the Expert Group on the State of Art in Europe on Responsible Research and Innovation. https://doi.org/10.2777/46253

European Commission. (2021). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, The European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. 2030 Digital Compass: the European way for the Digital Decade*. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:12e835e2-81af-11eb-9ac9-01aa75ed71a1.0001.02/DOC_1&format=PDF

European Data Protection Board, E. (2021). EDPB & EDPS adopt joint opinion on the Data Governance Act (DGA). *Jornal Oficial da União Europeia*.

Fournier-Tombs, E. (2021). Towards a United Nations internal regulation for artificial intelligence. *Big Data and Society*, *8*(2), 1–5. https://doi.org/10.1177/20539517211039493

Fuerth, L. S. (2009). Foresight and anticipatory governance. *Foresight*, *11*(4), 14–32. https://doi.org/10.1108/14636680910982412

Guston, D. H. (2008). Preface. In E. Fisher, S. C, & J. Wetmore (Eds.), *The Yearbook of Nanotechnology in Society: Presenting Futures* (Vol. 1, pp. v–viii). New York: Springer.

Guston, D. H. (2014). Understanding "anticipatory governance." *Social Studies of Science*, *44*(2), 218–242. https://doi.org/10.1177/0306312713508669

Jasanoff, S., & Kim, S.-H. (2015). Dreamscapes of Modernity: Sociotechnical Imaginaries and the Fabrication of Power. In S. Jasanoff & S.-H. Kim (Eds.), *Technology and Culture*. The University of Chicago Press. https://doi.org/DOI: 10. 7208/chicago/9780226276663.001.0001

Konrad, K. (2006). The social dynamics of expectations: The interaction of collective and actor-specific expectations on electronic commerce and interactive television. *Technology Analysis and Strategic Management*, *18*(3–4), 429–444. https://doi.org/10.1080/09537320600777192

Kwon, H., Ban, H., Jun, J., & Kim, H. (2021). Topic modeling and sentiment analysis of online review for airlines. *Information*, *12*(78), 1–14.

Li, X., Law, R., Xie, G., & Wang, S. (2021). Review of tourism forecasting research with internet data. *Tourism Management*, *83,* 104245. https://doi.org/10.1016/j.tourman.2020.104245

Lindgren, S. (2020). *Data Theory Interpretive Sociology and Computational Methods*. Cambridge: Polity Press.

Lindgren, S., & Holmström, J. (2020). Social science perspective on artificial intelligence. *Journal of Digital Social Research*, *2*(3), 1–15. https://doi.org/10.33621/jdsr.v2i3.65

Lovelock, B., & Lovelock, K. M. (2013). *The Ethics of Tourism: Critical and Applied Perspectives*. Milton Park, Abingdon, Oxfordshire: Routledge.

Mager, A. (2012). Algorithmic ideology: How capitalist society shapes search engines. *Information*

Communication and Society, *15*(5), 769–787. https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.676056

Mah, A. (2016). Environmental justice in the age of Big Data: Challenging toxic blind spots of voice, speed, and expertise. *Environmental Sociology*. https://doi.org/10.1080/23251042.2016.1220849

Mahrenbach, L. C., Mayer, K., & Pfeffer, J. (2018). Policy visions of Big Data: Views from the Global South. *Third World Quarterly*, *39*(10), 1861–1882. https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1509700

Mantelero, A., & Vaciago, G. (2015). Data protection in a Big Data society. Ideas for a future regulation. *Digital Investigation*, *15*, 104–109. https://doi.org/10.1016/j.diin.2015.09.006

Mariani, Baggio, R., Fuchs, M., & Höepken, W. (2018). Business intelligence and Big Data in hospitality and tourism: A systematic literature review. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, *30*(12), 3514–3554. https://doi.org/10.1108/IJCHM-07-2017-0461

Mayer-Schönberger, V., & Cukier, K. (2013). *Big Data: A Revolution that Will Transform How We Live, Work, and Think*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt.

McLennan, S. J. (2016). Techno-optimism or information imperialism: Paradoxes in online networking, social media and development. *Information Technology for Development*, *22*(3), 380–399. https://doi.org/10.1080/02681102.2015.1044490

Micheli, M., Ponti, M., Craglia, M., & Berti Suman, A. (2020). Emerging models of data governance in the age of datafication. *Big Data and Society*, *7*(2), 1–15. https://doi.org/10.1177/2053951720948087

Miller, R. (2018). Sensing and making-sense of futures literacy: Towards a Futures Literacy Framework (FLF). In R. Miller (Ed.), *Transforming the Future: Anticipation in the 21st Century* (pp. 15–50). Milton Park, Abingdon, Oxfordshire: UNESCO and Routledge.

Perng, S. Y., Kitchin, R., & Evans, L. (2016). Locative media and data-driven computing experiments. *Big Data and Society*, *3*(1), 1–12. https://doi.org/10.1177/2053951716652161

Pieri, E. (2009). Sociology of expectation and the e-social science agenda. *Information, Communication & Society*, *12*(7), 1103–1118. https://doi.org/10.1080/13691180902998647

Quay, R. (2010). Anticipatory governance: A tool for climate change adaptation. *Journal of the American Planning Association*, *76*(4), 496–511. https://doi.org/10.1080/01944363.2010.508428

Ruppert, E. (2018). *Sociotechnical imaginaries of different data futures: An experiment in citizen data.* The Netherlands: Erasmus Universiteit Rotterdam.

Schmidt, E., & Cohen, J. (2013). *The New Digital Age: Reshaping the Future of People, Nations and Business*. United Kingdom: Hachette UK.

Schomberg, R. von. (2011). Introduction. In R. von Schomberg (Ed.), *Towards Responsible Research and Innovation in the Information and Communication Technologies and Security Technologies Fields*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011. https://doi.org/10.2777/58723

Schwab, K. (2018). *A Quarta Revolução Industrial*. Lisboa: Levoir.

Sigala, M., Beer, A., Hodgson, L., & O'Connor, A. (2019). Chapter 4 - Big Data for Measuring the Impact

of Tourism Economic Development Programmes: A Process and Quality Criteria Framework for Using Big Data. In M. Sigala *et al.* (Eds.)., *Big Data and Innovation in Tourism, Travel, and Hospitality: Managerial Approaches, Techniques, and Applications*. Singapore: Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-981-13-6339-9

Stankov, U., & Gretzel, U. (2020). Tourism 4.0 technologies and tourist experiences: A human-centered design perspective. *Information Technology & Tourism, 22*(3), 477–488.

Tutton, R. (2021). Sociotechnical Imaginaries and Techno-Optimism: Examining Outer Space Utopias of Silicon Valley. *Science as Culture*, *30*(3), 416–439. https://doi.org/10.1080/09505431.2020.1841151

Xiang, Z. (2018). From digitization to the age of acceleration: On information technology and tourism. *Tourism Management Perspectives*, *25*(September), 147–150. https://doi.org/10.1016/j.tmp.2017.11.023

Zuboff, S. (2015). Big other: Surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Big Other: Surveillance Capitalism*, *30*, 75–89. https://doi.org/10.1057/jit.2015.5

Contributos da Sociologia do Trabalho para uma Gestão de Recursos Humanos integrada e atual

Alexandra Rocha
Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Domingas Tavares
Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Resumo

A transição para o sistema capitalista, caraterizado na sua génese como um modo de produção mercantil por excelência, implicou um conjunto bastante significativo de alterações do ponto de vista social, político, económico, ambiental, cultural, ecológico, entre outras por toda a região do globo. Partindo deste pressuposto, para uma melhor compreensão dos aspetos que permeiam a modernidade tardia, a análise capitalista assume um destaque incontornável, pois a sua lógica de funcionamento tem elementos fundamentais que nos podem ajudar a compreender e explicar as mudanças socioeconómicas, as dinâmicas da globalização, as alterações climáticas e crises ambientais, a contínua desigualdade funcional, salarial e estrutural muito patente, particularmente, na classe trabalhadora, dimensão que nos importa aqui dissertar. Deste modo, o cruzamento entre a gestão de recursos humanos e a sociologia do trabalho, ao nosso ver, pode constituir-se como uma dimensão de trabalho significativamente relevante, capaz de propor visão mais equitativa sobre o atual quadro disfuncional que norteia o mercado de trabalho e as relações laborais. Neste seguimento, propomos, nas duas secções que se seguem, uma breve reflexão em torno do alcance teórico e metodológico caraterístico destas áreas de conhecimento, de modo a se introduzir uma leitura realística, humanizada, compreensiva, atual e integrada na gestão do capital humano, promovendo uma ótica de compatibilidade entre os universos de empregadores e de empregados.

Palavras-chave: sociologia do trabalho; gestão de recursos humanos; capitalismo; relações laborais.

As particularidades do mercado de trabalho no quadro capitalista

Entre os mais distintos estudiosos sobre as veleidades do sistema capitalista, pioneiros de acesos e pertinentes debates acerca do seu alcance, considerando, por um lado, o seu viés progressista e, por outro lado, os desafios ao nível das questões sociais, Richard Sennett (2007) assume um destacado relevo no modo como apresenta esta matéria. Neste seguimento, o autor evidenciou, de forma muito clara e crítica, o modo como a tríade trabalho, talento e consumo, elaboradas conceptualmente pelos "apóstolos do novo

capitalismo" enquanto vanguardistas de uma maior liberdade na sociedade moderna, na verdade vieram introduzir um ruído profundo e desestruturante nas dinâmicas sociais.

Partindo da perspetiva da sua expansão económica, a afirmação do sistema capitalista revela aquilo a que Sennett (2007, p. 21) denominou por "destruição criadora". Se, por um lado, estamos diante de um cenário de crescimento maciço e de desenvolvimento científico e tecnológico alguma vez alcançado, incontestavelmente corporalizado na melhoria das mais distintas dimensões da vida humana, os desafios, ou se quisermos, as gritantes consequências deste progresso da humanidade são igualmente maciças e alguma vez idealizadas: o crescimento acelerado, as oscilações dos mercados, o desgoverno dos investidores, as deslocações das fábricas, assim como dos operários à procura de melhores condições de vida e de trabalho são algumas das particularidades que este sistema de regulação económica experimentou, na ótica do autor, na transição do século XIX para o XX.

Por sua vez, as demandas da atualidade transparecem uma espécie de reprodução deste cenário de instabilidade, tendo como pano de fundo os crescentes avanços tecnológicos, a democratização e a globalização dos mercados financeiros, consumidores e de produtos, originando, assim, um novo regime de desigualdades para a classe trabalhadora, por conseguinte, não detentora dos meios de produção, usando a linguagem de Marx (Sennett, 2007); nesta ordem de ideias, Huws (2014) argumenta que o sistema capitalista penetrou "em cada região e em cada aspeto da vida, onde o ritmo da mudança tecnológica é tão rápido, que processos de trabalho se tornam obsoletos meses após serem introduzidos, e onde a divisão do trabalho é tão intricada que nenhum trabalhador individual tem alguma chance de apreendê-la em toda a sua complexidade" (p. 13).

A inevitável transição do chamado capitalismo "primitivo" para aquele que conhecemos hoje – o capitalismo social militarizado – não aconteceu de forma livre e espontânea de acordo com Sennett (2007). Ao invés disso, teve uma ação deliberada dos investidores e empresários, já em meados do século XX, através da adoção da cultura militar na gestão das empresas, numa ótica Weberiana. Assim, "as corporações passaram a atuar cada vez mais como exércitos onde cada um tinha o seu lugar e cada lugar uma função definida" 0 para a vida toda, assim como o declínio das carreiras profissionais desempenhadas numa mesma instituição, a degradação dos apoios de proteção social, vindos do sector público.

Se a ideia inicial era construir uma vida económica e social pautadas por um modelo burocrático capaz de sobreviver às turbulências e instabilidade caraterísticas dos mercados financeiros, assumindo os valores culturais de uma instância militar, não foi o que se verificou na prática: "o capitalismo social revelou-se frágil" (Sennett, 2007, p. 34), transformando-se numa jaula de ferro. Richard Sennett (2007) aponta três razões principais que estiveram na origem deste declínio, designadamente, (1) a transferência de poder nas grandes empresas, que passou da direção para os acionistas, (2) facto que alavancou uma posição de força por parte dos investidores, cada vez mais aficionados por resultados a curto prazo e (3) o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e de fabrico, que permitiram "formular a informação

em termos rigorosos e desprovidos de ambiguidade, disseminados na sua versão original por toda a corporação" (*idem*, p. 37).

O cenário acima descrito impulsionou um conjunto de consequências no domínio social, psicológico e emocional, decorrentes deste excesso de centralização, controlo, autoridade e automatização instituídos na gestão das organizações. Assim, o conceito de "organização globalizada e tecnologicamente complexa do benefício a curto prazo como modelo de mudança organizacional" desvelou: (1) a supressão de grande parte dos postos de trabalho, sobretudo os da base e de alguns níveis hierárquicos, (2) a fragmentação dos laços culturais organizacionais e do capital social, através da perda da confiança entre os trabalhadores, (3) o aumento do medo da dependência (4) da imprevisibilidade e incerteza em relação ao futuro no geral, o que necessariamente gera elevados níveis de stress e de ansiedade, (5) a precarização da mão-de-obra, numa ótica de subemprego e de contratos temporários, (6) o foco em tarefas rápidas que aportem um resultado imediato e (7) o enfraquecimento do conhecimento institucional.

Trazendo um olhar mais recente acerca dos contornos que permeiam o mercado de trabalho, a atual crise pandémica derivada pela Covid-19 antecipa um conjunto de polaridades e de oportunidades, facto que acentuou grandemente os efeitos causados pela crise económica de 2008. Se atentarmos às consequências geradas por este período de instabilidade dos mercados financeiros e económicos, rapidamente se percebe o cenário fértil em que se instalou a atual pandemia; ou seja, enquanto que os países, sobretudo os considerados de terceiro mundo continuavam a percorrer o árduo caminho de relançamento das suas economias, ao experimentarem a instabilidade e a imprevisibilidade caraterísticas deste vírus sofreram verdadeiros retrocessos, especialmente ao nível do emprego/desemprego.

Segundo Marques (2020, p. 32), as consequências provocadas pela Covid-19, em conjugação com a chamada quarta revolução industrial (convergência tecnológica, digital, física e biológica), "têm sido reveladoras de desigualdades e vulnerabilidades dos atores sociais na sua relação com o trabalho". Do ponto de vista dos impactos macroeconómicos, a OIT (2020) revela que o cenário português foi alvo de alterações acentuadas, em termos do emprego, dos rendimentos e do consumo, decorrentes da imposição do confinamento obrigatório: entre os meses de fevereiro e abril de 2020, "o desemprego registado aumentou cerca de 316 000 para 392 000 (+24 por cento)" (p. 3), sendo que somente metade da população desempregada tinha direito à proteção ao desemprego *(idem).* Ainda em relação ao mesmo período, os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), demonstram que "o aumento do desemprego afetou mais os homens do que as mulheres, mais os trabalhadores com idade inferior a 25 anos do que os trabalhadores mais velhos, e os trabalhadores com o ensino secundário, seguidos por aqueles com o nível mais baixo do ensino secundário, mais do que os que tinham outros níveis de qualificação escolar" (*idem*, p. 4). Do ponto de vista dos setores mais afetados pelas sucessivas perdas de postos de trabalho, destacam-se, claramente, a hotelaria, a restauração e os serviços de apoio (*idem*, p. 5).

A trilogia trabalho, trabalhador e mais-valia relacionam-se num quadro social vicioso, dissemelhante e, em certa medida, subverso, conjuntura essa que nos impele a repensar os conceitos de trabalho (e a sua real implicação), de trabalho produtivo, assim como o de subsistência (Huws, 2014). Sendo o trabalho a capital fonte de renda e de sobrevivência no atual sistema (apesar da implementação de algumas políticas de apoio social, idealizadas numa lógica do estado de providência), a autora revela, de forma muito elucidativa como este processo se desenrola: "o trabalhador, obrigado a fazê-lo para sobreviver, trabalha um número dado de horas para o capitalista, produzindo certo valor como resultado. Parte desse valor é essencial para cobrir os custos de subsistência, e as horas trabalhadas para produzir esse valor ("tempo de trabalho necessário") são (usualmente) reembolsadas. O restante ("mais-valia") é apropriado pelo capitalista para distribuir como lucro e investir em novos meios de produção" (Huws, 2014, p. 15).

Analisando esta premissa do ponto de vista do empregado (uma perspetiva desatendida pelo próprio sistema), a autora levanta um conjunto de questionamentos pertinentes, que a pandemia da Covid-19 veio descortinar de forma grosseira e evidente, acentuando, por um lado, as desigualdades laborais e a relação conflitual entre empregador e empregado e, por outro lado, a ausência de respostas em termos de proteção social. Primeiro, a noção de subsistência deve ser entendida do ponto de vista do trabalho realizado ou das necessidades integrais do trabalhador e do seu agregado familiar? Segundo, na impossibilidade de se conceituar ou definir subsistência, de que modo podemos calcular o "tempo de trabalho necessário" para cada função? Terceiro, "e apenas porque todo valor, no interior do capitalismo, deriva, em última instância, dos resultados do trabalho humano empregado às matérias-primas da terra, isso significa que todo o valor que reverte ao capitalista individual é necessariamente mais-valia?" (Huws, 2014, p. 15)

A Sociologia e os Recursos Humanos: Caracterização do contributo da Sociologia na Gestão de Recursos Humanos

A Sociologia foi, inicialmente, definida como o estudo da sociedade a um nível generalizado. É a ciência que estuda as interações sociais, através de pesquisa e organização de dados, bem como a sua posterior análise. A sua intervenção teórica e metodológica divide-se em diferentes áreas e temáticas de investigação, de acordo com o grupo social ou fenómeno a ser estudado, sendo, uma delas, a Sociologia do Trabalho. Trata-se de uma temática específica que aborda questões laborais numa economia globalizada (Donka *et al.*, 2015, p. 70).

A Gestão de Recursos Humanos (GRH) pode ser definida como "uma atividade humana consciente para organizar e regular as relações entre os membros da organização a fim de alcançar os objetivos da mesma" (Donka *et al.*, 2015, p. 75). Para Neves e Gonçalves (2009) o futuro da Gestão de Recursos Humanos está, intrinsecamente, conectado com a estratégia do negócio em que se insere, a cultura organizacional praticada pela instituição/entidade e a globalização, sendo estes pontos fulcrais para o desenvolvimento de um novo conceito de GRH.

A Gestão de Recursos Humanos tem tido uma direção em formato mecânico, em termos da configuração organizacional mais aplicada, sendo "regido por objetivos de racionalidade, eficiência e clareza" (Bilhim, 2006, p. 38), sendo necessária a definição de metas e objetivos mensuráveis, tendo-se criado um modelo "mecanicista" no qual a eficiência se torna o pilar maior de realização. O autor indica que, mais recentemente, os responsáveis de Recursos Humanos "recomendam a substituição do controlo direto (que se mantém para os menos qualificados) por uma estratégia baseada na autonomia responsável." (Bilhim, 2006, p. 101). Torna-se frustrante, por vezes, que a estandardização processual tenha sido assimilada pelos departamentos de recursos humanos, pela "formalização" de processos desde o que se faz quando se recebe uma candidatura ou como se processa uma entrevista de saída, não permita dar-se uma resposta específica ao caso de cada um dos trabalhadores (e/ou candidatos), tendo-se uma resposta abstrata e encerrada em si mesma.

A GRH tem, também, seguido uma tendência cultural de "serviço", transformando os trabalhadores em "clientes internos", sendo possível redefinir e melhorar o desempenho dos serviços de Recursos Humanos, nas organizações e, para isso, a função recursos humanos tem de desenvolver políticas que permitam a articulação da atividade dos trabalhadores com as necessidades do negócio e a gestão da qualidade", deixando de lado a sua dimensão departamental estanque e isolada (Bilhim, 2006, p. 196). O mesmo autor indica que há um grande enfoque nas políticas de GRH no que se refere à preocupação relativa à motivação dos trabalhadores, centrando estratégias promotoras da mesma, em fatores externos, como a flexibilização da remuneração, aplicando-se um modelo económico que valoriza a recompensa em dinheiro, enquanto "o modelo social, desvaloriza as características individuais, e enfatiza a relação social e a conexão entre os atores sociais" (Bilhim, 2006, p. 320).

Um outro ponto de vista é-nos dado por Almeida (2004, p. 196), ao enfatizar que a GRH é uma área de conhecimento em vasto crescimento e, como consequência, a "necessidade de submeter os seus pressupostos teórico-metodológicos ao debate aberto e à reflexão crítica sujeitando-se, por isso, ao teste da validação epistemológica". Ou seja, é uma área que representa, cada vez mais, um fenómeno social cuja análise, investigação e crítica é indispensável para que se torne um saber humanista e que crie uma motivação participativa de forma a não se tornar mais uma forma de "difusão dos discursos dominantes" (Almeida, 2004, p. 197).

Poderíamos colocar a questão de "como pode a Sociologia contribuir para os desafios que toda a conjuntura atual na área da GRH enfrenta atualmente?", sendo que uma resposta poderia ser a procura da criação de um diálogo entre diferentes áreas de investigação, tendo em consideração a especialização e a fragmentação da própria disciplina (Halford & Strangleman, 2009). Para os mesmos autores, é importante que se procedam a investigações com reais aplicações, de forma a não perdermos a nossa "imaginação sociológica".

Do ponto de vista de Donka, George e Stefanos (2015), a GRH tem as suas especificidades pelo facto de se tratar de um obcjeto social dinâmico, sendo, simultaneamente, o objeto e o sujeito da gestão, exigindo uma grande organização de forma a garantir a prossecução de um grande número de processos sociais com origens heterogéneas, com base na existência de uma hierarquia. A dinâmica desta temática social advém do facto de os recursos humanos serem "multi-estruturados e dependentes multilateralmente de factores externos e internos (...) caracterizando-se por uma grande variedade de individualidades (...) personalidades com diferentes mentalidades, interesses, atitudes, idades, etc." (Donka *et al.,* 2015, p. 75).

Nesse sentido, Halford e Strangleman (2009) acreditam que se deva verificar um "renascimento de uma sociologia do trabalho consciente e confiante, que se enraíza na vida intelectual sociológica dominante, bem como o envolvimento em debates interdisciplinares" (p. 822). Para estes autores, uma nova sociologia do trabalho terá a capacidade de contribuir para discussões sociológicas de outras temáticas, tais como, questões de género, família, globalização e identidade. A Sociologia poderia utilizar a investigação no trabalho como método de se compreender outras formas sociais mais abstratas e tornar este campo da Sociologia mais auto-confiante (Halford & Strangleman, p. 824).

Há a necessidade de se "humanizar a gestão", o seu saber, sendo que o passo mais difícil é o de passar para a prática esse conceito. O desemprego aumenta, o trabalho é cada vez mais fragmentado devido à existência de empregos precários e provisórios, não esquecendo de referir a informatização do trabalho, pois "graças às tecnologias de ponta que se apoiam amplamente na informática, na inteligência artificial e nos procedimentos de telecomunicações, o pessoal produtivo reduz-se" (Chanlat, 1994, p. 24). Para este autor, estes problemas podem ser resolvidos ou amenizados se "rompermos com uma concepção unicamente económica e consumista da vida humana", sendo responsabilidade dos profissionais de Recursos Humanos a defender novas políticas de forma vincada, não se podendo "continuar a considerar como humanas, as acções que visam reduzir permanentemente um pessoal cujo horizonte profissional é o desemprego cada vez mais prolongado!" (Chanlat, 1994, p. 27).

Conclusão

Retomando os aspetos centrais que caraterizam o capitalismo social contemporâneo, existem distintos elementos incontornáveis na ótica trabalhista que importa ressaltar: a precarização do emprego, a redução dos níveis hierárquicos, o que veio introduzir uma espécie de automatização das ações laborais e sociais, a urgência na realização de tarefas imediatas e pouco significativas, com vista ao alcance de resultados em tempo recorde. A noção de tempo partilhado também ganha um significado especial, na medida em que se atenta para uma possibilidade de equilíbrio na gestão dos afazeres, mas que na verdade, são o maior indício da precaridade e das desigualdades sociais e de rendimento de grande parte da sociedade.

Por seu turno, a área de GHR tem sofrido profundas alterações no que se refere à forma de se trabalhar, de como as coisas são feitas, uma vez que as empresas procuram, cada vez mais, a automatização e

informatização dos processos, por influência do conceito de eficiência. Todavia, trata-se de processos de elevada complexidade e que exigem uma alta qualidade dos seus conteúdos e da informação gerida. Para esta visão da GRH, o conceito de eficiência é o mais relevante, pois uma gestão de pessoas eficaz dentro de uma organização tem impacto na qualidade das atividades da mesma (Bileviciene *et al.,* 2015).

Existe um outro fator de maior importância na definição dos contributos da Sociologia para a GRH e trata-se do conceito de "poder", podendo este ser definido como a "capacidade para afectar o comportamento dos outros", ocorrendo em todas as relações sociais (Dias, 2008, p. 177). Para este autor, "a questão do poder é fundamental" dentro de uma estrutura organizacional, uma vez que existe uma hierarquização nas relações sociais existentes nestes ambientes sociais, que se baseia na existência de diferentes capacidades dos indivíduos que compõe essa organização.

Olhando para a história da economia mundial e para a apoteose há muito dirigida ao sistema capitalista, várias questões se impõem com urgência (e que, na verdade, há décadas têm sido alvo de severos e acesos debates): as mudanças que o mercado de trabalho desesperadamente almeja passam necessariamente pela alteração do sistema económico que atualmente nos governa? Existem ações concretizáveis que podem ser desencadeadas no sentido de se amenizar as disparidades sociais entre a classe trabalhadora e empregadora? O equilíbrio entre a vida profissional e pessoal é obrigatoriamente contrária aos princípios do capitalismo? Do ponto de vista das empresas, a verdade que cada vez mais as organizações têm investido recursos em políticas sociais voltadas para a melhor integração, motivação e crescimento dos seus funcionários, através, por exemplo, de incentivos monetários, prémios anuais, apoio aos filhos com bolsas de estudo, entre outras facilidades. Contudo, a questão de fundo continua por se resolver. Já do ponto de vista da gestão macroeconómica das políticas sociais implementadas pelos governos, os apoios fiscais permanecem ancorados na supressão de parte das carências da classe trabalhadora, perdendo-se de vista o longo prazo de todo o panorama.

Em suma, todos os progressos que se têm verificado, em termos organizacionais, encaminham-se para a automatização do trabalho, a sua despersonalização e a contínua linha de poder que é mantida, dificulta a implementação de diferentes ideias, mentalidades e formas de estar. O equilíbrio entre as várias dimensões da vida do ser humano, como ser social, é da maior importância, para que o trabalho se mantenha como mais uma dessas dimensões, mas não a central da vida do ser humano. Como nota Dias (2008, p. 183), "as organizações definem e limitam o que as pessoas podem ou não fazer, estabelecendo quais as acções serão aceitáveis no seu interior. Essa característica demonstra que, mesmo não estando claro para a maioria dos membros da organização, o poder de forma subtil influência o seu comportamento, enquadrando o em parâmetros estabelecidos".

Bibliografia

Almeida, A. J. (2004). Uma reflexão crítica sobre a gestão de recursos humanos. In L. Isabel, S. Fatima, & F. Maria (Orgs.)., Portugal e a Sociedade do Conhecimento: Dinâmicas Mundiais, Competitividade e Emprego (pp. 179-188). Oeiras: Celta Ed.

Bileviciene, T., Bileviciute, E., & Parazinskaite, G. (2015). Innovative trends in human resources management. *Economics & Sociology,* 8(4), 94-109. https://doi.org/10.14254/2071-789X.2015/8-4/7

Bilhim, j. (2006). *Teoria Organizacional. Estruturas e Pessoas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Chanlat, J. F. (1994). O significado da pessoa na gestão de recursos humanos: Uma perspectiva sócio-antropológica. *Organizações & Sociedade*, 2(3), 7-34.

Dias, R. (2008). *Sociologia das Organizações*. São Paulo: Atlas.

Donka, N., George, A., & Stefanos, K. (2015). Sociology of labour and human resource management: An interdisciplinary approach. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies, 4(*3 S1), 69-76. https://doi.org/10.5901/ajis.2015.v4n3s1p69

Halford, S., & Strangleman, T. (2009). In search of the sociology of work: Past, present and future. *Sociology, 43*(5), 811-828. https://doi.org/10.1177/0038038509341307

Huws, U. E. (2014), Vida, trabalho e valor no século XXI: Desfazendo o nó. *Caderno CRH, 27*(70), 13–30.

Marques, A. P. (2020). Crise e trabalho: Interrogações em tempos de pandemia. In M. Oliveira, H. Machado, J. Sarmento, & M. Ribeiro (Eds.). *Sociedade e Crise(s)* (pp. 31-37). Braga: UMinho Editora.

Neves, J., & Goncalves, S. (2009). A investigação em gestão de recursos humanos em Portugal: Resultados e tendências. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, 8*(4), 66-83.

Sennett, R. (2007 [2006]). *A Cultura do Novo Capitalismo*. Lisboa: Relógio D'Água.

Patriarcado em Arte – A ilustração do feminino na contemporânea indústria cultural

Gracieli de Jesus e Silva
Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Resumo

A violência contra a mulher se tornou um assunto público, presente na mídia, filmes, novelas e outras plataformas de repercussão, o que demonstra uma consciência social crítica sobre o fenômeno. Entretanto, o que se vê diariamente é um antagonismo referente a essa situação, pois são esses mesmos veículos que contribuem para a manutenção de um comportamento sexista. Neste texto, explicita-se que, por simbolismos, ou mesmo romantizada, a moderna indústria cultural permanece com um discurso sexista em suas produções, que ainda gera justificativas e legitima as várias formas de violência contra a mulher nos espaços públicos e privados.

Palavras-chave: arte; indústria cultural; violência de género.

Introdução

Na Grécia antiga, quando Aristóteles disse "a arte imita a vida", provavelmente referia-se à arte enquanto um reflexo da realidade, no sentido em que as manifestações artísticas nos possibilitariam a identificar representações de uma determinada época e lugar, considerando os registros artísticos e culturais existentes. Contudo, o dramaturgo irlandês Oscar Wilde (1882 *cit in* Pires. E. C. R, 2005) recria essa máxima ao dizer "a vida imita a arte", o que, de certa forma, também faz sentido, atendendo a que se recebe tanta informação de diversas manifestações e produtos artísticos que, de alguma forma, conscientes ou não, acabamos por reproduzir o que nos é apresentado quotidianamente (Hunty, 2019).

Determinados comportamentos prenunciados ou não pelo Ser feminino se aprendem bem cedo, inclusive já na primeira infância. As histórias *Cinderela* (1634) e *Branca de Neve* (1817) ensinam que uma mulher de sorte é aquela que é escolhida para ser salva por um homem e viver ao lado dele. Desenvolve-se um entendimento de que todos os problemas femininos cessam quando se encontra o "verdadeiro amor", e que, para ser a agraciada com essa dádiva, uma mulher precisa de se manter bonita, gentil e jovem. Aprende-se criança que os homens, ou melhor, a sociedade, não costuma aceitar bem mulheres sem vaidade, velhas e independentes. Saindo das produções infantis, Julia Roberts no filme *Pretty Woman*

(1990), reforça aquilo que já se havia interiorizado: “mulher de sorte é aquela que é salva por um príncipe”, viver ao lado dele é sinônimo de felicidade eterna. Ainda que esse homem não seja rico e poderoso, valerá sim a pena se afastar de todos, largar toda a sua vida, deixar tudo para trás por um grande amor. A super produção que reforçou esse conceito foi *Titanic* (1997); a personagem *Rose* é exatamente o que se espera de uma mulher, abrir mão de tudo e lutar pelo seu verdadeiro amor. Com o passar do tempo, os enredos não mudaram muito: o filme *Bridget Jones's Diary* (2001) nos conta a história de uma mulher que considera inaceitável ser solteira depois dos trinta, uma infelicidade cruel mesmo que tenha amigos e uma carreira.

Educados por uma visão romantizada, passada de geração em geração, os contos de fadas, os filmes, novelas, músicas, séries e etc., nos instruem diariamente, especialmente as mulheres, para desenvolvermos a ideia de que, em nome de um grande amor, vale suportar todo e qualquer sacrifício, bem como perdoar os erros cometidos pelo parceiro amoroso, pois a ideia principal é que uma mulher jamais deve ficar sozinha. Em sua maioria, as obras artísticas categorizadas com a classificação “gênero romance”, trazem estórias de amor que, na ficção, costumam ter um formato básico com a mesma sequência narrativa: o casal se encontra, passa por diversas situações difíceis e no final tudo dá certo, deixando sempre bem claro qual é o papel da mulher nessa relação.

Contudo, no ano de 2013 a Disney lançou a animação *Frozen*. O desenho fugiu um pouco do roteiro óbvio das histórias de princesas românticas e apresentou uma personagem independente. Na estória, a protagonista *Elza* não se apaixona por um príncipe encantado que, aliás, não se manifesta na narrativa, e o seu final feliz se faz quando ela salva a si própria, reconhecendo seus valores, traumas e seu poder. Todavia, se por um lado, o desenho animado *Frozen*, nos apresenta uma personagem mais independente e sem a necessidade de encontrar seu “grande amor” para ser feliz, Elza ainda é o estereotipo da princesa magra, jovem, branca de cabelos longos, reafirmando as características físicas das “princesas bonitas”, mulheres de cor clara, magras e corpo esguio.

Este texto da comunicação nas III Jornadas doutorais em Sociologia tem como finalidade apresentar uma reflexão sobre a cultura de massas e a representação da mulher, apresentando alguns detalhes concretos da forma como a mídia hoje em dia continua a apresentar a mulher que reproduz uma visão binária do mundo onde o homem tem um papel dominante.

Violência simbólica

A violência simbólica é praticada sempre que se exclui do outro o direito a sua normalidade, ou seja, do que é natural para si e que não se adequa aos demais. Apesar de, em termos gerais, a palavra violência estar associada ao uso da agressividade com a intenção de prejudicar o outro, Pierre Bourdieu (1989) enfoca que a violência simbólica é uma forma de violência exercida sem coação física, provocando danos morais e psicológicos. Quando se trata o outro como se ele fosse um “erro” ou associa o outro como um

"desvio" da normalidade, se pratica a violência simbólica, pois há essa comparação com aquilo que se denominam como regras de regularidade.

Quando Bourdieu (1989) fala da violência simbólica, refere-se às formas subtis, quase que imperceptíveis, de dominação utilizadas, até os dias de hoje, por indivíduos ou instituições. A violência simbólica é entendida pelo autor como uma violência invisível e suave para as vítimas, que se desenvolve pela simbologia da comunicação. Essa violência simbólica está por todos os lados, ela é sorrateira, fácil de instalar e difícil de combater justamente por que há "regras" de funcionamento que provocam injustiças contra diversos grupos como, por exemplo, mulheres, indígenas, negros e gays. Em dias atuais, essa violência simbólica está nos comentários sobre a roupa que a mulher usa, no controle da sua liberdade sexual, no preconceito contra o corpo que está fora dos padrões estipulados, na vigilância das escolhas sobre a maternidade, no questionamento sobre sua inteligência, etc.

Por ser subtil, a dominação masculina é incorporada pelos sujeitos sem que estes se apercebam: além de aceitável, é entendida como algo natural, sem motivos para ser questionada. Citeli e Nunes (2010) reafirmam essa máxima e expõem que essa dinâmica acontece nas atividades quotidianas, porque estão enraizadas no *habitus*, são anos de treinamento mental e corporal, agimos sem a necessidade de refletir antes de cada ação ou de cada palavra dita, é automático, natural e enraizado. Em suma, aprende-se a conviver e aceitar em meio de um machismo estrutural sem se dar conta disso.

Essa cultura machista com papéis bem definidos de acordo com o género reflete um desequilíbrio de poder (Silva, 2011). Os espaços onde se manifestam várias formas de violência e dominação masculina é o universo midiático televisivo, que costuma reforçar os papéis sociais mantendo as personagens femininas "romanticamente" inferiores, já os personagens masculinos, normalmente os protagonistas das histórias, costumam ser representados com características que apresentam poder e atitude. Identifica-se que culturalmente o personagem feminino costuma está inferior enquanto sujeito.

O feminino nas produções culturais

Ainda hoje se questiona qual a necessidade de se refletir sobre a representatividade da mulher na arte e na cultura. Fazendo uma análise rápida, sabemos que as características pessoais, físicas e comportamentais desejadas nas personagens femininas são relativas à subjetividade e concordantes com o que se espera das mulheres socialmente. Obras costumam retratar a mulher como um sujeito subalterno, que precisa do masculino para uma salvação. Nessas narrativas ela encontra "um amor", sendo o ápice de sua vida encontrar alguém para uma união. Ainda que algumas personagens sejam representadas como mulheres fortes e determinadas**,** algumas características são culturalmente naturalizadas até os dias de hoje, como habilidades na cozinha, o sonho do casamento, vaidade, beleza e docilidade (Filha, 2011). Essas mesmas características podemos constatar nas princesas dos contos de fadas, nas mocinhas das novelas, nas heroínas das histórias literárias e nas protagonistas dos filmes. É notório que,

majoritariamente, as produções culturais não retratam com seriedade e os demais desafios do gênero feminino no cotidiano.

Quando se fala da arte, a visão que se tem na história da cultura vem do olhar masculino, são histórias escritas e produzidas por homens e que apresentam qual seria o papel da mulher, ou ainda, o qual tipo específico de mulher que lhes interessa contar a história, (Hunty, 2019), ou seja, conhecemos a história do mundo contada sob a visão dos homens. Portanto, por muito tempo, e ainda hoje, foram os homens os responsáveis pelas representações femininas que conhecemos, e isso influencia diretamente na forma como agimos e nos comportamos, pois, essas atitudes foram apresentadas como um modelo a ser seguido. Teorias feministas procuram divulgar que esses modelos não deixam de ser uma forma de opressão social, a mulher contemporânea sonha em se enquadrar numa imagem padrão de mulher que não é real, é aquilo que homens gostariam que mulheres fossem (Gubernikoff, 2009).

Um dos principais produtos da indústria cultural são as telenovelas. No Brasil, esse poderoso veículo é consumido de forma democrática por milhões de pessoas diariamente. Esse tipo de obra tradicionalmente costuma ter um arcaico enredo, evidenciando a perspectiva masculina e excluindo talvez o ponto de vista da mulher no desenvolvimento das produções. Roteiristas e autores insistem em apresentar nessas tramas uma fórmula onde as agressões contra a mulher são justificadas ou, quando não justificadas, essa agressividade é perdoada em nome do romance. São histórias que trazem um enredo onde vale tudo por amor, cita José Alencar Diniz (2009), as telenovelas são obras abertas, escritas para satisfazer a audiência.

Aguinaldo Silva, autor brasileiro de diversas telenovelas e minisséries, disse em uma de suas entrevistas que uma novela é feita para um público médio de 40 milhões de pessoas e que o autor tem a obrigação de respeitar o público criando histórias que certamente serão aceitas por todos. A telenovela brasileira O Sétimo Guardião (2019), escrita pelo mesmo autor, trouxe os personagens Nicolau e Afrodite. Nicolau é um personagem machista que chegou a dar um tapa no rosto da companheira seguido de vários xingamentos, Afrodite por sua vez desculpa o agressor em nome do amor, exatamente um contexto que o movimento feminista luta para desconstruir, o ciclo da violência doméstica. Foi transmitido para as telespectadoras a mensagem de que um homem rude erra quando está nervoso, prevalecendo a ideia de que é possível haver uma justificativa para esse tipo de violência. Exatamente como disse o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, em uma entrevista em março de 2020, onde foi perguntado para o presidente sobre o aumento dos casos de a violência doméstica contra as mulheres, no período de confinamento devido ao COVID-19. Em resposta, o então presidente em justificativa cita “em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão”, fala essa que legitima não apenas a violência que ocorre no espaço privado, como também traz a percepção de que é um assunto que não precisa ser trazido para o espaço público, para o político.

Normalizar esse tipo de discurso em resposta a violência de gênero é afirmar que a sociedade não deve interferir no crime de violência doméstica, exatamente como foi representado na telenovela O Outro Lado

do Paraíso (2018) de Walcyr Carrasco, cuja trama apresentou o personagem Gael que agrediu sua namorada física e psicologicamente. Na obra, o personagem chegou a ser detido, mas, diferentemente do que costuma acontecer na vida real, voltou regenerado, se apaixonou por outra pessoa e recomeçou a vida de outra forma. Percebe-se outra vez que esse tipo de conteúdo apresenta e justifica a violência contra a mulher, apenas como uma fase conturbada que o personagem Gael vivia. As telespectadoras aprendem a assentir que homens erram quando passam por momentos difíceis, por vezes traem, já o mesmo não é aceito pelas personagens femininas.

Na telenovela Segundo Sol (2018) de João Emanuel Carneiro, a personagem Cacau foi agredida no dia do seu casamento, na frente dos convidados, com tapas, empurrões e xingamentos como vagabunda, piranha, cretina e lixo. Isso acontece após o noivo descobrir uma traição. De forma grotesca, a cena é apresentada diante de dezenas de pessoas, o crime prossegue e a plateia não protege a vítima, ao contrário, continuam no mesmo local assistindo o "espetáculo". Percebe-se como a obra leva aos seus telespectadores a ideia de que difamar, humilhar e bater em uma mulher que comete o adultério, não é considerado um crime, tão pouco um caso de polícia. Mesmo tendo ocorrido o crime, a trama tem um final onde a personagem perdoa seu agressor.

O espetáculo da mulher adúltera que apanha do marido, ainda, é entendido e contemplado como alguém que recebeu o castigo pelos seus pecados, fato que ainda persevera na ficção e na vida real. Em 2017, um juiz em Portugal desvalorizou o crime de violência doméstica ao inocentar o acusado que agrediu a esposa ao descobrir a traição. O marido traído agrediu a vítima com uma moca, uma espécie de pau com pregos. Durante o julgamento, o juiz Neto de Moura, entendeu que a "honra" do marido foi prejudicada e o agressor foi condenado a pagar apenas uma quantia em dinheiro, o juiz usou a Bíblia para finalizar o caso (Jornal JN, 2017):

> O adultério da mulher é um gravíssimo atentado à honra e dignidade do homem. Sociedades existem em que a mulher adúltera é alvo de lapidação até à morte. Na Bíblia, podemos ler que a mulher adúltera deve ser punida com a morte).



Novela O Outro Lado do Paraíso (2018)
Fonte: Site TV Foco



Novela Segundo Sol (2018)
Fonte: Site UOL

Contudo, teria a televisão alguma obrigação de levar "ensinamentos" sobre os papéis sociais em suas obras de ficção? Louro (2008) ressalta que não devemos esquecer sobre o impacto e a sedução das novelas e da publicidade, pois estamos mergulhados em seus conselhos e ordens, somos controlados pelos seus mecanismos, eles inegavelmente são como potentes pedagógicas culturais.

Tão grave como romantizar episódios de violência contra a mulher é transformar esse tema em comédia. Foi o que aconteceu em março de 2019, apenas três dias depois do Dia Internacional da Mulher, em Portugal com os já famosos e tradicionais *reality show.* Esse género de programa de TV, ganhou os telespectadores por todo o mundo ao associar vida real e ficção em suas competições. *A* emissora portuguesa TVI exibiu o *reality show Quem Quer Casar com o Meu Filho? Já a* emissora SIC apresentou *Quem Quer Namorar com o Agricultor?* O roteiro dos programas, em suma, são mulheres competindo com o intuito de agradar um homem para serem escolhidas e terem um relacionamento. As candidatas são apresentadas e as que não cumprem todos os requisitos de uma companheira ideal são eliminadas do jogo. Dentre aquilo que os programas exibiram, foram expostos quais seriam os requisitos para uma companheira ideal, entre eles: que saiba cozinhar e dar conta das tarefas da casa, que tenha tido poucos namorados, que seja "séria", que não tenha filhos, que não tenha ciúmes, que não esteja desempregada, que não tenha sido traída (talvez tenha feito algo para merecer isso), que tenha uma ótima silhueta incluindo dentes brancos, etc. Com um tom irônico, esses conteúdos corroboram para o entendimento do público português qual será o padrão da "mulher certa", reforçando um pensamento machista e ainda tão presente. Esse tipo de programação gerou uma discussão nas redes sociais, a associação feminista portuguesa Capazes[19] repudiou esse tipo de conteúdo, e soltou uma nota: "estes programas são graves para as mulheres no reforço de estereótipos extremamente prejudiciais". A organização feminista considerou que esse tipo de conteúdo apresenta os homens em uma posição de superioridade, usando critérios de absurdo machismo e sexismo para escolher uma mulher que lhes agrade. Vale ressaltar, que essas mesmas emissoras portuguesas que exibiram esses programas, são as que noticiaram nessa mesma época que, em menos de dois meses, 12 mulheres foram mortas pelos seus companheiros ou ex-companheiros em Portugal.

Contudo, não é apenas nos programas de TV que esse machismo estrutural se manifesta em forma de arte. O assédio moral e sexual em local de trabalho, a desvalorização social, as obrigações femininas no espaço doméstico, a falta de oportunidades e de voz no espaço público e institucional, são apenas alguns dos diversos problemas que poucas vezes foram retratados na arte sob a ótica de quem sofre a situação. É comum, como por exemplo, temas como a desvalorização profissional de uma mulher, ou mesmo o assédio, serem retratados de forma grotesca nas comédias românticas, o que reforça ser um tema sem importância e sem gravidade. Por vezes, a personagem não é respeitada em seu local de trabalho, ela

[19] Saiba mais em: https://www.capazes.pt/associacao/

chora de forma cômica, com a maquiagem borrada, ou como nas desilusões amorosas onde essas personagens estão no sofá da sala, chorando e tomando um gelado.

Costuma-se dizer que a valiosa arma do patriarcado é o amor romântico. Encoraja-se a mulher para que ela tenha liberdade em fazer suas escolhas de vida, no entanto, nas obras de ficção a personagem feminina sempre opta pelo "amor verdadeiro". A estória da personagem que precisa decidir entre aceitar a bolsa de estudos em outra cidade ou o namorado, opta pelo amor. A personagem que necessita escolher entre ficar com o emprego dos sonhos ou o casamento, opta pelo amor. Em suma, por mais aceitável que seja uma mulher ter a opção de escolha, se é ensinado o que escolher. Simbolicamente, as personagens femininas são apresentadas de forma submissa nessas relações amorosas e isso é colocado com muita naturalidade, e em um pior cenário, se apresenta como fascinante e admirável quando a mulher se sacrifica por um homem.

O clássico cinema americano tem uma construção de discurso narrativo, com códigos de linguagem, que sempre foram muito bem aceitos pelo público; é uma bilionária indústria cinematográfica que consegue ser formadora do imaginário ocidental. Foi o movimento feminista, na década de 70, que demonstrou que o lugar da mulher nas tramas e enredos hollywoodianos nunca era a de sujeito da narrativa, mulheres foram tratadas como um utensílio do voyeurismo masculino, afirmando ainda mais a imagem estereotipada da mulher; são simbologias que reafirmam o lugar da mulher dentro de um contexto social. O cinema americano serviu e serve de modelo para todo o mundo e com ele alguns conceitos persistem, como a ideia de que feminilidade seria sinônimo de atração sexual. É notório que nossa cultura transmita de forma clara, a ideia de que o corpo da mulher é uma atração para ser contemplada, em outras palavras, disponível para satisfazer um homem. Objetificada, a mulher assumiu esses conceitos "impostos" como sendo sua verdadeira identidade (Gubernikoff, 2009).

O filme de gênero drama romântico, *Me Before You,* de 2016, apresenta a personagem Louise, uma jovem pacata com dificuldades financeiras, que é contratada para cuidar do jovem Will, um homem rico que ficou tetraplégico e depressivo após um grave acidente. Louise se torna a responsável por trazer de volta a alegria de viver para esse homem doente. No filme, observa-se que a personagem se mostra disponível para viver em função do ser amado e batalha para que o mesmo não opte pela eutanásia. Em suma, mais uma estória de um homem com problemas que é "curado" pelo amor de uma mulher, ou melhor, da mulher "certa". Já o filme *Enough* (2002) fala abertamente sobre a violência doméstica contra a mulher. A produção cinematográfica foi protagonizada pela atriz e cantora Jennifer Lopez, a obra conta a história da jovem Slim, uma garçonete que se casa com um homem bem-sucedido. Após os primeiros anos de relacionamento perfeito e já com uma filha, a personagem Slim se dá conta de que está vivendo um relacionamento abusivo com agressões físicas, morais e financeiras. O filme provoca o espectador, ao revelar que um príncipe pode, na verdade, ser um monstro.



Filme Me Before You (2016)
Fonte: Site Gazeta do Povo



Filme Enough (2002)
Fonte: Site Fantastic

Produções com essa temática não são ainda encontradas tão facilmente em Hollywood, a mulher ainda se encontra em função do desejo masculino. O Coletivo Vermelha, um grupo brasileiro composto por cinco mulheres diretoras e roteiristas de cinema, acende o debate sobre as representações femininas na indústria audiovisual. Para o grupo, a questão sobre a violência doméstica contra mulher seria tratada de forma diferente nas produções se mais mulheres estivessem por trás das câmeras. O corpo da mulher receberia outro olhar, assim entenderíamos que aquele corpo feminino sofre diferentes tipos de violência em diferentes lugares.

Essa falta de representatividade pode ser comprovada com o famoso teste Bechdel. Criado 1985 pela cartunista Alison Bechdel, o teste serve para questionar se a participação feminina contribui ou faz diferença no enredo do filme, ou se apenas a mulher é representada de forma clichê e estereotipada. Parece ser bem simples, no entanto a maioria dos filmes não passam no teste. Para serem "aprovados" os filmes precisam ter: (i) Pelo menos duas mulheres com nomes; (ii) essas mulheres conversam uma com a outra; (iii) sobre qualquer assunto que não seja um homem.

Em 2013 Ellen Tejle, diretora sueca de uma sala de cinema, começou a identificar em sua sala de cinema os filmes aprovados no teste que estavam em cartaz. Cada filme aprovado recebia em seu pôster um selo adesivo, a partir disso criou-se oficialmente o selo e outros países adotaram a ideia. O Brasil foi o primeiro país na América Latina a adotar o selo. A ideia é gerar uma reflexão para o público com um olhar mais crítico sobre o que consome, além de perceber se as mulheres ainda estão sendo mal representadas no cinema.

Entretanto, com as novas formas de distribuição cinematográficas, a representatividade do feminino e a mudança de certos estereótipos já começam a ser notadas com um pouco mais de facilidade. As novas plataformas de distribuição de cultura de massa, como Netflix, Amazon, HBO e outras, trazem infinitas obras de autores e autoras de diversos países permitindo o público a opção de escolher o que prefere ver, onde e quando. Um leque de opções para se assistir na TV, computador ou mesmo no telefone.

Considerações finais

"Não se nasce mulher, torna-se mulher", a tão famosa citação do livro O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir (1949), presente em diversos estudos feministas, permanece atual mesmo tendo sido escrita há

mais de 70 anos. Mesmo com os avanços alcançados, ainda estamos longe daquilo que se chama igualdade de gênero, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres têm uma referência e são sustentados por espelhos e reflexos de nossas culturas.

Constata-se que a atual indústria cultural, mesmo com todo o trabalho que está sendo feito pelos movimentos feministas, ainda utiliza a imagem da mulher de modo pejorativo e como forma de diversão e entretenimento. Essa máxima que resume a mulher como um objeto, populariza o pensamento sexista que nos conduz a um comportamento machista diário, que por vezes leva a violência física e emocional. Além disso, nota-se que há uma carência de obras que tratam o ponto de vista da mulher na indústria cultural. Nessas produções, o ser feminino continua sendo criado sob a perspectiva do masculino, um homem que tem um olhar sobre o que é ser mulher. A representação da mulher na arte e na cultura continua tendo como referência um ser submisso e delicado, como a donzela em apuros, ou então, a jovem hiper sexualizada. Outra habitual representação das mulheres são as personagens "heroínas", aquelas que abdicam de si em função do outro. Mulheres do mundo todo cresceram assistindo essas personagens nas quais se tornaram referências do que é ser mulher.

É provável que a falta de mulheres por de trás dessas produções contribua para que esse cenário não se altere com tanta agilidade. Assuntos como a violência doméstica no âmbito conjugal, em especial a violência emocional, ainda são retratados na indústria cultural como manifestações de amor, "quem ama cuida". Todo esse contexto corrobora ainda mais para os distanciamentos dos papéis sociais, já que a forma como a mulher é retratada nessas histórias, como um ser incapaz de viver sozinha e que precisa de um homem para ter um final feliz, faz com que homens continuem exercendo seu poder social nos espaços públicos e privados sem questionamentos.

É provável que a falta de conhecimento e de debate sobre questões de gênero é um fator que limita mulheres em todo mundo. Discutir sobre gênero é, de certa forma, compreender questões de poder, pois este ainda está associado ao universo masculino, universo esse patriarcal que impõe com normalidade uma hierarquia social onde mulheres estão constantemente em situação de submissão, não apenas no espaço público, mas também no espaço privado. Gerando ainda a reação de passividade por parte de mulheres diante de tal conjuntura.

Bibliografia

Beauvoir, S. (1949;1989), Second Sex, France, Hardback

Beauvoir. S. (1968). *La Femme Rompue*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Bourdieu, P. (1989) *O Poder Simbólico*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Citeli, M. T., & Nunes, M. J. F. R (2010). *Violência Simbólica: A Outra Face das Religiões*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir.

Diniz, J. A. (2009). *A Recriação dos Gêneros Eletrônicos Analógico-digitais: Radionovela, Telenovela e Webnovela*. Faculdade de Comunicação social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Tese de Doutoramento em Comunicação Social).

Fantastic - No Dia Internacional da Mulher - 5 filmes dedicados a elas. Disponível em: https://www.fantastictv.pt/2019/03/no-dia-internacional-da-mulher-5-filmes.html Acesso em 15 de dezembro de 2021.

Filha**,** C. X. (2011). Era uma vez uma princesa e um príncipe... Representações de gênero nas narrativas das crianças*. Revista Estudos Feministas*, *19*(2), 591-603.

Gazeta do Povo -"Como Eu Era Antes de Você" arranca lágrimas com tema de suicídio assistido Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/como-eu-era-antes-de-voce-arranca-lagrimas-com-tema-de-suicidio-assistido-273ge2y8bu9ehgzb3jn5q9um0/ Acesso em 07 de dezembro de 2021.

Gubernikoff, G. (2009) A imagem: Representação da mulher no cinema. *Conexão – Comunicação e Cultura*, *8*(15).

Hunty, R. (2019, fevereiro 5) *Tempero Drag, A mulher na cultura*. [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=eckNexb8fU4&list=PUZdJE8KpuFm6NRafHTEIC-g&index=26

Jornal JN. Juiz desculpa violência doméstica com adultério da mulher. Disponível em: https://www.jn.pt/justica/relacao-arrasa-mulher-alvo-de-agressoes-por-ser-adultera-8863486.html Acesso em 04 de janeiro de 2022.

Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: Pedagogias contemporâneas *Pro-Posições, 19*(2), 17-23.

Pires. E. C. R. (2005). Oscar Wilde: a tragicidade da vida de um escritor. Bragança. Instituto Politécnico de Bragança nº 4228747/05 ISBN 972-745-082-2

Silva, C. (2011) O olhar das profissionais sobre suas intervenções e repercussões na dinâmica de vida das mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista Ártemis-Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades*, *14*(1).

Siqueira, D. C. O., & Vieira, M. F (2008). De comportadas a sedutoras: Representações da mulher nos quadrinhos. *Comunicação, Mídia e Consumo, 5*(13), 179–197.

Site de Notícias UOL - Novelas reprisadas abordam temas polêmicos e mostram que os tempos mudaram - Disponível em: https://www.uol.com.br/splash/noticias/2020/09/28/novelas-reprisadas-abordam-temas-polemicos-mas-tempos-mudaram-e-agora.htm Acesso em 17 de novembro de 2021.

TV Foco - Globo comete gafe em cena "O Outro Lado do Paraíso" e gera discussão Disponível em: https://www.otvfoco.com.br/globo-comete-gafe-em-cena-o-outro-lado-paraiso-e-gera-discussao/ Acesso em 15 de janeiro de 2022.

O tempo de espera

Joana Brandão
Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Emília Araújo
Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Resumo

Este texto versa sobre o conceito de espera. Tem como base a análise de literatura existente e a observação de alguns fenómenos quotidianos. Pretende-se identificar quais são as principais dimensões da espera e de que modo pode ser problematizada como uma condição à existência dos sistemas, passível de ser um eixo da organização social e usada como tecnologia da administração dos tempos e das temporalidades sociais, com impacto significativo na vida dos sujeitos sociais.

Palavras-chave: tempo de espera; controlo; regulação; poder**.**

Introdução

Este texto esclarece sobre os sentidos do conceito de espera e a forma como pode ser usado para analisar e compreender os fenómenos sociais e as suas dinâmicas. Para alguns autores, a espera pode ter um carácter negativo "como um instrumento de controlo que contém, atrasa e suspende" (p. 6) ou significar uma "ação de permanência" (Crapanzo 1986, p. 45 *cit in* Vianelli, *et al.,* 2021, p. 6), tempo de paragem ou "interlúdio vazio" (Rotter, 2016 *cit in* Vianelli, *et al.,* 2021, p. 6) em que nada acontece (Gasparini, 1995; Bissel, 2007, Schweizer, 2008 *cit in* Vianelli, *et al.,* 2021, p. 6). Para outros, é designada como "experiência significativa para aqueles que esperam" (Gasparini 1995, p. 31) podendo ser "uma forma de resistência" (Andersson, 2014, Khosravi, 2014, *cit in* Vianelli, *et al.,* 2021, p. 6).

É certo que a espera adquire múltiplos sentidos e funções nas relações sociais, na organização da vida diária e, também, na articulação entre grupos e/ou sociedades. Com a sociedade industrial e o desenvolvimento tecnológico a apontar para inovação que permitisse ganhar velocidade e encurtar custos de distância física, o tempo e a sua medição ganharam prominência e enorme centralidade: na vida do dia, na política, na economia e no mundo das finanças. Também a espera adquiriu o sentido de "tempo perdido", tempo "não ocupado" de forma direta e imediatamente "produtiva" e, portanto, sendo, por isso, desvalorizada e tida como negativa.

O certo é que, definida como intervalo entre dois pontos potenciais no tempo, a espera é comumente entendida com uma condição para a manutenção de qualquer sistema. Para a Sociologia, a espera pode ser concetualizada a partir de três dimensões principais: i) uma condição para a manutenção, transformação e permanência de qualquer sistema (social e não social); ii) um instrumento de organização e um objeto de construção social e ideológica e iii) uma condição para a realização das temporalidades à escala do quotidiano, mas também à escala histórica e biográfica/geracional. Adicionalmente, e para o contexto da sociedade ocidental, a espera é hoje a base de uma arquitetura semântica utilitarista que a constrói como tempo desvalorizado, inútil.

Explicitaremos cada uma destas dimensões, recorrendo à observação de alguns fenómenos sociais usados para ilustração dos argumentos apresentados.

Espera como condição para a existência dos sistemas

Gaspirini (1995, p. 489) afirma que a paciência – capacidade de esperar - é muito importante "apesar do facto de o nosso sistema estar formalmente centrado na velocidade, sincronização e simultaneidade", dado que a "aceitação do tempo do outro que não pode ser reduzido ao nosso próprio tempo". Veremos, num ponto à frente, que estas mesmas aceções da espera (paciência como "saber esperar") também podem ser materializações de situações de dominação, mas, neste ponto, ela é um exemplo da forma como o tempo de espera é parte integrante, "do tempo social", "seja qual for a sociedade e a sua tipologia e modelo de organização sociopolítica ela é constituída de processos e dinâmicas que possuem durações e temporalidades próprias" (Araújo, 2012, p. 9).

O tempo de espera é definido por Vianelli *et al.* (2021, p. 2) "como uma imposição que retarda os movimentos, usurpa o tempo e produz incerteza", mas também como um período de resistência que pode, por vezes, ser significativo, ativo e cheio de potencial", ou seja, a espera é necessária para que certos ritmos se realizem de forma eficaz e saudável. Ainda de acordo com Sutton *et al.* (2011, p. 35), "a espera é um contexto cheio de significado sobre o espaço e o tempo. A espera tem a ver com experiências vividas que ganham um significado particular em relação aos contextos em que são experienciadas". Neste sentido, a espera adquire funções importantes de regulação da complexidade dos sistemas, sejam estes mecânicos ou orgânicos, permitindo algumas das formas básicas de regulação social, como a ordem de eventos e atividades e a estrutura de ritmos. A constatação da impossibilidade de tudo ocorrer em simultâneo é o ponto de partida para esta conceção.

No âmbito organizacional Gaspirini (1995, p. 43) refere que, para a concorrência, a velocidade é importante, pois, "uma conceção de tempo centrada na eficiência e na velocidade tende, pelo menos potencialmente, a reduzir ou mesmo a eliminar o tempo de espera, como no caso das técnicas *just in time* nas organizações". Ou, de forma mais temporária, o horário flexível "permite a restruturação, redefinição e finalmente a redução do tempo de espera. Isto porque favorece a mistura de diferentes tempos sociais e

individuais entre eles". Neste âmbito o autor salienta que, pela sua importância, os "desenvolvimentos tecnológicos e culturais tendem a reduzir a importância e a duração do tempo de espera e a diminuir o impacto sobre a vida quotidiana" (p. 44).

Adam (1990; 2001) explica a diferenciação das funções da espera entre sociedades estruturadas na base de ritmos naturais e circadianos e as sociedades industriais e pós-industriais. Propõe que a espera tem a mesma função de regulação em ambas as tipologias, embora de forma bastante distinta no que se refere ao tipo de instrumentos usados para a determinar e/ou administrar: enquanto nas primeiras, a espera é essencialmente determinada pelos ritmos circadianos que se impõem como barreiras à organização dos horários; nas segundas a espera, ainda que continue a ser condicionada pelos ritmos naturais, acaba por ser também determinada pelos ritmos das máquinas e das tecnologias que criam prioridades, sequências e hierarquias (comércio em vez de dádiva; mercadoria em vez de cuidado; aceleração em vez de lentidão; riqueza financeira em vez de riqueza de tempo; tempo público em vez de tempo privado; monopólio do tempo de relógio, controlo do futuro em vez de precaução, naturalização de normas de organização do tempo industrial; tempos económicos percebidos como objetivos, em vez de tempos vividos que são percebidos como subjetivos; tempo acelerado significa eficiência, em vez de tempo lento que significa ineficiência e retardo). Além dos ritmos circadianos, há a destacar os ritmos bio fisiológicos e biopsicológicos.

A conceção da espera como condição é muito importante para a análise sociológica, porque permite observar sequências, precedências e fases ou etapas e detetar se estas são compatíveis ou não com os ritmos de desenvolvimento esperados; permite também adaptar as respostas, conforme os estádios de desenvolvimento e perceber como se estruturam e de quem é a responsabilidade pelos desfasamentos, desajustes e/ou desigualdades que se criam entre sistemas e/ou sujeitos sociais. Questões tão diversas como as correspondências entre idade biológica e idade social e legal ou a existência de intervalos e descontinuidades (tempos de sabática, de paragem e/ou tempos de reflexão) são fundamentais e prendem-se duplamente com a duração cronológica (quantidade de tempo medível que passa) e também com a duração e ajuste entre atividades e respetivas características. Neste momento, percebe-se que a "quantidade" ou a "duração" da espera pode não ser resultado aleatório do encontro entre "sistemas", mas ser produzida por uma decisão política de alguém com interesse na sua extensão ou encurtamento.

Vários são os exemplos de espera durante o tempo pandémico, a partir das quais é possível classificar a espera como uma categoria principal da experiência do tempo de pandemia:



Fonte: RR.sapo.pt (19.11.2021)
(Fila para testagem ao COVID-19)



Fonte: Revista Visão (20.04.2020)
(Fila para o supermercado, durante as restrições)



Fonte: Revista Visão (06.07.2021)
(Longas filas para Vacinação contra o COVID-19)

ii) Espera como objeto manipulável e de construção social e ideológica

A espera pode corresponder a um tempo em que "as pessoas estão a estudar, a cultivar relações, formular esperanças e a fazer planos (Gasparini 1995; Bissel, 2007, Schweizer, 2008 e Rotter 2016 *cit in* Vianelli *et al.*, 2021, p. 12). Todavia, para a Sociologia interessa entender que a espera é fundamentalmente uma tecnologia de governo, mas é também frequentemente a ação deliberada do exercício de poder que pode desencadear ações de dominação e violência.

De acordo com os autores Vianelli *et al.* (2021):

> "a política do tempo em jogo é mais complexa do que ser uma mera questão de aceleração e desaceleração". O tempo é uma técnica flexível do governo que funciona através de complexas exigências temporais, barras e janelas, punições temporais envolvendo atrasos, detenção e proibição de retorno, e recompensas temporais, como a concessão de períodos de permanência legal no país através de pedidos de visto bem-sucedidos" (p. 3).

Provocar a espera, deixar esperar, ou criar dificuldades com o propósito de gerar espera são ações que podem estar associadas a esse exercício de poder político, simbólico e social, com efeitos sobre as

condições objetivas de vida. Trata-se de situações normalmente associadas a relações de dependência que podem ser objetiváveis, ou implícitas, como as que acontecem entre as instituições, o Estado e sujeitos. Citemos Sutton *et al.* (2011), segundo os quais:

> "Esperar é geralmente para os menos poderosos. Pode ser possível construir uma escala inversa entre posições de poder e tempos de espera: quanto mais poder, menos espera; quanto menos poder, mais espera. Ou, visto do seu oposto: o poder é muitas vezes significado pela velocidade. O poder é frequentemente associado com assertividade e com o "fazer as coisas rapidamente" (p. 31).

Vários são os autores que referem que o tempo de espera é uma forma de os governos controlarem e regularem as populações que, de algum modo, se encontram em situação de vulnerabilidade (como por exemplo, a migrante, prisional e refugiada) através de "rituais burocráticos que vêm com regulamentação" (Sutton *et al.*, 2011, p. 439), que materializam a "política de desaceleração" (Tazzioli 2018, p. 15 *cit in* Vianelli *et al.*, 2021, p. 2). Para Armstrong (2018, p. 136), que estuda a espera como experiência principal na prisão, defende que aqui esta espera corresponde a uma tecnologia de controlo (no sentido de Foucault) que se dá através das "sanções aplicadas em unidades temporais" (p. 139).

Na perspetiva de Vianelli *et al.* (2021), os processos de pedido de asilo, por motivo de guerra, são indicativos desta mesma tecnologia de controlo e de governo, embora operando de forma mais implícita, dado que neste caso, a espera não é assumidamente uma "pena", mas uma inevitabilidade dos processos de verificação burocráticos. Neste caso, os autores descrevem existir uma aparente preocupação por parte dos governos em tornar o tempo dessas populações produtivo, através de formações e de outras ações que preenchem o tempo, mas cuja função manifesta é transformar a espera num "período de provação durante o qual a extensão da presença dessas características desejáveis no sujeito migrante pode ser diagnosticada" (p. 2). Na opinião dos autores, a resposta destas populações que estão em espera à necessidade de se ocuparem funciona como "prova" de capacidade de adaptação, por parte de quem pede asilo, ou seja, atestado de quem espera bem (Vianelli *et al.*, 2021, p. 2).

Por conseguinte, esta dualidade para Sutton *et al.* (2011) pode ser tanto considerada como transformadora de esperança e uma "arma dos fracos", como também pode ser classificada como esperança que "alimente a persistência". "Em ambos os casos, a esperança pode ser considerada socialmente produtiva" (p. 43). Por isso, estes autores especificam a função e a importância das fases de liminaridade, enquanto espaço-tempo Outro que garante a ambiguidade suficiente para que quem espera e quem decide e deixa à espera, ganhem tempos importantes ao desenrolar da ação: os primeiros, sob a forma de esperança; os segundos, sobre a forma de prova. No estudo que realizam, o "campo de refugiados" corresponde a esse espaço-tempo liminar que investe a vontade efetiva de continuar a transição (prova). Por isso, a "técnicas limítrofes são utilizadas quando as formas de contenção espacial são menos

utilizadas efetivamente para governar a mobilidade indisciplinada (Tazzioli, 2018, p. 16 *cit in* Vianelli *et al.*, 2021, p. 4)

As situações de asilo correspondem a tempos por norma fragmentados, em que tropeçam as pessoas que procuram sobreviver por si e, em grande parte das vezes, pelos outros, fora do conflito. O caminho de saída das zonas de conflito é longo na distância e no tempo, repleto de descontinuidades e emergências, mas basicamente constituído em sentido macro e em sentido micro quotidiano pela espera: de decisões que as permitam continuar a circular no espaço físico e de decisões que as permitam posicionar no tempo de vida e no tempo histórico. Abaixo, algumas imagens que, longe de serem apenas informativas sobre o evento, narram a espera e a liminaridade a que estão sujeitas as pessoas, deslocadas de guerra.



Fonte: Vatican News (26.02.2022)
(Refugiados da Ucrânia entram na Roménia)

A imagem abaixo mostra o túnel da estação de Lviv no dia 27 de fevereiro de 2021 e expressa a contradição entre a estrutura do tempo do metal que a reveste, a sua vulnerabilidade aos ataques bélicos e, ao mesmo tempo, o tempo em movimento da população deslocada à espera.



Fonte: Ionuţ Iordăchescu (27.02.2022)
(Estação ferroviária, Lviv, Ucrânia)

iii) porque é uma condição para a realização das temporalidades

Os processos de espera implicam "aspetos temporais da ação, tais como sequência, duração, localização temporal e taxa de recorrência ou frequência" (Gaspirini. 1995, p. 32). Há "uma distinção entre tempo esperado e tempo real" (Gaspirini, 1995, p.32). Como as imagens acima transmitem, as três dimensões da espera das quais falámos antes estão intimamente ligadas, sendo fundamental considerá-las, para efeitos analíticos. No plano das temporalidades individuais e sociais (relacionadas com a história de vida e com a história, em geral), a espera continua a manter as mesmas potencialidades de ser uma caraterística natural de encontro entre ações e/ou eventos, ou um resultado de tomadas de decisão que a consideram instrumento de governo, ou eixo explícito de exercício de dominação. De acordo com Gasparini (1995), apesar de a espera ser diferente de expectativa, ambas estão relacionadas, pois "o tempo de espera está relacionado com a expectativa e pode referir-se quer a eventos sociais ou naturais" e apresentar-se como "uma lacuna ou como uma ligação entre presente o futuro" (p. 30).

Assim, o tempo de espera pode ser sinónimo de insatisfação porque a "espera está na encruzilhada, não só entre passado e futuro, mas também da certeza e da incerteza" (Gaspirini, 1995, p. 32). Sob este prisma, a espera ganha relevo no plano dos horizontes temporais, sobretudo, na relação que os sujeitos sociais são capazes de estabelecer com o futuro e a forma como as representações do futuro influenciam e modelam o presente, através de disposições para a ação, assim como modos de encarar a vida, sob perspetivas mais otimistas, de confiança e de "conquista", ou através de perspetivas pessimistas e/ou fatalistas.

Todas estas caraterísticas relacionadas com o tempo de espera são complexas na sua definição e origem. Tanto derivam de habitus de classe, como de habitus histórico e cultural; tanto se referem a agência e à capacidade de os indivíduos ultrapassarem as dificuldades da extensão da espera ou da ausência da espera, como a imponência das instituições e do Estado para determinarem esperas sociais, marcadas por indecisão e/ou incerteza. Destaque-se, mais uma vez, a visão de Sutton *et al.* (2011), ao afirmarem que a "espera (...) é suportada porque é alimentada por uma mistura de desespero e esperança" (p. 31), pois "dar esperança" é uma forma de manter dependência e poder, ao mesmo tempo que pode permitir reduzir o pessimismo social.

Como afirma Amaral (2012, p. 15) "o tempo oferece-nos uma familiaridade tão profunda que é para nós inconcebível estarmos no mundo sem que o tempo nos envolva imediatamente", contudo, o contexto atual remete-nos constantemente para questões temporais. Vivemos tempos difíceis em termos sociais e vários estudos revindicam a ideia de que existem imensas desigualdades sociais que acontecem com a pandemia. Vários autores têm estudado a espera a partir da análise de vários fenómenos sociais que são complexos e que mostram a necessidade de medidas que consideram a vida das populações.

Conclusão

Não há uma medida objetiva única para classificar a espera porque os contextos sociais e culturais, assim como a disposição psíquica dos sujeitos são duas variáveis fundamentais a atuar sobre a impressão da espera, o valor da espera e as formas de uso da espera. Este texto é sintético e pretendeu mostrar três coordenadas principais da espera, entendida como conceito e realidade estruturante de qualquer sistema, seja este de tipo natural e ou sociocultural e político. Percebemos que as realidades sociais de hoje em dia refletem várias formas de uso da espera e também várias funções da espera, sendo de destacar, do ponto de vista sociológico, a forma como a espera pode significar desajustes perversos entre sistemas, ou ser usada como tecnologia de governação e de dominação, nas relações interpessoais, nas relações sociais e institucionais. Deste ponto de vista, embora saibamos que a espera está associada a sentidos negativos na sociedade ocidental, por se conotar com tempo perdido, é preciso percebê-la como condição à existência de sociedade e de relações sociais e como condição para a tomada de decisão, merecendo cada vez mais destaque, não só as análises sobre a aceleração, mas também sobre a paciência para a espera, em diversas escalas. De facto, a espera é um conceito com funções, características amplas (inclusive, implica um contexto espacial e temporal), pode ter um carácter formal e informal e é não uniforme, do ponto de vista em que pode ser perspetivado de duas formas: como produtivo ou como não produtivo, como descontentamento ou como oportunidade. Pode revelar várias emoções: de certeza ou incerteza, esperança ou desespero, resistência ou desistência ou previsão e expectativa.

Bibliografia

Adam, B. (1990). *Time and Social Theory*. Cambridge: Polity Press.

Adam, B. (2001). When time is money: Contested rationalities of time and challenges to the theory and practice of work. *Cardiff University, School of Social Sciences*. 3-33.

Amaral, M. (2012). *A Geometria do Tempo em Hannah Arendt.* Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Araújo, E. (2012). A Espera e os Estudos Sociais do Tempo e Sociedade". In Araújo e Duque (Eds.)., *Os Tempos Sociais e O Mundo Contemporâneo. Um debate para as Ciências Sociais e Humanas* (pp. 9-25). Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/ Centro de Investigação em Ciências Sociais.

Armstrong, S. (2018). The cell and the corridor: Imprisonment as waiting, and waiting as mobile. *Time and Society*, *27*(2), 133–154. https://doi.org/10.1177/0961463X15587835

Gasparini, G. (1995). On waiting. *Time & Society,* 4, 29-45. https://doi.org/10.1177/0961463X95004001002

Iordăchescu, I (2022). Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1106561410111356&set=pcb.1106561433444687

Rádio Renascença (RR). (2021). Corrida aos testes na Madeira após anúncio de novas restrições. Disponível em: https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2021/11/19/corrida-aos-testes-na-madeira-apos-anuncio-de-novas-restricoes/261370/

Revista Visão (2020). Covid-19: as imagens impressionantes das filas nos supermercados em Lisboa. Disponível em: https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2020-04-02-covid-19-as-imagens-impressionantes-das-filas-nos-supermercados-em-lisboa/#&gid=0&pid=1

Revista Visão (2021). As longas filas para a vacinação em Lisboa e no Porto em 45 imagens. Disponível em: https://visao.sapo.pt/fotografia/2021-07-06-as-longas-filas-para-a-vacinacao-em-lisboa-e-no-porto-em-25-imagens/#&gid=0&pid=1

Sutton, R., Vigneswaran, D., & Wels, H. (2011). Waiting in liminal space: Migrants' queuing for Home Affairs in South Africa. *Anthropology Southern Africa*, *34*(1–2), 30–37. https://doi.org/10.1080/23323256.2011.11500006

Vatican News (2022). A Roménia abre igrejas, corações e casas para refugiados ucranianos. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2022-02/a-romenia-abre-igrejas-coracoes-e-casas-para-refugiados-ucrania.html

Vianelli, L., Gill, N., & Hoellerer, N. (2021). Waiting as probation: Selecting self-disciplining asylum seekers. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. https://doi.org/10.1080/1369183X.2021.1926942

The influence of family culture on society

Yaqun Li

Phd in Sociology, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Abstract

To understand family culture well is important to human civilization and society. Family is the most basic unit of social composition. A family is not only a shelter to sleep and protect us from being injured from the outside world, but a place where we grow up and form the human worldviews and outlooks on life. It does not only affect the physical and psychological conditions of individual members, but also have inestimable significance for promoting social progress and national prosperity. With the great agricultural revolution and development of industrialization and technology, there are distinctive family performances in China and The West, such as the attitudes towards caregiving, the power of male parent, the view of marriage and so forth. A person raised in a harmonious family atmosphere is likely to have healthy personality, otherwise he tends to endanger social solidarity. When arguing for sexual or racial discrimination, education, crimes, democracy or even freedom, we can always find that the family plays a great role on these social problems. It is inevitable to discuss diverse performances of Chinese family and western family.

The objective of this research is going to discuss: what are the effects of family on a child in their grow up? What a child can learn from his parents? And after growing up, whether the influence of his childhood is decisive in the whole life. Secondly, what is the main job of women inside and outside family? For women, are they obliged to make a balance between family and career? Who are they living for, for themselves or for husbands and sons? In the last, I will discuss that how will the family evolve and develop in post-modern society? Facing new emerging challenges, is it necessary for the traditional family conception to modify in order to be adjusted to our society?

This article will be divided into three main parts. Firstly, I will give a brief introduction of family evolution of different regions. Furthermore, there are some illustrations of family culture between Chinese and western society. Finally, to explain the phenomenon, the profound analysis is indispensable. Which factors contribute to the disparity? And to comply with the globalization and postmodernism, it is necessary to mingle various family theories in order to build a worldwide community.

Keywords: filial piety; family; cross-cultural communication; globalization; collectivism

Introduction

Durkheim regarded the family “as one of the most important of social institutions” (Harry, 1939, p. 59) Back to the 8th century BC, China once was the territory with highly feudal system due to the Petty-Farmer Economy. Weber has highlighted that “feudalism rested on honor as the cardinal virtue, patrimonialism on

piety" (Weber, 1964, p. 157). To ensure the family functions work under control, male power, especially the senior male parent become the dominant force among all family members. At the same, Confucianism which initiatively functioned as ethical practice was eventually utilized by authority to implement the monarchy to the entire feudal society. "Father, the supreme. All the humble and the young, no matter how big or small the event is, cannot be unauthorized, must consult their parents" (Zhu Xi, 1169).

With the endeavor of bourgeois reformists, there were several reforms and cultural movements that promoted democracy and freedom derived from The West. Women were recognized as an independent individual rather than belongings to men. The establishment of People's Republic of China in 1949 furtherly propelled the transformation of modern family. Under the lead of Mao Zedong, chairman of China and the succedent leader Deng Xiaoping, who put forward the Reforms and Opening-up program, the outdated family traditions were removed significantly, whereas some characteristics needed to be modified to adjust to the newly emerging global community.

The extended family living happily on the farm was once the ideal traditional family model for Westerners. The satisfying and comfortable extended family when the early agricultural economy was dominant was the typical traditional family mode in pre-industrial America. (Goode, 1963). The development of industrialization and urbanization at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century led to the emergence of large numbers of urban families that are different from traditional rural families.

Since the 1980s, with the advent of post-industrial society, the transition of Western society from modern to post-modern situations has emphasized the characteristics of negativity, anti-conventionality, diversity, and uncertainty. Under the spread of modernism, and under the conflict between economic development and values such as race, gender, and religion, a vigorous family war started in the United States at the end of the 20th century, there were diverse discussions on family issues such as marriage, women's equality, gay rights, child upbringing and welfare.

Family characteristics

Family assumes a variety of duties. Even though modern family in the east and the west has showed significant differences, the origin of family culture has similarities. Universality. Each family is not a single unit that can be isolated from society and human interaction. It is endowed with various functions, like economic, educational and religious function. These functions are vital for the existence of an individual and family is a unit through which a person gets acquainted with these functions. Emotional basis. Humans are born and raised in family, we see and perform the ways that obtained from our parents so as to get along with friends, colleagues, employers, neighbors and social community. Family provides us the guidance to a person about how to deal with the outside world. Social regulations. Family relationship is not dependent on blood kinship, but on family regulation. Respecting the elders and caring for the youth is an invisible family norm both in the west and the east. A positive and inspiring family regulation is both in favor of one's

professional work and personal life, otherwise it may lead to a disintegration of a family as well as human civilization.

Specific performances

As we discussed before, certain family functions have disappeared such economic function, political or religious function. Nowadays, family scale is inclined to miniaturized and cored, the nuclear family becomes the mainstream structure. It is worth noting that family structure greatly affects children's wellbeing. Besides, child from single-parent family is more likely to be impoverished, to break the laws, to abuse drugs, and to have emotional and behavioral problems (Perkin & Milstead, 2011, p.1). Nevertheless, family transformations both in oriental and occidental areas along the history generated various results on family members and family culture.

In America, for example, family does not operate as an independent dimension. Instead, family is a part of a broader value base or unit that includes wealth, fame, power and work relationship (Pan & Wilfred, 1992). Family is less considered as an extension of society. It is a part of personal achievement. On the contrary, individuals are willing to observe the norms of the society in Chinese culture. Individual has been put into less important location. To obtain a good reputation and fame from the society, individual's status is determined by the relationship with others in the family or in the group.

Women status

Chinese women haven been in slavery for a long time in history. "The inequality between men and women in history is not always present but is the product of historical development to a certain stage" (Li Zhuo, 2004, p. 404). Traditional laws, politics, religion and ideology forced women to be situated in the bottom of entire society. Forbidden to get education, no rights for divorce, even the foot binding (in particular the Qing Dynasty) deprived women rights of freedom and equality. As an important force in social development and progress, women's social status directly determines the level of civilization of a country. (Zhang Pin, 2020, p. 136) With the overthrow of feudal society and the promotion of international women movements, Chinese women are conscious of the importance of independence. They ask for going outside and starting to work. Labor is the only way for women to pursue equality and achieve liberation, and it is also the fundamental source of women's happiness (Liu Xiulun & Chen Bojin, 2019).

Modern women possess more rights in the family because they are no longer merely keen on support from husbands. They "break out of the family regime, and the value of women's labor to meet collective needs and social needs is an important connotation, rather than simply satisfying family needs" (Liu & Chen, 2019, p. 94). One of family relationship, the relationship between mother-in-law and daughter-in-law is the Chinese specialty, young women have to follow the instruction of their mother-in-law, it is "neither a blood relationship nor a marriage relationship, but a family relationship established on the basis of an in-

law relationship" (Li & Guo, 2014, p. 27). Although women are getting more rights than in the past, the relationship between is difficult to be removed if the caring system for the elderly continues exist.

In the west, for example the US, middle-class families who had inherited property and wealth did not need all the family members to work. They were able to pay for their houses, hire house servants, maids (who were primarily African American or Asians, working-class women) and tutors, and their children could receive higher quality of education, like private institution with the salary of the breadwinners, normally the fathers. Therefore, the gendered division of labor—wherein women perform unpaid care-work within the home and men are salaried or wage-earning breadwinners—that is often considered to be a natural, given way of family life originated because of relatively recent economic changes that privileged middle-class families.

This false split between the publicly oriented working father and the privately-oriented domestic mother produced the ideologies of separate spheres and the cult of domesticity. The ideology of the spheres held that women and men were distinctly different creatures, with different natures and therefore suited for different activities. Masculinity was equated with breadwinning, and femininity was equated with homemaking. The film Mona Lisa Smile describes that a bunch of female students in the 1950s of America who were facing great transformation of traditional female images. In spite of highly educated background, some of them were still accordant with the conception of "jobs we were born to complete". They were limited to household work and be a support of husband regardless their own willingness.

Filial piety

Confucius, the representative of the Confucian, emphasized that filial piety should be combined with "li" and "ti", and gradually expanded the scope of the role to the basic virtues that all people should observe. Chinese One-Child Policy was initially about to control rapid growth of population in the 1960s. Even the subsequent policy put in place in 2013 to encourage more children, most couples are rejected to this policy facing huge burden on raising and educating without enough national finance. Having one child is currently the leading trend in China. Support family, in other words, called filial piety is still required according to the conventional culture. Legislation reinforced the value of filial piety. However, compared to the traditional model in the past, the responsibility of the family to provide for the elderly falls on the only child and his spouse. The elderly's demand for spiritual comfort from their children has grown, but the number of children and the fast pace of social life make this demand hard to be satisfied.

Filial piety, conversely, is an indispensable part of moral principles in the western culture. It is just not so well developed that reach the acme like in China. God promulgated ten commandments to human society, and the fifth one is the honor your father and mother, that your days may be long upon the land which the Lord your God is giving you (Wang, 2009, p. 14). Respecting parents was originated from The Bible though, they emphasize equality between parents and child, not requiring the absolute obedience to

the parents' will and encouraging children to have independent opinion. In fact, it is a reflection of freedom, independence and individuality (Wang, 2011, p. 100). Since the 13th century, social endowment, like aged support agencies came into being that released the pressure on children. Family bond started to relatively loose. Children to their parents are just duties of gratitude, parentage is friendship and love (Wang, 2011, p. 100).

Parent power

In individualistic American culture, exerting psychological control, through inducing anxiety or guilt, shaming or withdrawing love to modify child behavior, is perceived as an intrusion upon the child's sense of self and individuation, as it undermines the child's attainment of self-reliance, self-expression, and emotional autonomy (Fung & Kim, 2017, p. 1). In western culture, people tend to encourage children to make independent choices or exchange opinions to foster their individuality, self-efficacy and self-determination. The report of Fung and Kim (2017) shows that in Western samples, autonomy support is liked to enhance emotional functioning, social skills, and academic competence.

East Asian culture, especially the Chinese culture, is likely to be considered a collectivistic culture. It prioritizes emotional restraint, self-control, and maintaining interpersonal harmony. It is not necessarily to achieve independence from others, but to achieve interdependence through the fulfillment of collective goals for the benefit of the social unit, starting with the family (Fung & Kim, 2017, p. 2). The conventional perception of filial piety turns Chinese parents into decision makers on children's personal issues. They use more psychological control and less autonomy support. A report carried out by Huang (2012) significantly showed the evident differences between Chinese parenting and English parenting. He described that Taiwanese mother used more gentle and assertive physical discipline and more negative/forceful verbal control than the English and Chinese immigrant mothers in clean-up tasks. Chinese and Chinese American parents are more authoritarian in behavior and attitude than the European-American counterparts (Huang, 2012, p. 106). It is simply to draw that in China, parenting practice, such as the physical discipline is common and socially accepted.

Value of marriage

Generally speaking, there are some similarities of marriage sense between China and other countries. The consensus is that they all want to find a lifelong spouse and form a stable and harmonious family relationship. The support from family members is the biggest encouragement and motivation. However, when it comes to some specific aspects like the purpose of marriage, decision-making on choosing spouse and the standard of finding partners, there are several dissimilarities needed to pay attention.

Mencius's "There are three things which are unfilial, having no son is the worst" (Mencius, 250 BC- 150 BC) on the surface, it is said the responsibility of men, but actually is the deprivation of the "patent" rights

of women's reproduction and the possession of women's unique reproductive functions (Li Zhuo, 2004, p. 407). Under the efforts of the Communists led by Mao Zedong, the "Marriage Law of the People's Republic of China" was promulgated in 1950. This signifies that the feudal marriage, which is characterized by arranged marriages, male superiority, and disregard of children's interests, has been basically destroyed, breaking the feudal marriage system's restraint on women from the legal level. With the establishment of Marriage Law, it provides legal protection for women's freedom and spiritual motivation for women to break the shackles of remnants of feudal ethics. To women, they realize that the fight for rights must depend on their own struggles and not merely waited for external aids. Therefore, in the 1950s, there emerged hundred cases, such as the divorce petition because of unreasonable marriage contracts.

However, we should be clear that the idea of "Three Obedience and Four Virtues" is not wiped out fundamentally from people's mind. Even up to now, having a child, in particular, having a boy is stilled regarded as the biggest expectation to most grandparents, especially in the rural area (Li, 2018, p. 764). In addition, parents play a primary role in deciding which spouse we should get marry with, it is essential to have approval or blessing by your parents before marrying. Chinese culture on marriage mostly centers on age, stature, family background, property, professional position in workplace, standards for looking for a spouse is more realistic and utilitarian than the westerners.

In contrast, western culture on marriage seems to be open with little limitation. The common sense is that marriage is merely a personal event, not being linked to family or groups. The faithful love is the sole criterion. With the sincere love, the two young persons can manage to come together no matter what difficulties they need to go through, but the disappearance of the love between the couples means that it is time for them to say goodbye (Li, 2018, p. 766).

Analysis

Economy

Prior to an industrial economy based on the creation of commodities in urban factories, the family was primarily an agricultural work unit—there was no separation between work and home. Home assumed the responsibility of production and consumption. With the rise of industrial capitalism, in working class families and families of colors, the majority of family members—including children and women—worked in factories. The innovation of machine accelerated the development of mechanization. Privatization showed its power in the market. Internal family relationship is influenced by this thinking. Parents confront with economic stress on fostering children, paying houses and cars, entertaining personal life or medical burdens. They have less time spend with spouses or children; family links started to loosen.

Culture

Western culture can be traced back Aegean region where is mountainous and dry in summer, agriculture is not applied massively. Leaving home for exploring new lands to develop industry and commerce is the major purpose. In order to do business, they traveled extensively, thus home becomes a hotel in the journey of life (Wang, 2011, p. 101). Yet in doing so western man was not consciously turning his back on the spiritual ideals and the religious faith which had been the driving forces in medieval culture (Dawson, 1991, p. 218). Ever since the first settlers found a free land to escape the control posed by the king and churches, by priests and aristocrats, the American fostered a preference for individualism that places liberty and freedom on the highest position of life (Jiang, 1987, p. 56).

Furthermore, the western mind is influenced by the religious mutation. Beginning in late antiquity, the branch of Christianity that evolved into the Roman Catholic Church began to gradually promulgate a set of prohibitions and prescriptions related to marriage and the family. The Church, for example, banned cousin marriage, arranged marriage and polygamous marriage (Herich, 2021).

China's natural geographical environment is opposite. Unlike the Mediterranean areas, China's coastline has limited resources like fishery or salt industry, it is hard to become a channel leading to the outside world, but the vast plains and fertile lands are suitable for agriculture to maintain a self-sufficient economic life. Agriculture-based culture is fertile ground for collectivism (Wang, 2011, p. 101). Due to the fragility of Petty-Farmer Economy, farmers must be in a unit of family or clan and work collaboratively to resist intrusion of natural disasters (Wang, 2011, p. 101). Therefore, family culture was settled.

Chinese family culture dominated by Confucianism mainly derived of blood kinship. Filial piety as a major element of family ethics plays important role in maintain the order of elders and children with the family and enhancing the sense of mission of family centered internal personal. One who is filial to his parents must be loyal to the monarch, because the emperor is like the father of the country. Ruling the world with it became the experience of successful governance (Wang, 2011, p. 99). There is a strict, but invisible hierarchy system in the family.

Globalization and urbanization

Following the Bretton Woods Conference, nations around the world were affected and started to change rapidly after World War II. Globalization forms a new era before the human civilization having new challenges, new anxiousness and new chances. We can conclude that globalization is "transforming trade, finance, employment, migration, technology, communications, the environment, social systems, ways of living, cultures, and patterns of governance" (Rahman *et al.*, 2017, p. 64). Globally, developing societies show increased movement from rural residence, informal education at home, subsistence economy, and low-technology environments to urban residence, formal schooling, commerce, and high- technology environments (Fung & Kim, 2017, p.2). The globalism influenced the family and community structure and

values radically. Western society exposes nuclear family as a unique source and mode of economic development – dependency on other family members is regarded as a regretting issue – individual development seems to be an integral part of small family that can be an easier to avert the life complexity (Rahman *et al.*, 2017, p. 66).

Globalization activates the economic and trade expansion that motivates the family relations in sense of inclusive prosperity. National or international immigrants for jobs at the distance places inspire "young men and women to form an atomic family leaving the other family members in village or elsewhere" (Rahman *et al.*, 2017, p. 66)

Under the great transformation of industrialization and urbanization, Chinese parents start to rethink how to rear their child to adapt to new ecological demands. They are currently confronting a shift toward a more child-centered, independence-oriented form of parenting coherent with a universal shift toward individualism.

Conclusions

The previous analysis may lead to a conclusion that family and society is never separated from each other. On the one hand, parental relationship and spousal relationship, the most two substantial family relations are unavoidably influenced by social changes. Globalization and rapid development of technology turn young couples into the "materialistic kingdom and their personal life become open and free that relax the family relationship causing their children worthless in socio-cultural values" (Rahman *et al.*, 2017, p. 68). Children are getting addicted to digital devices including computers, televisions, smartphones or social media. They are no longer willing to spend time with other family members. They are isolated from blood-connected people and community; human interaction takes little portion in their life. The obsession with virtual world is detrimental to their physical health as well as mental health. Without the proper domestic education conducted by parents, young generation tend to be lost into the western postmodern trends. A study of 250 boys showed that the strongest predictors of later convictions for violent offenses were poor parental supervision, parental conflict and parental aggression (Shader, 2003).

The same situation happens in China as well. One of the movies called "Somewhere Beyond the Mist", an adaption from a true story, exactly depicts an image of the delinquency: a young girl was abused by her father and ignored by her mother and eventually killed her parents. Besides the juvenile crimes, internal family conflicts are increasing. The childbirth policy, as we mentioned before, intensified the generation gap. Single child attracts attention of the whole family which turn them selfless, impolite and irresponsible. It is likely to say that family problem can do increase social instability and impair social cohesion to some extent.

On the other hand, facing the constantly increased social problems, we should relook family culture and be doubted that our culture is whether compatible with the rapid development. For example, filial piety needs to be adjusted appropriately. The absolute loyalty to parents should be abandoned. The equality and

independence from western culture push young Chinese people to acquire equal rights in the family. Decision-making on marriage or career should be possessed by themselves instead of parents.

The west family needs some experience from eastern culture. Family ties should be enhanced and promoted by school or authority. The individualism-oriented marriage is easily to break if merely based on passion and impulse. A strong family tie sometimes needs sacrifices of everyone.

References

Dawson, C. (1991). *Religion and the Rise of Western Culture*. New York: Bantam Doubleday Dell Publishing Group Inc.

Fung, J., & Kim, J. (2017). Perceived social change, parental control, and family relations: A comparison of Chinese families in Hong Kong, Mainland China, and The United States. *Frontiers In Psychology*, *8*, 1-14.

Goode, W. J. (1963). *World Revolution and Family Patterns*. New York: Free Press.

Harry, A. (1939). *Émile Durkheim and His Sociology*. New York: Columbia University Press.

Herich, J. (2021, Janeiro 4). How the "Western Mind" was shaped by the Medieval church. *Futures*.

Huang, C. (2012). *Chinese Parenting and Children's Compliance to Adults: A Cross-Cultural Comparative Study*. Cambridge: University of Cambridge (Doctoral Thesis in Psychology).
https://doi.org/10.17863/CAM.16472

Jiang, N. (1987). *American Society and Culture*. Nanjing: South University Press.

Li, J. (2018). The comparison of Chinese and western marriages with analysis on the relevant causes. *Advances In Social Science, Education and Humanities Research*, *289*, 762-767.

Li, Z. (2004). *Comparison of Family System in China and Japan*. Beijing: People's Publishing House.

Li, X., & Guo, J. (2014). The study on the transformation of the relationship between the mother-in-law and the daughter-in-law and the functional weakening of the family supporting in rural areas. *Central China Normal University Journal of Postgraduates*, *2*, 27-31.

Liu, Xiulun & Chen, B. (2019). Women's values and its enlightenment in the early days of new China from the perspective of China Pictorial (1950-1959). *Journal of China University of Petroleum*, 35, 93-100.

Pan, Yigang & Wilfred, R. Vanhonacker (1992). Chinese and American Cultures: Value Structure and Family Orientation, An Explorative Study. *Euro-Asia Centre Research Series, INSEAD Euro-Asia Centre, Fountainbleau.*

Rahman, K.M. A., & Zhang, D. (2017). Globalization and family values: Eroding trends. *International Journal of Social and Administrative Sciences*, *2*(2), 63-74.

Shader, M. (2003). Risk Factors for Delinquency: An Overview. U.S. Department of Justice – Office of Justice Programs. Disponível em: https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/risk-factors-delinquency-overview

Wang, Q. (2011). a tentative study on difference and integration of sino-wester filial piety culture. *Asian Social Science,7*(8). 97-106.

Wang, W. (2009). *HOLY BIBLE Famous Quotations & Allusions*. Wuhan: Hubei Education Press.

Weber, M. (1964). *The Religion of China: Confucianism and Taoism*. New York: The Macmillan Company.

Zhang, P. (2020). An analysis of the women's liberation movement in the early days of the founding of New China——Based on the investigation of the People's Daily. *Cognition and Practice,2*, 136-142.

Zhu, Xi (1169). *Master Zhu's Maxims for The Home*.

Notas biográficas (estudantes)



Nuno Caetano Nora é doutorando em Sociologia pela Universidade do Minho, o seu Projeto de Investigação intitula-se: "Sucessão nas empresas familiares: Reprodução ou "turning point" rumo à profissionalização". Realizado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, contando com uma bolsa de estudo financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a referência SFRH/BD/143315/2019, e sob a orientação da Professora Doutora Ana Paula Marques. No seu currículo Ciência Vitae os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, são: Ensino Superior; Desigualdades Sociais; Reprodução Social; Inserção Profissional; Precarização; Flexibilização; Trabalho; Desemprego e Grupos Profissionais; Identidades Profissionais; Empresas Familiares

Email: nunonora@hotmail.com

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7759-9419



Patrick Alexsander Bastos Santos, possui graduação em Artes Visuais (2017) pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, mestrado em Comunicação: Mídia e Formatos Narrativos (2020), pela mesma instituição e é doutorando em Sociologia pela Universidade do Minho. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes Visuais, atua em seu processo criativo com linguagens diversas, em temas como: subjetividade, corpo e percepção. Possui experiência em expografia e curadoria, e pesquisa na área de processo artístico e as contribuições ligadas à arte no campo reflexivo. Na área de Comunicação possui pesquisa voltada para sensibilidade, presença, estética e novas tecnologias e atualmente pesquisa as possíveis relações entre a pandemia da Covid-19 e a sensibilidade no cotidiano, pela perspectiva sociológica.

Email: patrick8alexsander@gmai.com

ORCID: 0000-0002-6589-7758



Maria Zênia Tavares da Silva, é doutoranda em Sociologia pela Universidade do Minho, Portugal. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NUPEM) e do Núcleo de Estudos do Consumo e Economia Familiar (NECEF), ambos vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Faz parte do Fórum Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco (FESSAN/PE), da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) e da Rede Consumidor de Pernambuco. Atualmente é docente no Departamento de Ciências do Consumo na UFRPE. Consumo, relações de gênero, soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional são alguns dos seus interesses de estudo.

E-mail: maria.zenias@ufrpe.br

ID Lattes: 6150329073394875



Márcia Silva é doutoranda em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, mestre em Sociologia e licenciada em Geografia e Planeamento. Com um percurso profissional interdisciplinar, ao longo dos últimos anos participou em vários projetos de investigação, nacionais e internacionais, em áreas temáticas diversas relacionadas com os estudos de ciência, cultura, cidade, mobilidade e turismo, nas quais resultaram diversas publicações. Recentemente foi premiada pelo Município de Braga para a concretização do projeto "Braga In Time: Mobilidade(s) e Transporte(s) em Braga. Necessidades e estratégias de Mudança".

E-mail: marciasilva.formacao@gmail.com

ORCID: 0000-0003-3464-2194



Laura Neiva é licenciada em Criminologia (2017, Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto), Mestre em Crime, Diferença e Desigualdade (2019, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho) e investigadora júnior no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho desde 2018. De 2018 a 2021, desenvolveu funções de investigadora júnior num Projeto financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (Exchange – Forensic Geneticists and the Transnational Exchange of DNA data in the EU: Engaging Science with Social Control, Citizenship and Democracy – Contrato N.o [648608], liderado por Helena Machado e sediado no CECS). Atualmente, é doutoranda em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho sob orientação da Professora Helena Machado (Professora Catedrática em Sociologia no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho). É beneficiária de bolsa de investigação pela FCT (ref. 2020.04764.BD) com o projeto "Expectativas de agentes policiais sobre Big Data no sistema de policiamento e investigação criminal em Portugal".

E-mail: lauraneiva@ics.uminho.pt

ORCID: 0000-0002-1954-7597



Maria João Vaz é doutoranda do curso de Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, e frequenta atualmente o 3º ano do regime doutoral. Está a desenvolver o seu projeto de tese doutoral que se intitula: "Turismo e *Big Data* em Portugal num mundo pós-*COVID-19*", sob a orientação científica da Professora Doutora Helena Machado (Professora Catedrática em Sociologia no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho). Licenciada em Turismo pelo ISAG (Instituto Superior de Administração e Gestão), Mestre em Turismo pela FLUP (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), e com uma Pós-graduação em Direção Hoteleira pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo, trabalhou vários anos na área de turismo, hotelaria e eventos.

Email: mariavictorino7@gmail.com

ORCID: 0000-0002-4979-939X



Alexandra Rocha é licenciada em Direito pela Universidade do Porto. Ingressou, posteriormente, no mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, no ISCAP, entre 2015 e 2017, tendo desenvolvido o seu estudo na área de Gestão de Carreiras nas Sociedades de Advogados Portuguesas, e concluído a sua tese de mestrado sob esta temática, com a apresentação de um artigo na "34th International Business Information Management Association Conference (IBIMA)", em 2019.

Estudante do Doutoramento em Sociologia, com ênfase na área de Sociologia do Trabalho. Desde 2016, que labora na vertente de Gestão de Recursos Humanos, tendo um percurso rico em experiência internacional. Em 2022, pretende continuar o seu percurso profissional nesta área, com o desenvolvimento de uma carreira voltada para uma posição de liderança de uma equipa de 12 pessoas, Especialistas em RH, em 7 países diferentes.

Tem como objetivo maior uma atitude de aprendizagem constante, com foco na definição de um caminho de transparência.

Email: alexandra_silva_rocha@hotmail.com

ORCID: 0000-0002-3543-8833



Domingas Tavares é licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE/IUL em Lisboa, entre 2006 e 2009. Após um longo período a laborar no ramo da GRH, em Angola, optou por atualizar as suas competências através da frequência do mestrado em Sociologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de 2018 a 2020. Esta decisão partiu de uma necessidade pessoal e profissional em continuar a reunir condições que permitissem a sua reconversão profissional no ramo da Sociologia, aplicada à GRH. Atualmente, encontra-se a frequentar o curso de doutoramento em Sociologia, pela Universidade do Minho. Tem ainda uma Especialização Avançada em Organização e Gestão de Projetos de Ensino à Distância, obtida em 2021.

Do ponto de vista profissional, o seu percurso iniciou-se em Luanda e, durante cerca de 8 anos, esteve envolvida em projetos direcionados aos vários pilares da GRH, em distintas empresas nacionais e internacionais.

Email: ira.tavares@gmail.com

ORCID: 000-0002-4590-691X



Gracieli Silva - Natural do Rio de Janeiro, atriz com Bacharel em Artes Cênicas pela Faculdade de Artes Dulcina de Morais em Brasília, mestre em Comunicação Arte e Cultura, pela Universidade do Minho em Portugal. Seu envolvimento com o teatro começou já na época da faculdade onde teve a oportunidade de participar de vários projetos dentro e fora do Brasil. Atualmente é doutoranda em Sociologia também pela Universidade do Minho onde estuda sobre questões de género e o machismo estrutural.

Email: gracielijessil@hotmail.com

ORCID: 0000-0002-5623-8419



Joana Brandão é estudante de doutoramento do curso de Sociologia, da Universidade do Minho, e frequenta atualmente o 2º ano do regime doutoral. Está a desenvolver o seu projeto de tese, procurando "O Direito, o tempo e o futuro: Uma análise às representações da "pena suspensa" em crimes de violência doméstica", sob a orientação científica da Professora Doutora Emília Araújo (Professora auxiliar do departamento de Sociologia da Universidade do Minho).

Licenciada em Sociologia e Mestre em Crime, Diferença e Desigualdade, pela Universidade do Minho, esteve desde cedo, ligada à área da intervenção social particularmente CPCJ e ação social e desenvolveu funções de investigação na Universidade da Beira Interior, no projeto "European Interaction Guidelines for Education Professionals when working with Children in Juvenile Justice Contexts" financiado pelo Programa Erasmus +.

Atualmente, desempenha funções numa IPSS onde trabalha a área da intervenção social com pessoas em exclusão e/ou vulnerabilidade social.

Email: joana.agb@hotmail.com

ORCID: 0000-0002-6832-367X



Yaqun Li é estudante de doutoramento do curso de Sociologia, da Universidade Do Minho, e frequenta atualmente o 2º ano do programa doutoral. Está a desenvolver o seu projeto de tese que se centra nos efeitos da piedade filial na sociedade pós-moderna da China, sob a orientação científica da Professor Doutor Jean Martin Marie Rabot (Professor Auxiliar em Sociologia no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho). Licenciada em Contabilidade pelo SWPU (Southwest Petroleum University) na China, Mestre em Sociologia, Área de Especificação em Cultura, Lazer e Turismo pela UM (Universidade do Minho), trabalhou dois anos na área de hotelaria.

Email: vampire0809@outlook.com

ORCID: 0000-0002-2526-9909

As III Jornadas Doutorais em Sociologia constituíram, como habitualmente, um espaço de partilha. Foi crucial para os diversos percursos dos/das doutorandas, conhecer diferentes trajetórias e carreiras, e todo o trabalho que tem sido desenvolvido na sua área de estudos.

Estas Jornadas constituem-se como espaço de partilha de resultados de projetos científicos levados a cabo no âmbito de teses de doutoramento em Sociologia já concluídas ou em preparação. Além das intervenções dos/das investigadores/as convidados/as, as jornadas apresentam os trabalhos, reflexões e/ou projetos de estudantes atualmente a realizar as teses doutorais e de doutorados em Sociologia da Universidade do Minho.

Foi igualmente bem-vinda a partilha de reflexões sobre os contributos que representa uma tese de doutoramento em Sociologia para a formação de profissionais e para o desenvolvimento das suas carreiras e trabalho na Sociologia.

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

NEDSUM Núcleo Estudantes Doutoramento Sociologia UMinho